



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA**

DIEGO HENRIQUE DA SILVA TRUJILLO

**HISTÓRIA DO ESPAÇO, PODER DISCIPLINAR E SUBJETIVIDADE EM
OBRAS DE MICHEL FOUCAULT NA DÉCADA DE 1970**

**Belém-PARÁ
2017**

DIEGO HENRIQUE DA SILVA TRUJILLO

**HISTÓRIA DO ESPAÇO, PODER DISCIPLINAR E SUBJETIVIDADE EM
OBRAS DE MICHEL FOUCAULT NA DÉCADA DE 1970**

Dissertação de Mestrado apresentada como requisito para
obtenção do título de Mestre no Programa de Pós-
graduação em Psicologia da Universidade Federal do Pará.
Linha de Pesquisa: Psicologia, Saúde e Sociedade.

Orientadora: Prof^a Dr^a Flávia Cristina Silveira Lemos.

Belém-PARÁ
2017

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal do Pará
Gerada automaticamente pelo módulo Ficat, mediante os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

- T865h Trujillo, Diego Henrique da Silva
História do Espaço, Poder Disciplinar e Subjetividade em Obras de Michel Foucault na Década de 1970 / Diego Henrique da Silva Trujillo. - 2017.
119 f.
- Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-graduação em Psicologia (PPGP), Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Pará, Belém, 2017.
Orientação: Profa. Dra. Flávia Cristina Silveira Lemos
1. Foucault. 2. História. 3. Espaço. 4. Poder Disciplinar. 5. Subjetivação. I. Lemos, Flávia Cristina Silveira , *orient.* II. Título

CDD 320.019

DIEGO HENRIQUE DA SILVA TRUJILLO

**HISTÓRIA DO ESPAÇO, PODER DISCIPLINAR E SUBJETIVIDADE EM
OBRAS DE MICHEL FOUCAULT NA DÉCADA DE 1970**

Dissertação de Mestrado apresentada como requisito para
obtenção do título de Mestre no Programa de Pós-
graduação em Psicologia da Universidade Federal do Pará.
Linha de Pesquisa: Psicologia, Saúde e Sociedade.

Orientadora: Prof^a Dr^a Flávia Cristina Silveira Lemos.

BANCA EXAMINADORA:

Prof^a Dr^a Flávia Cristina Silveira Lemos (Orientadora) – PPGP/UFPA

Prof^o Dr^o Carlos Jorge Paixão– PPGED/UFPA – (Membro externo)

Prof^o Dr^o Leandro Passarinho Reis Júnior – PPGP/UFPA (Membro interno)

Prof^a Dr^a Adelma Pimentel – PPGP/UFPA (Suplente interno)

BELÉM – PARÁ

2017

*Aos jovens negros das periferias,
Às mães pobres que temem pelas vidas de seus filhos,
Aos internados compulsoriamente,
Ao povo indígena que luta por suas terras,
Aos que não acreditam mais na luta política,
A todos os ativistas pessimistas.*

AGRADECIMENTOS

À minha mãe, que sempre me incentivou, me estimulou, nunca deixou de confiar em mim, mesmo nos momentos mais difíceis.

À minha avó, pelas palavras de carinho, pelo olhar bondoso, por acreditar nos meus sonhos e por sempre me lembrar quem eu sou.

À minha orientadora, Flávia Lemos, pelas oportunidades, pela confiança, pela paciência e por ser uma inspiração de como a psicologia pode ser política e engajada socialmente.

Ao grupo Transversalizando pela oportunidade de trocar experiências, aprender, questionar, por saber que existem pessoas que querem fazer da psicologia um instrumento de enfrentamento e de resistência.

Ao amigo, Kleison, por estar sempre ao meu lado, nas horas boas, nas horas difíceis, e por sempre transformar meu tédio em alegria.

Ao amigo Michel Oeiras, pelo companheirismo, pela calma, pelas conversas, debates, viagens que partilhamos, pela sabedoria que compartilha comigo.

À amiga Rayanne Pamplona, pelas reflexões sobre a vida, sobre os sentimentos, sobre o amor, pela dança, pelo samba, pelos sorrisos sem limites, e é claro por ter dado à luz ao Miguelito, o sagitariano mais legal do mundo.

Agradeço também aos amigos e amigas, Flávia Câmara, Marjorie, Luigi, Leandro, Daltro, Brenda, dentre tantos outros, pelas conversas instigantes, pela força que me dão, por iluminarem meus caminhos com alegria e esperança.

“Eu tinha dado passos que se revelaram inúteis e ia agora para a rua, agitado, anestesiado. De início, era como se estivesse cego, e julguei, que ninguém mais via os outros, que estavam todos cegos e que a vida tinha parado, porque as pessoas tateavam confusas e em círculos.

Nervos tensos faziam-me sentir as coisas com particular ansiedade. As fachadas erguiam-se gélidas diante de mim. Cabeças, roupas vinham apressadas em minha direção e sumiam como aparições fantasmagóricas. (...)

Então cheguei ao campo, onde reinava a quietude. Perto, um trem com janelas vermelhas passou zunindo. Na distância, podia-se ouvir baixinho o ir e vir, o sutil e o incessante trovejar do tráfego.

Caminhei pela beira da floresta e murmurei um poema de Brentano. A lua espiava através dos galhos.

De súbito, notei a pequeníssima distância uma pessoa que, parada e imóvel, parecia espreitar-me.

Circundei-a, contemplando-a sem cessar, o que a desgostou, porque ela me disse: “Venha logo para cá e me olhe direito. Não sou o que você pensa”.

Caminhei até ela. Era como qualquer outra; tinha apenas um aspecto singular, nada mais. E voltei a tomar a direção da luz e da rua.”

Trecho do conto “A Rua” de Robert Walser.

RESUMO

Na década de 70 Foucault entra num debate com geógrafos acerca da noção de poder, e através de suas reflexões arqueológicas e genealógicas, ressalta em suas pesquisas a importância da noção de espaço para se compreender o poder como relação e produtor de saber. No presente trabalho, a partir de suas obras da década de 70, especificamente das que tratam sobre o poder disciplinar, objetivou-se: 1) problematizar a história do espaço realizada por Foucault, utilizando conceitos da arqueologia e da genealogia, em suas pesquisas que tratam sobre o poder disciplinar; 2) compreender a relação que ele teceu entre espaço, poder disciplinar e subjetivação; Através destas questões percebeu-se que mecanismos disciplinares, que funcionavam na Idade Média em espaços religiosos e de ascese, perderam seu caráter de criticidade frente à soberania, e foram utilizados como regras gerais de dominação. Através do modelo do panóptico, o poder disciplinar tem a tendência, não só de melhorar as funções as quais se liga, mas também de levar seus mecanismos e efeitos em outros espaços, não só realizando determinadas conexões e redes de domínio, mas também em meio aberto. Por fim, nota-se a partir de tais obras, que desdobramentos em torno das práticas psiquiátricas e penais, não só se possibilitaram organizar outras instituições, outros saberes, outras disciplinas, mas como também fizeram a normalização como meio de controlar corpos nos mais variados espaços pela via da individualização.

Palavras chave: Foucault, espaço, poder disciplinar, subjetivação.

ABSTRACT

In the 1970s Foucault entered in a debate with geographers about the notion of power, and through his archeological and genealogical reflections, he emphasized in his research the importance of the notion of space to understand power as a relation and producer of knowledge. In this dissertation, considering Foucault's works of the 70s, specifically those dealing with disciplinary power, the objective was: 1) to problematize Foucault's history of space using concepts of the archeology and genealogy in his researches dealing with disciplinary power; 2) to understand the relation that he made between space, disciplinary power and subjectivation; Through these questions, it was noticed that disciplinary mechanisms, which functioned in the Middle Ages in religious and ascetic space, lost their character of criticality against sovereignty, and were used as general rules of domination. Through the panopticon model, disciplinary power tends to improve the functions it binds bringing its mechanisms and effects into other spaces, not only by making certain connections and domain networks, but also in open areas. Finally, one can understand from these works that developments around psychiatric and penal practices, not only had to organize other institutions, other knowledge, other disciplines, but also made normalization as a means of controlling bodies in the most varied spaces through individualization.

Keywords: Foucault, space, disciplinary power, subjectivation.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	10
1. ARQUEOLOGIA, GENEALOGIA E ESPAÇO.....	23
1.1. Descontinuidade	27
1.2. Proveniência	30
1.3. Emergência	35
1.4. Subjetivação	36
2. PODER DISCIPLINAR NAS OBRAS DE FOUCAULT	40
2. 1. Disciplinas.....	40
2.1.1. A Arte das Distribuições	42
2.1.2. O Controle da Atividade	46
2.1.3. A Organização da Gênese	48
2.1.4. A Composição das Forças	50
2.1.5. Os Recursos para um Bom Adestramento.....	51
2.1.6. A Vigilância Hierárquica	52
2.1.7. A Sanção Normalizadora	54
2.1.8. O Exame.....	55
2.2. O Panoptismo	57
2.3. Psiquiatria, Corpo e Normalização	65
2.3.1 Interrogatório, Droga e Hipnose.....	72
3. PODER DISCIPLINAR E SEUS ESPAÇOS	79
3.1. Espaço Lei-Norma	79
3.2. Espaço Corpo-Controle	82
3.2.1. Relações de Soberania.....	84
3.2.2. O Psiquismo como “Efeito” do Panóptico	85
3.3. Espaço Medicalização-Punição.....	90
3.4. Espaço Escola-Hospital-Prisão	95
3.4.1. Espaço Escola.....	95
3.4.2. Espaço Hospital.....	99
3.4.3. Espaço-Prisão	102
CONCLUSÃO	109
CONSIDERAÇÕES FINAIS	115
REFERÊNCIAS	117

INTRODUÇÃO

Creio que o pensamento de Foucault é um pensamento, não que evoluiu, mas que *procedeu por crises*. (DELEUZE, 2013, p.134).

As contribuições de Michel Foucault para um novo modo de compreender o pensamento filosófico se fazem cada vez mais evidentes e necessárias, principalmente considerando sua visão acerca do papel do intelectual, o qual não estaria situado na retaguarda daqueles que lutam pela tomada do poder com a função de esclarecê-los, senão justamente ao lado destes, quando entendem que uma “teoria” é o sistema regional da luta. (FOUCAULT, 1979a).

Foucault criticou a noção de que o poder é algo que se detém, que está localizado e que, conseqüentemente, pode ser tomado. Portanto, uma crítica a uma noção de poder unicamente centralizado no Estado. Através de métodos de pesquisa, como a arqueologia e a genealogia, concluiu que as formas de dominação não podem ser problematizadas sem o entendimento de que o poder está ligado a um sistema de saber, e que este é muito mais amplo do que a ciência.

A arqueologia do saber e a genealogia do poder são utilizadas por Foucault através de pesquisas históricas que vão de encontro à noção de progresso, evolução e continuidade, não só da produção de conhecimento, mas como também da sociedade e dos indivíduos. Para construir tais métodos Foucault é influenciado pelas pesquisas histórico-epistemológicas de Bachelard¹ e Canguilhem², pelo pensamento da Nova História francesa³ e das considerações que Nietzsche empreendeu sobre a história e a genealogia.

¹ Gaston Bachelard (1884-1962) foi um epistemólogo francês que realizou estudos especialmente sobre a história das ciências naturais.

² Georges Canguilhem (1904-1995) foi um médico e epistemólogo francês que, retomando as principais categorias metodológicas da epistemologia bachelardiana, interessou-se por biologia, anatomia e fisiologia, disciplinas que denomina “ciências da vida”.

³ Refere-se à fundação da revista *Annales* em 1929 por Lucien Febvre (1878-1956) e por Marc Bloch (1886-1944). Historiadores franceses que propunham uma nova concepção da pesquisa historiográfica frente às metodologias históricas tradicionais que narravam os grandes acontecimentos e se focavam sobretudo na explicação da sociedade pelos feitos da soberania e pela noção de progresso. Para um maior conhecimento sobre a Nova História, Burke, P. *A Escola dos Annales (1929-1989)*. São Paulo – Editora UNESP, 2010.

Foucault, através de seus estudos históricos, encontrou diferentes formas de articulação do saber com o poder. Este, que não pode ser definido apenas como negatividade (no sentido de violência, de repressão), mais também no sentido de positividade (no sentido de produção de subjetividade, de individualização), só existe na ação, ou seja, não existe enquanto uma matéria essencial, natural e originária pertencente a um indivíduo, instituição ou mesmo ao Estado, senão a múltiplas relações que perpassam a sociedade.

Já que a analítica sobre o poder considerada por Foucault fora do âmbito de soberania do direito jurídico e do poder tratado como repressão ou opressão (ao que ele diferencia da relação de poder, pois se trataria então de dominação), de que forma poderíamos estudar e analisar tais relações de poder? É importante enfatizar que aos nos debruçarmos sobre determinada relação de poder em determinado lugar é imprescindível atentarmos-nos que as relações de poder na verdade são relações entre homens, entre pessoas, as quais podem ocupar dos mais variados lugares na sociedade. As relações de poder baseiam-se na estratégia, e esta diz respeito a uma ação que visa anular ou pelo menos esmaecer a ação do outro.

Partindo então de uma analítica de poder baseada em múltiplos modos de relação temos a questão das análises de estratégias como pontos fundamentais para a compreensão das diversas racionalidades que perpassam os espaços, sejam eles institucionais ou não, a fim de compreender as formas em que as relações de poder, sempre atravessadas por questões políticas, produzem efeitos de assujeitamento e individualização nos corpos que são a eles submetidos.

O intenso trabalho histórico-documental realizado por Foucault também apontava em muitas pesquisas questões ligadas à geopolítica, nas quais o filósofo articulava o governo da vida, dos corpos, da cidade, das famílias, da organização de instituições e da produção de subjetividades. Tais questões remetem sobretudo à utilização de conceituações espaciais em sua obra para tratar das relações entre poder, saber e subjetividade. (LEMOS, 2012, p.138).

Quando pensamos na questão espacial como categoria essencial para uma análise das relações de poder é quase que inevitável não pensar em um encontro do pensamento de Foucault com a Geografia. Em 2007 os professores de Geografia, Stuart Elden, da University of Warwick, no Reino Unido, e Jeremy Crampton, da Kentucky University,

EUA, organizaram um livro intitulado *Space, Knowledge and Power: Foucault and Geography*⁴, no qual reúnem textos em que Foucault dialogava com os geógrafos e textos de importantes geógrafos sobre a importância das obras do filósofo na Geografia.

Tais autores ressaltam que o trabalho de Foucault sempre esteve cheio de implicações e percepções em relação à espacialidade: analisou planos arquiteturais de hospícios, hospitais e prisões; analisou a exclusão da lepra e o confinamento de vítimas desta doença na cidade; pensou distribuições espaciais do saber à posição da geografia como disciplina; realizou comentários sugestivos sobre as heterotopias, os espaços das bibliotecas, da arte e da literatura; e também sobre o planejamento da cidade e saúde urbana.

Na introdução da referida coletânea, Elden e Crampton⁵ exemplificam, sobre a influência do pensamento de Foucault aos geógrafos, o trabalho de Felix Driver (1985), que discutira sobre as implicações da obra *Vigiar e Punir* nas instituições, no direito e no Estado. Driver notou que para Foucault, o poder é tanto produtivo quanto negativo, definido localmente e ainda imanente dentro de campos particulares de tecnologia e ação. O espaço seria uma parte vital da batalha pelo controle e vigilância dos indivíduos, mas isto seria da ordem da batalha e não uma questão de dominação.

Ainda sobre a influência que Foucault exerceu sobre os geógrafos, Elden e Crampton mencionam o mesmo trabalho de Driver, o qual enxergava no conceito de governamentalidade o ponto de contato entre tecnologias de dominação e técnicas de si. Os autores destacam também sobre esta interferência no saber geográfico os trabalhos de Chris Philo sobre a espacialidade da loucura (1986; 1989; 1992); os trabalhos de John Pickles sobre a insurreição dos saberes subjugados (1988; 2004); o livro de Derek Gregory *Geographical Imaginations* (1994) que fazia várias referências ao ensaio de Foucault *De Espaços Outros*, além de mostrar uma sensibilidade para com as relações entre poder, saber e espaço, tal qual uma “ansiedade cartográfica” ou uma crise na representação geográfica.

Na entrevista concedida ao jornal francês *Hérodote* que foi intitulada de “Sobre a Geografia” presente no livro *Microfísica do Poder* (1979), Foucault assinalou que a

⁴ Em tradução livre *Espaço, Saber e Poder: Foucault e a Geografia*.

⁵ ELDEN, Stuart, CRAMPTON, Jeremy. **Space, Knowledge and Power: Foucault and Geography**. *Routledge*, Nova York, 2016.

geografia devia estar bem no centro das coisas de que se ocupava. O entrevistador (o geógrafo Yves Lacoste) ressaltou que ele se referia frequentemente a historiadores como: Lucien Febvre, Braudel e Le Roy Ladurie. Historiadores estes que tentavam dialogar com a geografia e que tentavam instaurar uma espécie de geo-história ou uma antropogeografia.

O entrevistador apontou que até então os estudos de Foucault possuíam um cuidado rigoroso com a periodização e que suas pesquisas tinham um caráter deliberadamente histórico ou arqueológico, o que privilegiava o fator temporal em seus trabalhos, mas que contrastavam com o caráter indefinido e de relativas indeterminações das localizações. Em seguida, apontou que mesmo com a falta de precisão espacial em suas pesquisas, metáforas espaciais eram constantemente empregadas.

Estas metáforas espaciais as quais Yves Lacoste fez referência são noções largamente utilizadas pela geografia, tais como: território, domínio, solo, horizonte, arquipélago, geopolítica, região, paisagem. Foucault aponta que, por exemplo, as noções de território e de domínio são noções jurídico-políticas, a noção de solo é histórico-geológica, região é noção fiscal, administrativa e militar, horizonte é noção pictórica, mas também estratégica.

Após o entrevistador enfatizar que a noção de “região” dos geógrafos é a mesma que a “região” militar (que vem de *regere*, comandar; e província vem de território vencido, *vincere*), que o campo remete ao campo de batalha, Foucault explana que foi muito reprovado por tais obsessões espaciais, e que de fato elas o obcecaram. Porém ele acreditava que através delas ele descobrira o que procurava: as relações que podem existir entre saber e poder:

Desde o momento em que se pode analisar o saber em termos de região, de domínio, de implantação, de deslocamento, de transferência, pode-se apreender o processo pelo qual o saber funciona como um poder e reproduz os seus efeitos. Existe uma administração do saber, uma política do saber, relações de poder que passam pelo saber e que naturalmente, quando se quer descrevê-las, remetem àquelas formas de dominação a que se referem noções como campo, posição, região, território. E o termo político-estratégico indica como o militar e o administrativo efetivamente se inscrevem em um solo ou em formas de discurso. Quem encarasse a análise dos discursos somente em termos de continuidade temporal seria necessariamente levado a analisá-la e encará-la como a transformação interna de uma consciência individual. Construiria ainda uma grande consciência coletiva no interior da qual se passariam as coisas. (FOUCAULT, 1979b, p.90).

Para Foucault⁶ metaforizar as transformações do discurso através de um vocabulário temporal conduz necessariamente à utilização do modelo da consciência individual, por outro lado, tentar decifrá-lo através de metáforas espaciais, estratégicas, permite perceber exatamente os pontos pelos quais os discursos se transformam, através de e partir das relações de poder.

Percebe-se então nos estudos históricos que Foucault empreendera, uma forma de analisar os discursos, não através de uma busca de sentidos implícitos à formação dos saberes, mas de buscar nestes, diferentes estratégias que possibilitaram suas constituições enquanto produtores de verdade. O emprego de metáforas espaciais nas pesquisas de Foucault sobre os discursos nos mostra uma das vertentes espaciais em suas obras.

Ainda na entrevista foi ressaltado que em *Vigiar e Punir* (1975) ele foi além das metáforas espaciais em relação ao discurso, mas tratou também de instituições em termos de arquitetura, de figuras espaciais. Falou sobre uma rede de micro-poderes descentralizada, coordenação transversal de instituições e tecnologias. Por outro lado há a institucionalização de hospitais, escolas, casas de correção em torno do aparelho do Estado e também uma polícia centralizada, exercendo uma vigilância permanente, capaz de tornar tudo visível à condição de se tornar ela própria invisível.

Lemos (2012) sobre esta questão diz que Foucault passou a utilizar como ferramenta de análise da sociedade a planta da arquitetura do panóptico⁷, o qual além de ser utilizado nas prisões também foi utilizado para controlar os corpos e populações preventivamente em outros equipamentos parajudiciários de caráter disciplinar individual e de gestão da vida de determinados segmentos da população. Tal tecnologia era entendida como um modelo ideal para propiciar máxima visibilidade e articulação de informações e de diversas estratégias relacionadas a saberes e poderes.

Sobre a utilização do panoptismo como tecnologia de controle dos corpos e do espaço a autora escreve:

Dessa maneira, o panóptico era uma tecnologia utilizada para gerir a população no âmbito das migrações e de seus supostos perigos; no fluxo nas estradas; para regular a urbanização nas cidades e nas moradias; fazer circular os produtos pelos rios e mares; ao administrar um território; tornar um local alvo de investimento para capitalizá-lo; ao

⁶FOUCAULT, Michel. **Sobre a Geografia**. In: *Microfísica do Poder*. Trad. Roberto Machado. Rio de Janeiro: *Graal*, 1979b.

⁷ Na Sessão 2.2 do presente trabalho o panóptico será analisado com maiores detalhes.

desfazer as aglomerações indesejadas; para impedir a circulação considerada arriscada; com o objetivo de controlar as relações entre o campo e a cidade; com vistas a distribuir as dissimetrias; com estratégias para estabelecer uma geometria da cidade e favorecer a higiene pública com fins de garantia do consumo; diminuir os perigos de uma circulação desordenada e urbanizar o meio como a metáfora de um organismo funcional, constituindo regras para o aumento ou diminuição do número de habitantes por espaço. (LEMOS, 2012, p.141).

Portanto uma outra vertente espacial nas pesquisas de Foucault. Desta vez acerca da descrição de uma tecnologia que, através de determinada organização estratégica, poderia não só gerir a localização e o fluxo de pessoas, mas também produzir e transmitir informações sobre as populações para fins de controle, bem como para evitar possíveis revoltas e epidemias.

Em uma entrevista concedida a Paul Rabinow para a revista *Skyline* em 1982, intitulada *Espaço, Saber e Poder*, Foucault aponta que no século XVIII assiste-se ao desenvolvimento de uma reflexão sobre arquitetura em função de objetivos e técnicas de governo das sociedades. Diz ainda que neste mesmo século começa a aparecer uma literatura política sobre como deve ser a ordem de uma sociedade, o que deve ser uma cidade, tendo em conta as exigências de manutenção da ordem, afim de que também se evitem epidemias, revoltas, permitindo uma vida familiar, decente e moral.

Não é que antes do século XVIII não houvesse algum debate acerca da relação entre arquitetura e política, mas Foucault (1982) observa que a partir deste século todos os tratados que consideram a política como arte de governar homens, incluem, necessariamente, um ou mais capítulos sobre urbanismo, equipamentos coletivos, higiene e arquitetura privada.

A respeito desta questão da arquitetura e do espaço como objetos essenciais para os homens políticos:

Bom, penso que terá a ver com um conjunto de fenômenos – por exemplo: o problema da cidade e a ideia, claramente formulada no início do século XVII, de que o governo de um grande Estado, como a França, deve pensar o seu território segundo o modelo da cidade. A cidade deixa de ser compreendida como um lugar privilegiado, uma exceção num território de campos, florestas e estradas. As cidades deixam de ser ilhas que escapavam à lei comum. Pelo contrário, com os problemas que levantavam e as formas particulares que desenvolveram, as cidades passam a servir de modelo para uma racionalidade

governamental que se aplicará ao território no seu conjunto. (FOUCAULT, 1982, p.04).

Portanto, toda uma série de utopias ou projetos de governo de território que partem da ideia de que o Estado é uma grande cidade. Esta seria então o modelo de onde se produziriam as regras que se aplicariam ao Estado. E dentro do território deveria se aplicar um programa de racionalidade governamental denominado “polícia”, sendo esta um sistema de regulamentação da conduta geral dos indivíduos onde tudo seria controlado, até que as coisas se sustentassem por elas mesmas, sem a necessidade de nenhuma intervenção. (FOUCAULT, 1982, p.4.)

Percebeu-se então no século XVIII, a partir da questão do liberalismo, que uma racionalidade que visasse governar todos os segmentos da sociedade em todas suas minúcias não fazia sentido. A ideia de sociedade mudou esta visão. Uma noção diferente que deveria ser levada em consideração para se pensar a gestão do território, pois a sociedade apresentava uma realidade complexa e independente com leis próprias e mecanismos de reação, regulamentações específicas e desordem possível. Portanto, uma noção incompatível com a racionalidade de intervenção policial, se fazendo necessário inclusive refletir sobre suas características específicas, suas constantes e suas variáveis. (FOUCAULT, 1982, p.5).

A partir daí surgem toda uma espécie de saberes e de práticas colocando problemas de ordem social como fundamentais para o governo das populações e das questões espaciais que lhes atravessam. Tanto médicos como militares foram administradores do espaço coletivo, agindo por meio de racionalidades da economia, da política, da geografia, da estatística e da história. Em nome de uma defesa social e de uma gestão do território, higienizavam a cidade em função de cuidadosas circulações, fazendo a liberdade funcionar dentro dos limites de práticas de segurança. (LEMOS, 2012, p.141).

A autora destaca ainda que Foucault abordou tanto em *Vigiar e Punir* (1975) e em *Segurança, Território e População* (1977-1978) os três modelos analíticos de funcionamento dos mecanismos de repartição dos corpos no espaço:

O primeiro, realizado pela soberania jurídica, é o modelo da lepra, em que se separavam leprosos de não leprosos através de uma exclusão social. O segundo, realizado pela disciplina, é o modelo da quarentena ou de gestão da peste, a qual permitia

quadricular a cidade e regular a circulação com estratégias de vigilância. O terceiro, realizado pelas técnicas de segurança e de tratamento do aleatório, é o modelo do governo da varíola, embasado no cálculo probabilístico dos acontecimentos. (LEMOS, 2012, p.142).

Portanto diferentes formas de gestão dos corpos no espaço que, mesmo provenientes de outro período histórico, funcionam ainda na atualidade. Em relação, por exemplo, à medicalização da cidade, Foucault diz:

O controle da sociedade sobre os indivíduos não se opera simplesmente pela consciência ou pela ideologia, mas começa no corpo, com o corpo. Foi no biológico, no somático, no corporal que, antes de tudo, investiu a sociedade capitalista. O corpo é uma realidade biopolítica. A medicina é uma estratégia biopolítica. (FOUCAULT, 1979c, p.47).

Este trecho que faz parte do texto *O Nascimento da Medicina Social*⁸ questiona a ideia de que a medicina se tornou social no século XIX por questões de caráter produtivista em função do aumento populacional em algumas cidades europeias. Ele mostra que, ao exemplo da Alemanha, a medicina mesmo no século XVIII, já cumpria um papel de gestão dos corpos para o Estado. Neste mesmo século, na França, medicina e química se articularam em torno do esquadramento da cidade a fim de evitar epidemias através pelo método da quarentena.

Ele destaca, porém, que o modelo inglês de medicalização (medicina dos pobres), englobou os outros dois modelos, mas que apresentava como novidade a articulação entre tratamento médico e assistência social, obrigando não só que os pobres para obter ajuda do Estado tivessem que se submeter ao tratamento médico, mas como também que fossem separados dos ricos através de limites estabelecidos dentro da própria cidade.

Já a questão do sistema prisional tratada por Foucault em *Vigiar e Punir* trata também acerca da tecnologia disciplinar, que não utiliza apenas da clausura num determinado espaço como assujeitamento dos corpos, mas que lhes individualizam numa localização que os distribuem e lhes fazem circular numa rede de relações. (FOUCAULT, 1999, p.123-125 apud LEMOS, 2012, p. 144).

⁸ FOUCAULT, Michel. **O Nascimento da Medicina Social**. In: *Microfísica do Poder*. Trad. Roberto Machado. Rio de Janeiro: *Graal*, 1979c.

A disciplina é a técnica de poder que fabrica os indivíduos ao utilizar como plataforma uma anatomia política do corpo. A distribuição e repartição superficial dos corpos em um espaço determinado os tornam úteis e dóceis; mas pela docilização e otimização dos corpos visa-se à constituição de um incorporal, de uma subjetividade docilizada. (CANDIOTTO, 2012, p.20).

A análise do poder disciplinar possibilita pensar numa sociedade governamentalizada a normalidade subjetivada através de diferentes espaços (escolares, hospitalares etc.) em um sistema atual de repartição das multiplicidades em espaços vizinhos, judiciários e adjacentes a esses a fim de problematizar as práticas divisórias e seus efeitos políticos, econômicos, sociais, subjetivos e históricos. (LEMOS, 2012, p.144).

No curso *Segurança, Território e População* (1977-1978) Foucault diz que os mecanismos de poder de soberania, os disciplinares e os biopolíticos encontram-se respectivamente nestas tarefas: o primeiro, na gestão de um território submetido ao soberano; o segundo, objetivando o controle cotidiano dos corpos de forma minuciosa frente à distribuição dos mesmos no espaço; e o terceiro, gerindo a população em nome da vida com objetivos de segurança. (LEMOS, 2012, p.144).

Ora, as relações de poder são exercidas intramuros e extramuros, acontecendo sempre em algum espaço, por isto, os mecanismos disciplinares e biopolíticos governam populações e corpos em um lugar específico, regulando os processos de circulação como gestão das multiplicidades. "Portanto, afinal, a soberania, a disciplina, como também, é claro, a segurança só podem lidar com multiplicidades. Por outro lado, os problemas de espaço são igualmente comuns a todas as três" (FOUCAULT, 2008, p. 16-17 apud LEMOS, 2012, p.145).

Há ainda uma outra reflexão acerca do espaço que merece ser destacada na obra de Foucault. No texto *Heterotopias: de espaços outros* (1984), o filósofo diz que a própria noção de espaço possui a sua história, e de que mais do que problemas de ordem histórica lidamos atualmente com problemáticas de caráter espacial. Para ele, continuamos a enfrentar um processo de dessacralização do espaço (ao qual se iniciou com Galileu ao estabelecer um espaço infinito, o espaço de extensão, que se opôs ao espaço finito e de localização da idade média). (FOUCAULT, 1984, p.03).

Esta dessacralização diz respeito à vida governada por uma série de oposições que não podemos tocar e que a instituição e a prática não ousaram violar: oposição entre o espaço privado e o espaço público, entre o espaço da família e o espaço social, entre o espaço cultural e o espaço funcional, entre o espaço do lazer e o espaço do trabalho. E em todas essas oposições reside oculta ainda a ideia do sagrado. (FOUCAULT, 1984, p.2).

Foucault fala da importância de se pensar a vivência no espaço da perspectiva “do fora”. Em suas palavras:

O espaço no qual vivemos, que nos conduz para fora de nós mesmos, no qual a erosão de nossas vidas, nosso tempo e nossa história acontecem, o espaço que agarra e nos ataca, é também em si mesmo um espaço heterogêneo. Em outras palavras, nós não vivemos em uma espécie de vazio dentro do qual poderíamos colocar indivíduos e coisas. Nós não vivemos dentro de um vazio que poderia ser colorido com diferentes gradações de luz, vivemos dentro de um conjunto de relações que definem lugares, que são irredutíveis uns aos outros e certamente não sobrepostos uns aos outros. (FOUCAULT, 1984, p.03).

Após um breve percurso acerca das inquietações que Foucault introduzira nas discussões sobre o poder, percebe-se que ele nunca esteve alheio ao considerar o espaço como uma questão fundamental para uma abordagem filosófica. Pensar historicamente a utilização do espaço como categoria que excede a disciplina geográfica, colocando-o no cerne das relações de poder, é de suma importância quando se busca compreender que o processo de subjetivação é envolvido por variados discursos, capturas do corpo por mecanismos que permeiam politicamente os espaços, seja quando eles atravessados por apreciações de normalidade, seja quando tecnologias são empregadas para uma docilização em proveito de um utilitarismo para fins produtivos. É neste entremeio que o presente trabalho se propõe investigar e explorar de que forma Foucault abordou o espaço em suas obras sobre o poder disciplinar (1973-1979), e de que forma ele o relacionou com a subjetividade, ou melhor, com o processo de assujeitamento que os mecanismos disciplinares fazem funcionar na sociedade.

No Capítulo 1 do presente trabalho será abordado a preocupação de Foucault com a importância do espaço dentro do pensamento filosófico para o estudo do poder e dos processos de subjetivação. Serão descritas também três ferramentas metodológicas, provenientes da arqueologia e da genealogia, que possibilitam uma investigação histórica

do uso da noção de espaço realizadas pelo filósofo francês em seus estudos sobre o poder disciplinar em suas obras dos anos de 1973 a 1979.

O capítulo 2 tem como principal objetivo introduzir a investigação histórica que Foucault realizou sobre as disciplinas e o panoptismo em *Vigiar e Punir*. Será realizado também um percurso dentro da obra *O Poder Psiquiátrico*, a fim de situar a utilização das disciplinas e do panóptico nas práticas psiquiátricas, tal qual a sua expansão desde o espaço asilar até os mecanismos de controle operado pelos mecanismos de normalização.

O capítulo 3 será organizado em temas (que de certa maneira podem ser lidos individualmente), e que denotam diferentes relações espaciais e históricas na perspectiva do poder disciplinar nas obras de Foucault e de seus atravessamentos na atualidade, como forma de se obter uma perspectiva da importância do espaço como categoria filosófica para se pensar os limites do controle disciplinar nas práticas de assujeitamento.

TEMA

- O espaço para Foucault nos estudos históricos da subjetividade.

OBJETO

- Espaço e poder disciplinar

PROBLEMA DE PESQUISA

- Como o conceito de espaço é definido por Foucault a partir de suas obras sobre o poder disciplinar? Que relações tais estudos históricos de Michel Foucault tecem entre espaço e subjetividade?

OBJETIVO GERAL

- Problematizar o poder disciplinar e sua relação com o conceito de espaço nos estudos históricos de Foucault sobre a subjetividade.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- a) A partir das obras de Foucault identificar ferramentas metodológicas que auxiliam numa pesquisa histórico-política que utilize a noção de espaço como problematização da produção de subjetividade;
- b) Analisar que relações Foucault estabeleceu entre poder disciplinar, espaço e subjetividade.

OBRAS/DOCUMENTOS ANALISADOS

- **Microfísica do Poder (1979).**

- É resultado de um conjunto de textos, palestras e entrevistas concedidas por Foucault, reunidas pelo filósofo Roberto Machado e lançado em 1979 pela Editora Graal.

- **O Poder Psiquiátrico (2012).**

- Resultado do curso realizado no *Collège de France* entre 07 de novembro de 1973 e 06 de fevereiro de 1974, este livro é lançado no Brasil pela Editora Martins Fontes.

- **A Verdade e as Formas Jurídicas (2013).**

- Convidado pelo Departamento de Letras PUC-Rio, Foucault realizou uma série de conferências entre 21 a 25 de Maio de 1973, às quais foram materializadas no presente livro, que foi lançado no Brasil pela NAU Editora.

- **Vigiar e Punir (2014).**

- Obra escrita por Foucault e lançada em 1975. Este é o primeiro livro que o filósofo escrevera na fase que pesquisou sobre a genealogia do poder. No Brasil o livro é lançado pela Editora Vozes.

1. ARQUEOLOGIA, GENEALOGIA E ESPAÇO

Na entrevista “O Olho do Poder” da *Microfísica do Poder* (1979d), Foucault disse que quando estava estudando sobre as origens da medicina clínica, ele havia pensado em realizar um estudo sobre a arquitetura hospitalar na segunda metade do século XVIII, época da grande movimento de reforma das instituições médicas. Ele queria saber como o olhar médico havia se institucionalizado, como ele havia se inscrito efetivamente no espaço social, como a nova forma hospitalar era ao mesmo tempo efeito e o suporte de um novo tipo de olhar⁹.

Ao examinar os diferentes projetos arquitetônicos elaborados depois do segundo incêndio do *Hôtel-Dieu*, em 1772, ele percebera a importância de questões relacionadas com o problema da visibilidade total dos corpos, dos indivíduos e das coisas para um olhar centralizado. No caso do hospital tratava-se de evitar problemas relacionados ao contato, aos contágios, as proximidades e os amontoamentos, garantindo a ventilação e a circulação do ar: ao mesmo tempo dividir o espaço e deixá-lo aberto, assegurar uma vigilância que fosse ao mesmo tempo global e individualizante, separando cuidadosamente os indivíduos que deviam ser vigiados.

Foucault disse acreditar por muito tempo que a preocupação com a distribuição dos indivíduos em função de um ordenamento espacial fosse um problema da medicina, mas ao estudar documentos relacionados à penalidade, ele percebeu que na primeira metade do século XIX (época da reforma das prisões), que a maioria dos textos relacionados ao tema fazia referência ao projeto panóptico de Jeremy Bentham.

O filósofo diz ainda que a questão da visibilidade por um ponto central já era colocado por escolas militares. Ele dá como exemplo os dormitórios da Escola Militar de Paris de 1751, na qual cada aluno se situava em uma cela envidraçada onde ele podia ser visto durante a noite sem ter nenhum contato com seus colegas, nem mesmo com os empregados. Foucault diz que o irmão de Bentham, ao visitar essa Escola Militar, teve a ideia do panopticon.

A ideia do panopticon poderia ser anterior a Bentham, mas foi este quem a formulou, a batizou, e diz Foucault ainda, que a própria palavra “panopticon” foi fundamental. Bentham dizia que sua invenção era o “Ovo de Colombo”. Ideia esta a qual

⁹ Para uma melhor compreensão, ler *O Nascimento da Clínica*, FOUCAULT, Michel, 1963.

médicos, penalistas, industriais e educadores procuravam para resolver seus problemas relacionados à vigilância.

Ainda na mesma entrevista, Foucault diz que no final do século XVIII a arquitetura começa se especializar e se articular com problemas da população, da saúde, do urbanismo. Se antes as construções giravam em torno apenas da força soberana, divina, a partir deste período elas começaram a levar em consideração o espaço como motor para alcançar objetivos econômico-políticos.

Objetivos que podem ser encontrados também na própria forma em que os espaços das moradias começaram a ser administrados. Se antes, o espaço interno da casa não passava de um espaço indiferenciado, posteriormente foi tornando-se específico e funcional. Lugar para comer, lugar para os pais dormirem, lugar para as crianças dormirem. Uma administração moral da vida dentro do espaço familiar.

A respeito deste tema Foucault diz que “seria preciso fazer uma ‘história dos espaços’ – que seria ao mesmo tempo uma ‘história dos poderes’ - que estudasse desde as grandes estratégias da geopolítica até as pequenas táticas do *habitat*, da arquitetura institucional, da sala de aula ou da organização hospitalar, passando pelas implantações econômico-políticas”. (FOUCAULT, 1979d, p.116).

Observa-se, principalmente a partir do século XVIII, a partir de questões suscitadas pela população, a necessidade de gerência desta por uma administração espacial, a qual foi se especializando em torno não só das mais variadas instituições, mas como no próprio interior da vida familiar. É como se o poder, a partir desta ótica espacial, fosse esta dimensão que procura atingir o indivíduo em todos os lugares em que poderia ocupar na sociedade.

Até mesmo a preocupação histórica com o espaço, diz Foucault (1979d), foi muito negligenciada, pois era compreendido apenas em sua forma de natureza, ou pertencendo à geografia física, algo “pré-histórico”. O que importava era apenas o espaço entendido como substrato ou a partir de suas fronteiras. Entretanto, o filósofo aponta que é necessário que se pense a fixação espacial como uma forma político-econômica, a qual merece ser estudada detalhadamente.

Foucault situa ainda tal negligência do estudo do espaço no final do século XVIII, quando a física teórica e experimental destituía a filosofia de falar sobre questões do

mundo, do *cosmos*, do espaço finito ou infinito. Diz ainda que este duplo assenhoreamento do espaço por uma tecnologia política e por uma prática científica lançou a filosofia numa problemática acerca do tempo. E que a partir de Kant, filósofos como Hegel, Bergson e Heidegger utilizavam da filosofia para pensar sobre o tempo, e por outro lado, um desmerecimento do estudo do espaço, visto que seria algo da ordem do morto, do imóvel, do inerte.

Para Foucault Bentham é o complemento de Rousseau, pois tanto este quanto outros pensadores da Revolução Francesa, sonhavam com uma sociedade transparente, ao mesmo tempo visível e legível em cada uma de suas partes; “que não haja nela zonas obscuras, zonas reguladas pelos privilégios do poder real, pelas prerrogativas de tal ou tal corpo ou pela desordem; que cada um, do lugar que ocupa, possa ver o conjunto da sociedade, que os corações se comuniquem uns com os outros, que os olhares não encontrem mais obstáculos, que a opinião reine, a de cada um sobre cada um.” (FOUCAULT, 1979d, 118).

Em suma, os acontecimentos da Revolução Francesa, colocavam em jogo alguns dos preceitos do poder soberano, pois este com seu excesso de demonstração de poder, deixava falhas, lacunas a respeito do governo das populações que agora se tornavam problemáticas, e isto por várias razões. Quando os pensadores revolucionários do século XVIII indagavam-se acerca de uma nova justiça, a qual deveria ser a instância de julgamento, designaram que esta seria a “opinião”.

Portanto, sonhavam com uma sociedade em que a opinião fosse aquilo que impediriam os homens de fazer o mal, e para tanto, os espaços obscuros, que dificultam o acesso e os olhares, deveriam ser iluminados, não só por um poder central (como o panóptico designa), mas por tudo e por todos. Como Foucault diz na entrevista, “lirismo de Rousseau, obsessão de Bentham”.

Ao lado destas utopias acerca de um modelo de sociedade que, cuja visibilidade seria fundamental para garantir a justa relação entre os homens, as disciplinas com suas tecnologias, fundamentaram a utilização dos espaços e de suas redes de comunicação como uma das principais formas de gerir a acumulação dos corpos. Muitos saberes sobre estes corpos foram construídos a partir das diversas estratégias que se organizaram em torno de acontecimentos econômicos, políticos, históricos e sociais. A dominação se torna uma regra, o espaço um campo de possibilidade e a disciplina um instrumento.

A fim de problematizar o espaço nos estudos históricos de Foucault sobre as relações entre saber, poder e subjetivação, é necessário observá-lo por uma ótica não restrita, disciplinada, sujeita portanto a um escopo teórico-metodológico, por exemplo da Geografia. Colocar portanto a noção de espacialidade em suspensão para que se obtenha uma criticidade do pensamento em proveito de um trabalho filosófico que pode contribuir para problematizar práticas da Psicologia, da Medicina, da Psiquiatria, da Educação, da própria Geografia, dentre outras ciências.

Em seu curso inicial no *Collège de France*, proferido em 1970¹⁰, Foucault fala dos vários mecanismos de controle discursivos. Dentre os quais no presente trabalho se destaca “as disciplinas”. Não confundi-las portanto com as disciplinas que se objetivará no presente estudo (disciplina como tecnologia de controle do corpo), mas disciplina no seguinte caso definida por:

(...) um domínio de objetos, um conjunto de métodos, um corpus de proposições consideradas verdadeiras, um jogo de regras e de definições, de técnicas e de instrumentos: tudo isto constitui uma espécie de sistema anônimo à disposição de quem quer ou pôde servir-se dele, sem que seu sentido ou sua validade estejam ligados a quem sucedeu seu inventor. (FOUCAULT, 2013, p.28).

Entender neste caso que a disciplina é um princípio de controle da produção do discurso. Trata-se então de desdisciplinarizar o conceito de espaço de maneira que ele seja problematizado historicamente e ampliado em sua dimensão de saber para que se possa aprofundar estudos referentes em torno das relações espaciais em seus diversos atravessamentos políticos.

Atentando-se para tal questão é que no presente trabalho destacar-se-á a noção de espaço como operador de análise nas diferentes formas em que o pensamento de Foucault apresentou nas obras que tratam do poder disciplinar. Empreender-se-á então uma tentativa de compreensão das diferentes formas as quais o filósofo efetuou em suas produções que tratam acerca da relação entre verdade, espaço, poder e processos de subjetivação através de ferramentas metodológicas que o próprio utilizara em suas pesquisas históricas sobre poder e assujeitamento.

¹⁰ FOUCAULT, Michel. **A Ordem do Discurso**. São Paulo. Loyola, 2013.

Para tanto será necessário um percurso teórico-metodológico de algumas ferramentas da arqueologia e genealogia utilizadas nesta pesquisa para demonstrar a importância destas numa pesquisa teórico-conceitual sobre o conceito de espaço em obras de Foucault. Além disso delinear-se-á uma breve discussão sobre como se pode compreender com o filósofo francês o processo de subjetivação, em especial na perspectiva de suas obras sobre o poder disciplinar.

1.1. Descontinuidade

Em sua aula inaugural no *Collège de France*, Foucault supôs que em todas as sociedades existe uma espécie de controle do discurso, cujos procedimentos têm por função conjurar seus poderes e perigos, dominar seu acontecimento aleatório e esquivar sua pesada e terrível materialidade. (FOUCAULT, 2013, p.08). Todavia em nossa sociedade o controle do discurso não pode ser analisado sem que se leve em consideração a vontade de verdade que perpassa nossas subjetividades.

Essa vontade de verdade, que atravessou tantos séculos de nossa história, e que rege nossa vontade de saber, funciona através de um sistema de exclusão, sistema histórico, institucionalmente constrangedor do discurso. Ele explica que em relação à vontade de saber, houve uma ruptura no que concerne ao dizer verdadeiro, pois do século VI a.C. ao século V a.C. a verdade se deslocou do ato ritualizado, eficaz e justo, de enunciação, para o próprio enunciado. (FOUCAULT, 2013, p.14).

Foucault denota que entre Platão e o sofista Hesíodo, houve uma divisão entre o discurso verdadeiro e o discurso falso, pois o discurso verdadeiro do sofista, que profetizando o futuro, não somente anunciava o que ia se passar, mas contribuía para a sua realização, deu lugar ao discurso verdadeiro platônico, o qual passou então a estar ligado ao exercício de poder. (FOUCAULT, 2013, p.14).

O discurso verdadeiro nesta vontade de verdade que se tornou vitoriosa, atravessou a história e instalou-se em suportes institucionais, que por sua vez foi reforçada e reconduzida por práticas como a pedagogia, e também do sistema de livros, da edição das bibliotecas, como as sociedades de sábios outrora e atualmente nos laboratórios. Portanto, uma vontade de verdade ancorada sobre suportes e distribuições institucionais

que tendem a exercer sobre os outros discursos uma espécie de pressão, ou seja, um poder de coerção discursiva. (FOUCAULT, 2013, p.16-17).

Para Foucault a verdade é indissociável da singularidade do acontecimento. Aquilo qualificado como verdadeiro é produzido como acontecimento num espaço e tempo específicos. No espaço, na medida em que não pode ser válido em qualquer lugar; no tempo, porque algo é verdadeiro num tempo propício. Trata-se de uma verdade descontínua, não-universal, dispersa e que se produz como acontecimento. (CANDIOTTO, 2007, p.204).

Diferente então da verdade-descoberta que discute questões de método, a verdade-acontecimento estabelece estratégias; se a primeira sublinha relações entre sujeito e objeto, a segunda enfatiza choques arriscados, reversíveis e belicosos, enfrentados por aqueles que são tomados por elas. A partir de Nietzsche, Foucault, ao invés de perguntar qual o caminho mais seguro da verdade, pergunta sobre seu caminho histórico “ocasional”. (CANDIOTTO, 2007, p.205).

A questão da verdade e das práticas de saber e poder a ela ligadas são explicitadas pelo próprio Foucault, quando exemplifica através de determinados temas, a forma em que se articulam em discursos e instituições para produzir o assujeitamento de determinados corpos. À respeito da instituição penal, diz ele:

Penso ainda na maneira como um conjunto tão prescritivo quanto o sistema penal procurou seus suportes ou sua justificação, primeiro, é certo, em uma teoria do direito, depois, a partir do século XIX, em um saber sociológico, psicológico, médico, psiquiátrico: como se a própria palavra da lei não pudesse mais ser autorizada, em nossa sociedade, senão por um discurso de verdade. (FOUCAULT, 2013, p.18).

Vemos delinear-se então em nossa sociedade, através da história, formas distintas em que as práticas discursivas se articulam (tais quais seus sistemas de coerção), com práticas de assujeitamento, as quais não podem ser pensadas sem que se leve em consideração a vontade de verdade presente nos sistemas de saber materializados, distribuídos e organizados nos mais diversos suportes institucionais.

Pensar a produção de subjetividade nesta relação da verdade com o controle do discurso nos leva a um olhar crítico frente à materialidade do poder que se inscreve em documentos, em arquivos. A psicologia pode se inserir criticamente como

problematizadora de saberes que naturalizam práticas de sujeição quando utiliza de ferramentas de análise, não só de Foucault, mas da Nova História, para desnaturalizar os efeitos de poder historicamente e estrategicamente ligados a tais saberes.

Ainda na conferência *A Ordem do Discurso* (2013) Foucault explicita os diversos mecanismos de controle interno do discurso: comentário, rarefação, disciplinas etc. O filósofo coloca a crítica da Nova História frente à uma análise de história tradicional que busca a origem, a originalidade, a unidade e a significação dos discursos nos documentos. Ao invés de investigações históricas que buscam a origem dos discursos, prefere-se uma visão de uma história acontecimental como forma de problematizar os efeitos de poder dos arquivos.

Foucault nos apresenta algumas estratégias de análise discursiva que se tornam ferramentas de problematização da verdade e do poder que perpassam os arquivos: inversão, descontinuidade, especificidade e exterioridade. No presente trabalho utilizar-se-á do princípio da descontinuidade para investigar as diferentes formas em que o filósofo articulou conceituações espaciais e seus efeitos de poder na subjetividade.

Elegeu-se o princípio da descontinuidade como analisador de suas obras porque entende-se que os discursos (em uma visão crítica) devem ser tratados como práticas descontínuas, o que quer dizer que muitas vezes os discursos se cruzam, mas também se ignoram ou se excluem. (FOUCAULT, 2013, p.50). Analisar desta maneira obras do próprio Foucault significa compreendê-las não de uma maneira que unifique sua teoria sob uma égide originária e de originalidade, mas situando-as numa perspectiva acontecimental, que busca senão problematizar formas de se trabalhar com documentos para a resistência nas lutas atuais.

A importância da descontinuidade para a filosofia é que ela rompe com uma visão, muito cara em algumas disciplinas, em especial da Psicologia, de um sujeito essencializado, provido de uma consciência que se desenvolve de forma evolutiva e contínua, também alheio aos acontecimentos e práticas históricos. Pensar então os discursos de forma descontínua contribui para uma análise histórica da subjetividade enquanto produção de diferença, pois as descontinuidades dizem respeito a dispersões entre verdade e criação de existência. (LEMOS et.al, 2016, p.07).

Esta dispersão é crucial para pensar a subjetividade e a verdade, na história, a partir de uma política de pesquisa em que a disciplina Psicologia jamais poderá legitimar

a unidade de seu objeto porque o saber das psicologias nasce na própria descontinuidade em que a subjetividade é fabricada. (LEMOS et.al, 2016, p.09). Portanto, pensar os processos de subjetivação a partir de práticas discursivas historicamente construídas nos entremeios das relações de poder.

1.2. Proveniência

Após debruçarmo-nos sobre como Foucault empreendia uma análise crítica perante os discursos, ressaltando as descontinuidades como um importante meio de se analisar historicamente a subjetividade, é necessário que se amplie o arcabouço metodológico de uma pesquisa que se propõe a investigar as relações entre espaço, poder e processos de subjetivação em obras do filósofo. Tratar-se-á então do método genealógico.

Quando Foucault relembra os estudos que realizara sobre os discursos e práticas e seus desdobramentos em torno da loucura e da clínica, refletiu se não estava tratando de fato sobre a questão do poder. Ele situa a dificuldade que perpassava a discussão em torno do poder, principalmente em volta dos acontecimentos de Maio de 68 na França, pela polarização da direita e da esquerda nesta questão. A primeira, tratava-o pela via da constituição, da soberania; e a segunda pela via da dominação de classe, ou seja, através de um olhar marxista. (FOUCAULT, 1979e, p.06).

Para o filósofo francês em ambas as visões, o poder sempre fora tratado como algo da ordem do pertencimento (embora localizado no Estado ou numa classe social). Ele destacou também, que a visão localizacionista do poder impedia que ele pudesse ser visto em seus detalhes, com suas especificidades, como técnicas ou táticas. Portanto, o poder entendido como “outro”, como adversário, situando-se apenas como subordinado às instâncias econômicas. (FOUCAULT, 1979e, p.07).

Para Foucault seria necessário compreender o poder através de uma trama histórica que não remetesse a um sujeito constituinte. Pelo contrário, uma análise do poder que desse conta do sujeito justamente na trama histórica. “É isto que eu chamaria de genealogia, isto é, uma forma de história que dê conta da constituição dos saberes, dos discursos, dos domínios de objeto, etc., sem ter que se referir a um sujeito, seja ele

transcendente com relação ao campo de acontecimentos, seja perseguindo sua identidade vazia ao longo da história.” (FOUCAULT, 1979e, p.07).

Ora, não só uma analítica do poder que se opunha a questão da ideologia marxista, pois a genealogia permite ver historicamente como se produzem efeitos de verdade no interior dos discursos, que não em si nem verdadeiros nem falsos; nem a um poder visto como repressor, pois além desta compreender o poder apenas por uma concepção jurídica, impede-se que ele seja visto como algo que permeia, que produz coisas, induz ao prazer, forma saber e produz discurso. (FOUCAULT, 1979, p.08).

Mais uma vez, portanto, a questão da verdade, pois o poder não pode ser compreendido, nas sociedades contemporâneas, fora do que ele chama de política da verdade. Sendo a verdade entendida como “o conjunto das regras segundo as quais se distingue o verdadeiro do falso e se atribui ao verdadeiro efeitos específicos de poder, para daí então pensar o estatuto da verdade e do papel-político econômico que ela desempenha. (FOUCAULT, 1979e, p.11).

Ao se concluir que o poder não pode ser compreendido fora da política da verdade que o perpassa, conseqüentemente fora das instâncias de controle discursivo em torno da verdade, não se trata para Foucault de libertar a verdade do sistema de poder, mas de desvincular o poder da verdade das formas de hegemonia (sociais, econômicas, culturais) no interior das quais ela funciona no momento. (FOUCAULT, 1979e, p.11). Portanto, enfrentar no presente o poder em sua política da verdade.

Se o poder vincula-se aos sistemas de verdade de forma tática, estratégica, mais uma vez a história torna-se uma importante ferramenta de investigação para desnaturalizar e problematizar a forma em que a subjetividade é compreendida nos dias atuais. Forma esta na qual o sujeito é essencializado, tornado objeto, ao mesmo tempo em que lhe é fixado uma identidade pelas mais diversas instâncias de assujeitamento e controle.

A genealogia nos permite uma saída deste enquadramento que envolve uma política da verdade com seus efeitos de poder nos processos de subjetivação. Ela se realiza através de uma análise histórico-documental, pois para Foucault a genealogia se preocupa ainda com os saberes que são desqualificados. Ela abre espaço para que os saberes sejam capazes de lutar e desdisciplinarizar os saberes assujeitados, mobilizando arquivos,

analisando-os e os descrevendo-os pacientemente para operar escritas históricas das práticas concretas. (LEMOS et al, 2016, p.09).

Foucault dá visibilidade para os jogos de poder/saber que constituíram os arquivos enquanto captura, sob a forma de discursos de vidas que dificilmente seriam objeto de heroificação, corpos que entraram na história pelos pequenos desvios e transgressões. A história das infâmias¹¹ é realizada pelo exercício de relações de poder como táticas e técnicas de escrita de pequenos desvios que transformavam os documentos em monumentos por meio de um investimento incessante sobre os corpos fugidios, que insistiam em desobedecer, em romper com o instituído em uma determinada sociedade. (LEMOS, 2014, p.08).

Uma das questões que motivaram Foucault a expandir sua metodologia de pesquisa em torno do saber e de sua relação com a subjetividade, é que o método genealógico enquanto trabalho com arquivos permite problematizar a forma em que o poder, através da política da verdade, materializa-se produzindo a verdade sobre corpos e suas subjetivações. A genealogia como metodologia de análise histórica amplia o campo de possibilidades discursivas como forma de resistência ao poder, justamente porque desloca o sujeito de uma identidade que lhe parecia natural, sendo esta fixada e efetivada estrategicamente pelos jogos de verdade em variadas instituições.

Perguntaríamos-nos como se deu este deslocamento na forma em que Foucault pesquisava acerca da relação entre verdade e subjetividade, já que como foi apontado, o filósofo compreendeu que mesmo em suas pesquisas anteriores, também estava analisando as relações de poder, mesmo ao propor investigações que se debruçavam sobre a constituição histórica dos saberes. Vimos que nesta fase, dita genealógica de suas obras, o trabalho com arquivos expande sua capacidade de propor outros lugares de sujeito, que possibilitam a resistência diante dos efeitos de poder e que enfrentam o enrijecimento diante de uma política identitária. Estamos diante das reflexões que Nietzsche lhe conferiram a respeito da História.

No artigo *Nietzsche, a Genealogia e a História*, Foucault realiza um elogio à visão que o filósofo alemão tinha da História, justamente pelo fato dele criticar o que chamara

¹¹ Para uma melhor análise sobre esta questão, ler **A Vida dos Homens Infames**, FOUCAULT, Michel. In: *Estratégia, poder-saber. Ditos e escritos IV*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, p.203-222.

de pesquisa de origem. Esta, de acordo com Nietzsche, muito cara aos historiadores do século XIX, tal qual ele mesmo um dia realizara, tornara-se a tentativa de reencontrar uma origem, “o que era imediatamente”, “o aquilo mesmo” de uma imagem exatamente adequada a si. (FOUCAULT, 1979f, p.13).

Nietzsche portanto realizou uma autocrítica em relação às suas reflexões filosóficas, e apontou o erro de tentar encontrar a *Ursprung* da coisa, a essência exata da coisa, sua mais pura possibilidade, sua identidade cuidadosamente recolhida em si mesma, sua forma imóvel e anterior a tudo o que é externo, acidental, sucessivo, como se todas as peripécias do que pôde ter acontecido fossem acidentes; e por fim então querer tirar todas as máscaras para enfim desvelar uma identidade primeira. (FOUCAULT, 1979f, p.13).

É como se lá na origem a verdade habitasse, e o historiador a perseguia porque acreditava que nela se encontrava a irrefutabilidade do erro. Para Nietzsche a verdade e seu reino originário tiveram sua história na história. Para ele, a alta origem “é o exagero metafísico que reaparece na concepção de que no começo de todas as coisas se encontra o que há de mais precioso e de mais essencial”. (FOUCAULT, 1979f, 13).

Em oposição à uma pesquisa histórica baseada na busca pela origem (*Ursprung*), Nietzsche preferia pensar sobre a proveniência (*Herkunft*). Uma palavra que na língua alemã diz respeito a um tronco de uma raça, de um pertencimento de um grupo ou a uma tradição, de ligação entre aqueles da mesma altura ou da mesma baixaza, portanto uma análise que põe em jogo a raça ou o tipo social. Porém, nas reflexões nietzscheanas, esta palavra designa algo de maneira mais distinta. (FOUCAULT, 1979f, p.14).

Uma análise da proveniência procuraria descobrir no indivíduo

todas as marcas sutis, singulares, subindividuais que podem se entrecruzar nele e formar uma rede difícil de desembaraçar; longe de ser uma categoria da semelhança, tal origem permite ordenar, para colocá-las a parte, todas as marcas diferentes.” (FOUCAULT, 1979f, p.14).

Como aponta Marton (2001), na genealogia nietzschiana, a proveniência não funda, não aponta para uma continuidade e não é uma categoria de semelhança. Perguntar-se pela proveniência de um indivíduo, de um sentimento ou de uma ideia, não é descobrir suas características genéricas para assimilá-lo a outros, nem mostrar que nele

o passado ainda está vivo no presente, muito menos encontrar o que pôde fundá-lo, mas sim buscar suas marcas diferenciais, repertoriar desvios e acidentes de percurso, apontar heterogeneidades sob o que se imagina conforme a si mesmo. (LEMOS e CARDOSO, 2007, p.354).

A análise da proveniência como oposição à pesquisa de origem, combate a coerência ou a identidade de um Eu, de uma alma unificada. Ao invés disso, permite justamente a dissociação do Eu pela busca dos acontecimentos perdidos e dispersos, demarcando os acidentes, os ínfimos desvios, as falhas na apreciação, os maus cálculos que deram que deram nascimento ao que existe e tem valor para nós. Ao invés da naturalização da relação entre a verdade e o ser, a compreensão da exterioridade do acidente. Portanto, a proveniência é crítica. (FOUCAULT, 1979f, 14-15).

Esta exterioridade a que Foucault fez referência, é justamente o aspecto mais acidental da história, o que situa a análise da proveniência numa perspectiva crítica, visto que é a ação deliberada do historiador que faz emergir a própria história. Exterioridade acidental quer dizer que o fazer histórico não carrega nenhuma essência ou finalidade a ser cumprida, visto que a história não alcança o acontecimento inaugural, no limite, resvala um conjunto de falhas, de fissuras, de camadas heterogêneas e heterotópicas que a tornam instável. A pesquisa da proveniência agita o que se percebia imóvel e fragmenta o que se pensava unido. (CARVALHO, 2012, p.235-236).

Carvalho (2012) escreve ainda que esta análise da proveniência do plano histórico entendida por Foucault, já estava presente em sua metodologia arqueológica a respeito da crítica do documento, visto que esta provocou um colapso na certeza de que o objeto histórico seria dado ao pensamento e de que atingi-lo permitiria ao pensamento o acesso tranquilo a toda verdade.

Analisar, portanto, as obras de Foucault sobre a genealogia do poder disciplinar, através de uma análise da proveniência, requer que nos atentemos não só para a forma em que ele trabalhava com os documentos a partir de uma perspectiva acontecimental da História, mas também requer que pensemos em suas próprias obras como documentos que dispararam acontecimentos singulares no que se refere à noção de poder, principalmente pelas inquietações que ele expressou no debate que realizou com os geógrafos acerca da relação entre o poder, espaço e subjetividade.

1.3. Emergência

A outra noção empregada por Nietzsche que Foucault utilizara em suas pesquisas genealógicas a respeito do poder é a noção de emergência (*Entstehung*), que designa um ponto de surgimento. Como o filósofo francês indicava, se a análise da proveniência se opunha a uma noção de continuidade sem interrupções na história, a emergência não pode ser entendida como um termo final. Entende-se a emergência como sendo produzida por um determinado estado de forças. (FOUCAULT, 1979f, p.16).

Foucault apontara que a emergência designa um grau de afrontamento. Se a história é feita por acontecimentos, acidentes, descontinuidades, a emergência surge nos interstícios, ou seja, ela designa a lei singular de um aparecimento, pois entende-se que em cada momento da história a dominação se fixa em um ritual, além de impor obrigações e direitos e constituir cuidadosos procedimentos. (FOUCAULT, 1979f, 16). Portanto, um surgimento que não é origem espontânea, senão um aparecimento decorrente de um enfrentamento de forças num determinado ponto da história.

De acordo com Carvalho (2012), vista sob a esfera das forças, a emergência será irrefutavelmente dinâmica e múltipla. O que nos coloca em uma abordagem que concebe a história numa perspectiva de um estado de forças, justamente porque a atividade do historiador não concebe os acontecimentos, pensados a partir do presente, como formas finais, acabadas, prontas, passíveis portanto de uma interpretação reveladora, senão através de um trabalho crítico do pensamento que coloca em cena os jogos de forças à uma disposição estratégica das lutas atuais.

Ao nos colocarmos diante de uma perspectiva histórica que investiga sobre as relações de forças que se materializam num documento, a análise da emergência nos auxilia a pensar sobre as diferentes tensões em volta de conceituações espaciais relacionadas ao processo de subjetivação em obras do Foucault, pois questionaríamos a respeito dos diferentes embates discursivos sobre a espacialidade e poder, principalmente quando consideramos que tal relação era compreendida de maneira distinta por outros pesquisadores, em especial aos do campo de saber geográfico.

Sabe-se que Foucault, como o próprio dissera na entrevista “Sobre a Geografia” (1979b), que a Geografia deveria estar no centro de suas inquietações, mas de que forma o espaço tornou-se um conceito determinante para suas constatações acerca das relações de poder? De que forma os documentos que analisara puderam deslocar seu interesse para

distintos focos de análise acerca do poder? Teriam os acontecimentos da França na década de 70 contribuídos para o deslocamento de tais interesses? Como se operou o debate da filosofia e da geografia em torno do conceito de espaço? São estas algumas perguntas que a presente pesquisa se propõe a investigar.

1.4. Subjetivação

De acordo com o filósofo francês Gilles Deleuze, os estudos históricos de Foucault mantêm uma importante relação com o estudo dos processos de subjetivação, pois a história nos cerca e nos delimita. “Ela não diz o que somos, mas diz sobre aquilo que estamos em via de diferir. Ela não estabelece nossa identidade, mas a dissipa em proveito do outro que somos.” (DELEUZE, 2013, p.123).

Foucault não estabelece uma teoria ou uma abordagem psicológica sobre a subjetividade, mas aponta a importância da história para que se pense acerca dos processos de subjetivação. Mais uma vez como observa Deleuze sobre tal temática: “a história é o que nos separa de nós mesmos, e o que devemos transpor e atravessar para nos pensarmos a nós mesmos”. (DELEUZE, 2013, 123).

Deleuze no mesmo livro cita ainda um outro interlocutor de Foucault, o historiador francês Paul Veyne, o qual diz que o que se opõe ao tempo, assim como a eternidade é nossa atualidade. Deleuze ressalta ainda que para Nietzsche esta concepção de temporalidade designa o que chamou de intempestivo ou inatual, ou seja, a filosofia como ato de pensamento. (DELEUZE, 2013, 123).

Observa-se então o lugar em que os estudos históricos da subjetivação ocupam na atividade filosófica de Foucault. A história era vista por este filósofo como um meio pelo qual se pode pensar a atualidade. Desta maneira, o ato de pensar, diante de uma perspectiva do acontecimento e da atualidade, também nos auxilia a compreender uma noção de subjetividade que tenha relação com a história, conseqüentemente com seus processos estratégicos de saber e de poder, seus efeitos políticos de verdade e seus desdobramentos através do tempo que nos atravessa.

Caberia então uma interessante pergunta sobre esta questão. Qual a relação do pensamento com a subjetividade dentro de uma perspectiva foucaultiana? Deleuze, nos auxilia também neste momento. Ele comenta que pensar é primeiramente ver e falar, mas

com a condição de que o olho não permaneça nas coisas e se eleve até as “visibilidades”, e de que a linguagem não fique nas palavras ou nas frases e se eleve até os enunciados. É o pensamento como arquivo. (DELEUZE, 2013, idem).

Sobre a relação, no pensamento, entre o ver e o falar, Deleuze diz:

Em vez de um acordo ou uma homologia (consonância), há um perpétuo combate entre o que se vê e o que se diz, curtos atracamentos, um corpo a corpo, capturas, porque nunca se diz o que se vê e nunca se vê o que se diz. É entre duas proposições que surge o visível, assim como entre duas coisas surge o enunciado. A intencionalidade cede lugar a todo um teatro, uma série de jogos entre o visível e o enunciado. Um racha o outro. (DELEUZE, 2013, p.138).

É justamente nesta relação entre o que se vê e que se diz que Foucault realizava um estudo sobre o pensamento na subjetividade através do método arqueológico, porque de acordo com Deleuze a arqueologia não é necessariamente o passado, de certa maneira ela sempre está no presente. A arqueologia é o arquivo, e o arquivo tem duas partes: audiovisual. O grande princípio histórico de Foucault é: toda formação histórica diz tudo o que pode dizer, e vê tudo o que pode ver. (DELEUZE, 2013, p.125)

Além do mais este pensamento como um arquivo, para Deleuze, é atravessado por uma grande falha, que coloca de um lado a forma do visível, e de outro, a forma do enunciável. Ambas irredutíveis. Contudo, é fora da dimensão das formas, no seu entremeio, numa outra dimensão que passa o fio que as costura uma à outra e ocupa entre-dois: trata-se da dimensão do poder. (DELEUZE, 2013, p.125) O poder é precisamente o elemento informal que passa entre as formas do saber, ou por baixo delas. Por isso ele é dito microfísico. Ele é força, e relação de forças, não forma. (DELEUZE, 2013, p.126)

Deleuze lê através da obra de Foucault que o ato de pensar está ligado ao poder, o qual se refere a uma relação de forças. Portanto, pensar é poder, é estender as relações de força, mas sem antes de compreendermos que as relações de força não se reduzem à violência, mas constituem ações sobre ações, tais como: incitar, induzir, desviar, facilitar ou dificultar, ampliar ou limitar, tornar mais ou menos provável. É o pensamento como estratégia. (DELEUZE, 2013, p.124).

Se na primeira fase de suas pesquisas Foucault investigava sobremaneira as formas do saber como arquitetura do pensamento, posteriormente ele ressaltaria as relações de força que articulam as formas através das disposições estratégicas do poder.

Foucault utilizava o método arqueológico, se preocupando com as regras que regiam as práticas discursivas e enfatizando uma prevalência teórica sobre a prática e as instituições. Em período posterior, Foucault passa a priorizar as práticas sobre as teorias, saindo de uma posição contemplativa de discursos, ao introduzir a genealogia como um modo de problematizar as práticas sociais de dentro. (LEMOS E CARDOSO, 2007, p.353).

Sabe-se que Foucault propôs uma filosofia pautada numa prática histórico-acontecimental, que coloca a tarefa crítica de pensamento à disposição no campo das lutas do presente. Eis que entram em cena os enfrentamentos de Maio de 68, que para Deleuze, puseram a nu todas as relações de poder, em toda parte onde se exerciam, isto é, em toda parte. Foucault, que outrora dava ênfase à pesquisa das formas, saltou para dentro do informe, de um elemento que ele mesmo chama de “microfísico”. (DELEUZE, 2013, p.134).

No artigo *O Sujeito e o Poder*, Foucault escreve que nas últimas duas décadas de suas pesquisas sua intenção não era a de analisar o fenômeno do poder nem elaborar os fundamentos de tal análise, mas era de criar uma história dos diferentes modos pelos quais, em nossa cultura, os seres humanos tornaram-se sujeitos. O filósofo se interessava sobretudo pelas “práticas divisoras”, aquelas que objetivam e separam indivíduos entre loucos e sãos, doentes e sadios, criminosos e “bons meninos”. (FOUCAULT, 1982, p.273).

No mesmo texto ele aponta que se envolveu bastante com a questão do poder, pois pareceu-lhe que o sujeito humano, assim como é colocado em relações de produção e de significação, é igualmente colocado em relações de poder muito complexas. (FOUCAULT, 1982, p.274). E portanto, ao invés de se pensar sobre uma racionalidade sobre os limites do poder que versassem sobre a totalização dos fenômenos de sujeição, se deveria analisar o poder mediante uma racionalização em vários campos, cada um dos quais com uma referência a uma experiência fundamental: loucura, doença, morte, crime, sexualidade etc. (FOUCAULT, 1982, p.276).

Desta forma seria necessário analisar o poder do ponto de vista de sua racionalidade interna, na qual consiste em analisar as relações de poder através do antagonismo das estratégias, pois para tanto é preciso compreender que as lutas são transversais, isto é, não estão confinadas a uma forma política e econômica particular de governo. Além do mais, pensar as lutas diante dos efeitos de poder como tal, a exemplo da medicina que exerce um poder fora de controle sobre os corpos das pessoas, sua saúde, sua vida e morte. (FOUCAULT, 1982, p.277).

Estas lutas também não objetivam o inimigo-mor, mas o inimigo imediato, ou seja, pensar nas instâncias de poder que lhe são mais próximas. Debruçar-se também sobre aquilo que separa o indivíduo, que quebra sua relação com os outros, fragmenta a vida comunitária, força o indivíduo a se voltar para si mesmo e o liga à sua própria identidade de um modo coercitivo. Lutar também contra os efeitos de poder relacionados ao saber, pois os privilégios do conhecimento são também uma oposição ao segredo, à deformação e às representações mistificadoras impostas às pessoas. Por fim, estas lutas dizem respeito às qualidades que nos são impostas por determinadas violências econômicas e ideológicas. Lutar como forma de recusar. (FOUCAULT, 1982, p.277-278).

Em suma, quando se trata de pesquisar, de uma investigar sobre relações de poder com a subjetividade a partir das inquietações suscitadas por Foucault, observa-se que ele nos apresenta um campo de possibilidades pelo qual podemos interrogar desde o presente, os desdobramentos, os atravessamentos que determinadas práticas construídas histórico e socialmente, nos fazem subjugados, dominados, sujeitos a instrumentalizações e discursos de verdade que nos fixam em identidades assujeitadas. Antigos processos que se transformam, que expandem suas fronteiras, que estendem seus tentáculos e fixam nossos corpos em estados de antinomadismos por meios subjetivizantes, por meios físicos, porém sempre por meios políticos, seja a nível micro, seja a nível macro. Pensar, portanto, poder, saber, espaço e subjetivação em Foucault é também pensar formas de resistência.

2. PODER DISCIPLINAR NAS OBRAS DE FOUCAULT

2. 1. Disciplinas

Na terceira parte do livro *Vigiar e Punir* (2014), Foucault vai falar sobre a disciplina. E após introduzir uma breve descrição de um conjunto de regras de postura, de gestos, de comportamentos que o soldado deveria apresentar na segunda metade do século XVIII, Foucault escreve que durante a Época Clássica houve uma descoberta do corpo como objeto e alvo de poder. O corpo que se pode manipular, modelar, treinar, obedecer, responder, tornar hábil ou multiplicar suas forças.

Escreve ainda que o livro do homem-máquina foi escrito simultaneamente em dois registros: o primeiro, o anátomo-metafísico, cujas primeiras páginas haviam sido escritas por Descartes e que os médicos, os filósofos continuaram; o outro, o técnico-político, constituído por um conjunto de regulamentos militares, escolares, hospitalares e por processos empíricos e refletidos para controlar ou corrigir as operações do corpo. Portanto, corpo inteligível e corpo útil, que entre ambos há pontos de cruzamento.

O livro ao qual Foucault faz referência, “O Homem Máquina”, de Julien Offray de la Mettrie (1709-1751), “é ao mesmo tempo uma redução materialista da alma e uma teoria geral do adestramento, no centro dos quais reina a noção de “docilidade” que une ao corpo analisável o corpo manipulável. É dócil um corpo que pode ser submetido, que pode ser utilizado, que pode ser transformado e aperfeiçoado”. (FOUCAULT, 2014, p.134).

A questão da docilidade no século XVIII, em primeiro lugar, diz respeito ao cuidado do corpo de forma detalhada através de uma coerção contínua que pode mantê-lo no nível da mecânica. Em segundo lugar, o corpo como objeto. Trabalhar a economia, a eficácia dos movimentos, sua organização interna, coagir suas forças. Em terceiro lugar, a modalidade, a qual consiste numa coerção ininterrupta, constante, que se exerce através de uma codificação que esquadrinha ao máximo o tempo, o espaço, os movimentos. Tais métodos articulados para uma relação de docilidade-utilidade formam o que Foucault chama de “disciplinas”.

Estas disciplinas já existiam muito antes do século XVIII em: conventos, nos exércitos, nas oficinas. Porém elas vão se desenvolver durante o século XVII e XVIII

como formas gerais de dominação. São todavia distintas da escravidão, da domesticidade, da vassalagem, do ascetismo e das disciplinas de tipo monástico.

O momento que propicia a emergência das disciplinas como regras no funcionamento social “é o momento em que nasce uma arte do corpo humano, que visa não unicamente o aumento de suas habilidades, nem tampouco aprofundar sua sujeição, mas a formação de uma relação que no mesmo mecanismo o torna tanto mais obediente quanto é mais útil, e inversamente”. (FOUCAULT, 2014, p.135).

A produção de docilidade-utilidade no corpo pela disciplina pode ser melhor compreendida pelas palavras de Foucault:

Em uma palavra: ela (a disciplina) dissocia o poder do corpo; faz dele por um lado uma “aptidão”, uma “capacidade” que ela procura aumentar; e inverte por outro lado a energia, a potência que poderia resultar disso, e faz dela uma relação de sujeição estrita. Se a exploração econômica separa a força e o produto do trabalho, digamos que a coerção disciplinar estabelece no corpo o elo coercitivo entre uma aptidão aumentada e uma dominação acentuada. (FOUCAULT, 2014, p.136).

Então trata-se de técnicas que serão aplicadas nos corpos visando uma canalização de suas forças, de suas energias, a fim de possibilitar que estes tornem-se úteis para determinados fins, e para que ao mesmo tempo, tornem-se dóceis, obedientes, para que sua sujeição em torno da dimensão do poder seja possível.

Foucault (2014) diz que essa nova anatomia política não deve ser entendida como uma descoberta súbita. Deve ser compreendida então a partir de suas proveniências, uma multiplicidade de processos que tiveram origens diversas e localizações esparsas, mas que entram em convergência e esboçam aos poucos a fachada de um método geral. Poder-se-ia encontrá-los nos colégios, nas escolas primárias, nos hospitais e na reestruturação da organização militar.

São técnicas minuciosas que estabelecem uma nova “microfísica do poder”, e que desde o século XVII passaram a ganhar campos cada vez mais vastos, como se fossem cobrir todo o corpo social. A disciplina é uma verdadeira arte do detalhe, a qual a Era Clássica acelerou e lhe deu instrumentos precisos. O detalhe, antes preocupação fundamental de categorias ascéticas e teológicas, foi sendo objeto de precisão também de práticas educacionais, pedagógicas e militares.

A atenção ao detalhe em torno de um dispositivo de poder pôde possibilitar a emergência de uma categoria também nova até então. Nas palavras de Foucault:

Uma observação minuciosa do detalhe, e ao mesmo tempo um enfoque político dessas pequenas coisas, para controle e utilização dos homens, sobem através da Era Clássica, levando consigo todo um conjunto de técnicas, todo um corpo de processos e de saber, de descrições, de receitas e dados. E desses esmiuçamentos, sem dúvida, nasceu o homem do humanismo moderno. (FOUCAULT, 2014, p.138).

Foucault (2014) vai então realizar uma descrição dos procedimentos utilizados para trabalhar este homem do humanismo moderno a partir de seus detalhes.

2.1.1. A Arte das Distribuições

Em primeiro lugar a disciplina distribui os indivíduos pelo espaço, e para isso utiliza diversas técnicas:

A especificação de um local heterogêneo a todos os outros e fechado em si mesmo. Local protegido da monotonia disciplinar. Houve o grande “encarceramento” dos vagabundos e dos miseráveis; houve outros mais discretos, mais insidiosos e eficientes.

Colégios: o modelo de convento se impõe pouco a pouco; o internato aparece como o regime de educação senão o mais frequente, pelo menos o mais perfeito;

Quartéis: é preciso fixar o exército, essa massa vagabunda; impedir a pilhagem e as violências; acalmar os habitantes que suportam mal as tropas de passagem; evitar os conflitos com as autoridades civis; fazer cessar as deserções; controlar as despesas.

Foucault observa também a construção de fábricas que parecem claramente um convento, uma fortaleza, uma cidade fechada. Ele diz ainda que o acesso a ela é estritamente controlado, e isso ocorre, pois “à medida que se concentram as forças de produção, o importante é tirar delas o máximo de vantagens e neutralizar seus inconvenientes (roubos, interrupção do trabalho, agitações e “cabalas”); de proteger os materiais e ferramentas e de dominar as forças de trabalho. (FOUCAULT, 2014, p.140).

O princípio da “clausura” não é indispensável. Os aparelhos disciplinares trabalham o espaço de maneira muito mais flexível e mais fina. Isto consiste em que cada

indivíduo fique em seu lugar, e em que cada lugar haja um indivíduo. Consiste também em decompor as implantações coletivas e analisar as pluralidades confusas, maciças ou fugidias.

Já em relação ao quadriculamento é importante “estabelecer as presenças e as ausências, saber onde e como encontrar os indivíduos, instaurar as comunicações úteis, interromper outras, poder a cada instante vigiar o comportamento de cada um, apreciá-lo, sancioná-lo, medir as qualidades ou os méritos. Procedimento, portanto, para conhecer, dominar e utilizar. A disciplina organiza um espaço analítico.” (FOUCAULT, 2014, p.140).

Porém Foucault ressalta que estas duas formas ainda se configuram toscas, rústicas.

Em primeiro lugar o exemplo deste processo que ocorre principalmente nos hospitais militares e marítimos. Foucault cita o Porto Comercial de Rochefort, em que circulam não só mercadorias, mas também homens alistados, deserções, contrabando doenças e epidemias. O hospital marítimo deve então cuidar, mas por isso mesmo deve ser um filtro, um dispositivo que afixa e quadricula; tem que realizar uma apropriação sobre toda essa mobilidade e esse formigar humano, decompondo a confusão da ilegalidade e do mal.

É como se a vigilância médica sobre as doenças e os contágios convergisse a determinados controles de ordem militar. Vigiar os desertores, as mercadorias, mas também administrar os remédios, as curas, as mortes. Daí então a necessidade de distribuir e dividir o espaço com rigor. A atenção era dada especialmente às coisas, às mercadorias, em oposição aos homens, às doenças. Entretanto, a partir daí, um sistema de controle dos medicamentos e dos doentes vai ser elaborado, que inclusive versa sobre o registro e a separação dos leitos, em especial àqueles que oferecem risco de contágio.

Pouco a pouco um espaço administrativo e político se articula em espaço terapêutico; tende a individualizar os corpos, as doenças, os sintomas, as vidas e as mortes; constitui um quadro real de singularidades justapostas e cuidadosamente distintas. Nasce da disciplina um espaço útil do ponto de vista médico. (FOUCAULT, 2014, p.142).

Foucault fala também das localizações funcionais, que não serão encontradas somente no espaço da administração médica, mas também nas fábricas que aparecem no

final do século XVIII a partir de um princípio de quadriculamento individualizante mais complexo, pois vai requerer a distribuição dos indivíduos sobre um aparelho de produção que tem suas exigências próprias.

Aparecem os “postos” de trabalho, os quais surgem da necessidade de articulação da distribuição dos corpos com a arrumação espacial do aparelho de produção. Foucault dá como exemplo a manufatura do industrial Christophe-Philippe Oberkampf (1738-1815), em Jouy-en-Josas, que consistia em uma série de oficinas especificadas segundo cada grande tipo de operações: para impressores, encaixadores, coloristas, pinceladoras, gravadoras, tintureiros.

Para Oberkampf, o arquiteto Toussaint Barré, construiu em 1791, o maior dos edifícios, com cento e dez metros de comprimento e três andares. 264 pessoas trabalhando no térreo divididas em duas fileiras, para que o diretor pudesse passar por entre elas e pudesse realizar uma vigilância ao mesmo tempo geral e individual; constatar a presença, a aplicação do operário, a qualidade de seu trabalho; comparar os operários entre si, classificá-los segundo sua habilidade e rapidez; acompanhar os sucessivos estágios de fabricação.

Sobre as localizações funcionais nos postos de trabalho da produção fabril, Foucault escreve:

Assim afixada de maneira perfeitamente legível a toda série de corpos singulares, a força de trabalho pode ser analisada em unidades individuais. Sob a divisão do processo de produção, ao mesmo tempo que ela, encontramos, no nascimento da grande indústria, a decomposição individualizante da força de trabalho; as repartições do espaço disciplinar muitas vezes efetuaram um e outra. (FOUCAULT, 2014, p.143).

Há a questão da posição na fila, que diz respeito ao fato de os elementos serem intercambiáveis, pois cada um se define pelo lugar que ocupa na série, e pela distância que o separa dos outros, ou seja, a posição que se ocupa numa fila. “A disciplina, arte de dispor em fila, e da técnica para a transformação dos arranjos. Ela individualiza os corpos por uma localização que não os implanta, mas os distribui e os faz circular numa rede de relações.” (FOUCAULT, 2014, p.143).

Para exemplificar tal questão, Foucault fala das classes de aulas do espaço escolar do século XVIII. Diz ele que depois de 1762 a organização das classes de aulas

organizadas por fileiras começa a definir a grande forma de repartição dos indivíduos na ordem escolar. Além de filas de alunos nas salas, filas de alunos nos pátios, a ordem em que serão colocados dependerá das tarefas e das provas numa determinada semana, mês ou ano. Haverá classes organizadas em torno da idade do aluno e também uma série sucessiva de assuntos ensinados que serão distribuídos em ordem de dificuldade crescente.

Por fim, de acordo com a idade, com o desempenho nas tarefas e nas provas, com o comportamento, o aluno pode ocupar ora uma fila, ora outra. Ele se desloca o tempo todo baseado numa hierarquia de saber ou de capacidade, e também numa distribuição baseada em valores ou méritos. “Movimento perpétuo onde os indivíduos substituem uns aos outros, num espaço escondido por intervalos alinhados.” (FOUCAULT, 2014, p.144).

Essas classes organizadas a partir de um espaço serial permitiram o controle ao mesmo tempo individual e total dos desempenhos e dos comportamentos dos alunos pela organização de um espaço escolar que funciona como uma máquina de ensinar, mas também de hierarquizar e recompensar.

Em suma, tais maneiras de se distribuir os corpos através colocando-os em determinados lugares, fileiras, traduzem-se por um espaço complexo composto por elementos arquiteturais, funcionais e hierárquicos, que possibilitam a obediência dos indivíduos e também a economia do tempo e dos gestos. A essa primeira característica das disciplinas, que se refere não só a um planejamento arquitetural, mas também a uma distribuição dos corpos em lugares e em fileiras, constituem-se os “quadros vivos”, cuja função é transformar as multidões confusas, inúteis ou perigosas em multiplicidades organizadas.

Foucault (2014) argumenta que a constituição de quadros era um dos grandes problemas da tecnologia científica, política e econômica do século XVIII, visto que estes quadros eram utilizados para classificar racionalmente os seres vivos, observar, controlar, regularizar a circulação das mercadorias e da moeda. Os quadros também eram necessários para a divisão cuidadosa do espaço hospitalar para que se realizasse uma classificação sistemática das doenças.

No século XVIII o quadro tornava-se uma técnica de poder e um processo de saber, que por esta articulação organiza o múltiplo e obtém um instrumento para percorrê-

lo e dominá-lo. Diferentemente dos critérios que eram utilizados no quadro por um viés taxonômico, o quadro na disciplina tem suas próprias especificidades.

A tática disciplinar se situa sobre o eixo que liga o singular ao múltiplo. Ela permite ao mesmo tempo a caracterização do indivíduo como indivíduo, e a colocação em ordem de uma multiplicidade dada. Ela é a condição primeira para o controle e o uso de um conjunto de elementos distintos: a base para uma microfísica que poderíamos chamar “celular”. (FOUCAULT, 2014, p.146).

2.1.2. O Controle da Atividade

Foucault escreve que durante séculos, as ordens religiosas foram mestras de disciplinas: técnicos do ritmo e das atividades regulares. Um processo que as disciplinas aplicadas, por exemplo, nas escolas, nas oficinas e nas fábricas no século XIX, modificaram de maneira mais meticulosa. Um tempo que se media em horas, minutos e segundos. “Nas escolas elementares, a divisão do tempo se torna cada vez mais esmiuçante; as atividades são cercadas o mais possível por ordens a que se tem que responder imediatamente.” (FOUCAULT, 2014, p.147).

Já ao comparar duas maneiras de controlar a marcha de uma tropa, a primeira do século XVII e a segunda do XVIII, Foucault mostra como no último caso ocorre uma espécie de esquema anátomo-cronológico do comportamento. “O ato é decomposto em seus elementos; é definida a posição do corpo, dos membros, das articulações; para cada movimento é determinada uma direção, uma amplitude, uma duração; é prescrita sua ordem de sucessão. O tempo penetra no corpo, e com ele todos os controles minuciosos do poder.” (FOUCAULT, 2014, p.149).

No bom emprego do corpo, que permite um bom emprego do tempo, nada deve ficar ocioso ou inútil. Um corpo bem-disciplinado forma o contexto de realização do mínimo gesto. Uma boa caligrafia, por exemplo, supõe uma ginástica – uma rotina cujo rigoroso código abrange o corpo inteiro, da ponta do pé à extremidade do indicador. Foucault cita um excerto da *Conduite des écoles chrétiennes*¹², de Jean-Baptiste de La Salle (1651-1719), um sacerdote que neste documento descrevera detalhadamente todo

¹² Em tradução livre, *Condução de escolas cristãs*.

um conjunto de gestos que o aluno deveria seguir quando na sala de aula. O filósofo comenta que um corpo disciplinado é a base de um gesto eficiente.

Foucault aponta que a disciplina define cada uma das relações que o corpo deve manter com o objeto que manipula. A disciplina estabelece cuidadosa engrenagem entre um e outro. Após descrever, através de um documento do século XVIII, os procedimentos que um soldado deveria seguir para o manuseio de seu fuzil, o filósofo nomeia este processo de codificação instrumental do corpo, a qual consiste numa decomposição do gesto, que consiste numa descrição dos elementos do corpo que serão postos em jogo, dos elementos do objeto manipulado, para que finalmente os elementos do corpo e do objeto se correlacionem e fixem a ordem canônica em que cada uma dessas correlações ocupa num lugar determinado.

Através desta correlação de elementos do corpo com o objeto constitui-se um complexo corpo-arma, mais também corpo-instrumento, corpo-máquina. “A regulamentação imposta pelo poder é ao mesmo tempo a lei de construção da operação. E assim aparece esse caráter do poder disciplinar: tem uma função menos de retirada que de síntese, menos de extorsão do produto que de laço coercitivo com o aparelho de produção.” (FOUCAULT, 2014, p.151).

Sobre a questão do horário, era considerado em sua forma tradicional, diz Foucault, como um princípio de não-ociosidade que atingia a Deus e aos homens, era essencialmente negativa. No caso da disciplina organiza-se uma economia positiva, visto que ela coloca o princípio de uma utilização teoricamente sempre crescente do tempo. O importante é extrair do tempo sempre mais instantes disponíveis e de cada instante sempre mais forças úteis, de maneira que se possa tender para um ponto ideal em que o máximo de rapidez encontra o máximo de eficiência.

Como exemplo Foucault cita a carta de Marechal de Saxe ao Conde d'Argenson, na qual atribuía a vitória do exército prussiano (comandado então pelo rei da Prússia, Frederico II) à excelência disciplinar de suas tropas, as quais subdividiam em vários tempos o ato de colocar a arma ao pé, de estendê-la, de colocá-la ao contrário sobre o ombro etc. O filósofo cita também o regulamento da chamada escola mútua, na qual atividades múltiplas eram ordenadas seguidas de um ritmo imposto por sinais, apitos comandos que impunham normas temporais que deviam ao mesmo tempo acelerar o processo de aprendizagem e ensinar a rapidez como uma virtude.

Por meio de tal técnica de sujeição, Foucault escreve que o corpo mecânico, composto de sólidos e comandado por movimentos, vai ser substituído pelo corpo natural, o qual é portador de forças e sede de algo durável, suscetível de operações específicas, que têm sua ordem, seu tempo, suas condições internas, seus elementos constituintes. O corpo ao tornar-se alvo dos mecanismos do poder, oferece-se a novas formas de saber, e com isto torna-se um corpo do exercício, mais do que da física especulativa, um corpo manipulado pela autoridade mais que atravessado pelos espíritos animais, um corpo do treinamento útil e não da mecânica racional.

A respeito deste novo corpo orgânico Foucault escreve:

Vimos como os processos de repartição disciplinar tinham seu lugar entre as técnicas contemporâneas de classificação e enquadramento, e como eles aí introduziam o problema específico dos indivíduos e da multiplicidade. Do mesmo modo, os controles disciplinares da atividade encontram lugar em todas as pesquisas, teóricas ou práticas, sobre a máquina geral dos corpos; mas elas começaram a descobrir nisso processos específicos; o comportamento e suas exigências orgânicas vão pouco a pouco substituir a simples física do movimento. O corpo, do qual se requer que seja dócil até em suas mínimas operações, opõe e mostra as condições de funcionamento próprias a um organismo. O poder disciplinar tem por correlato uma individualidade não só analítica e “celular”, mas também natural e “orgânica”. (FOUCAULT, 2014, p. 153).

2.1.3. A Organização da Gênese

As disciplinas, que analisam o espaço, que decompõem e recompõem as atividades, devem ser também compreendidas como aparelhos para adicionar e capitalizar o tempo. E isto por quatro processos, que a organização militar mostra com toda a clareza.

1 – Dividir a duração em segmentos, sucessivos ou paralelos, dos quais cada um deve chegar a um termo específico. Enfim, decompor o tempo em sequências, separadas e ajustadas.

2 – Organizar sequências segundo um esquema analítico – sucessão de elementos tão simples quanto possível, combinando-se segundo uma complexidade crescente. O que supõe que a instrução abandone o princípio da repetição analógica.

3 – Finalizar esses segmentos temporais, fixar-lhes um termo marcado por uma prova, que tem a tríplice função de indicar se o indivíduo atingiu o nível estatutário, de

garantir que sua aprendizagem está em conformidade com a dos outros, e diferenciar as capacidades de cada indivíduo.

4 – Estabelecer séries de séries; prescrever a cada um, de acordo com seu nível, sua antiguidade, seu posto, os exercícios que lhe convêm; os exercícios comuns têm um papel diferenciador e cada diferença comporta exercícios específicos. Ao termo de cada série, começam outras, formam uma ramificação e se subdividem por sua vez. De maneira que cada indivíduo se encontra preso numa série temporal, que define especificamente seu nível ou sua categoria.

Foucault sublinha que este tempo disciplinar vai se impondo à prática pedagógica, a qual organiza diversos estágios separados uns dos outros por provas graduadas. Em cada fase, se desenvolvem programas, nos quais consistem na realização de exercícios de dificuldade crescente, que por fim qualificam os indivíduos de acordo com seu desempenho em cada série. Portanto um tempo disciplinar com séries múltiplas e progressivas, que opera através de uma pedagogia analítica de caráter minucioso e hierarquizante.

O filósofo ressalta ainda que a pedagogia da colocação em série permite todo um investimento de duração pelo poder, visto que possibilita um controle detalhado e uma intervenção pontual a cada momento do tempo (de diferenciação, de correção, de castigo, de eliminação). A colocação em série permite também utilizar os indivíduos de acordo com o nível que têm nas séries que percorrem, possibilitando acumular o tempo e a atividade, para que se encontre-os totalizados e utilizáveis num resultado último, que é a capacidade final do indivíduo. “O poder se articula diretamente sobre o tempo; realiza o controle dele e garante sua utilização.” (FOUCAULT, 2014, 157)

Como os procedimentos disciplinares relativos à série e ao desempenho do indivíduo estarão ligados a uma ideia de um tempo evolutivo, as técnicas disciplinares serão aqueles que corresponderão a um nível micro, ao macro termo de progresso da sociedade pelas técnicas administrativas e econômicas. Foucault demarca que uma macro e uma microfísica do poder permitiram a integração de uma dimensão temporal, unitária, cumulativa no exercício dos controles e das práticas das dominações. Progresso e evolução, termos muito caros inclusive a uma noção de que muitos têm dos desdobramentos do processo histórico como teleologia ou como rememoração dos grandes feitos.

Esta ideia de um *continuum* temporal da individualidade-gênese, como aponta Foucault, é um efeito e objeto da disciplina. No centro do procedimento de seriação da aprendizagem genética encontra-se a técnica do “exercício”, técnica pela qual se impõe aos corpos tarefas ao mesmo tempo repetitivas e diferentes, mas sempre graduadas. “Dirigindo o comportamento para um estado terminal, o exercício permite uma perpétua caracterização do indivíduo seja em relação a esse termo, seja em relação aos outros indivíduos, seja em relação a um tipo de percurso. Assim, realiza na forma da continuidade e da coerção, um crescimento, uma observação, uma qualificação.” (FOUCAULT, 2014, p.158).

Genealogicamente Foucault pôde notar que esta organização linear, continuamente progressiva do tempo foi introduzida tardiamente na escola e no exército, pois sua origem se deu em ordens religiosas, encontrada principalmente no grupo religioso Irmãos da Vida Comum, no qual atribuía o aperfeiçoamento autoritário dos alunos pelo professor. Daí a questão do exercício emerge nas práticas em que vão ser inseridas, todavia não sobre um aspecto de salvação comunitária, mas sob uma ótica de economia temporal da vida, de uma acumulação do tempo útil. “O exercício, transformado em elemento de uma tecnologia política do corpo e da duração, não culmina num mundo além; mas tende para uma sujeição que nunca terminou de se completar.” (FOUCAULT, 2014, p.159).

2.1.4. A Composição das Forças

A disciplina não é mais simplesmente uma arte de repartir os corpos, de extrair o tempo deles, mas de compor forças para obter um aparelho eficiente. O corpo é considerado um elemento pelo qual se pode colocar, mover, articular com outros corpos, o que faz do corpo um corpo-segmento. Tem-se aí uma relação funcional do corpo, uma inserção deste corpo-segmento em todo um conjunto com o qual se articula. A disciplina faz do corpo então uma peça de máquina multissegmentar.

São consideradas peças também as várias séries cronológicas que a disciplina deve combinar para formar um tempo composto. Nesta lógica o tempo de uns se deve ajustar ao tempo de outros de maneira que se possa extrair a máxima quantidade de forças de cada um e combiná-la num resultado ótimo. Durante toda a vida do indivíduo se pode extrair forças dele, de maneira que se saiba diferenciá-lo e combiná-lo com os outros.

Nesta composição detalhada dos corpos que visam a extração de suas forças também se fazem necessários um sistema preciso de comando, no qual toda a atividade do indivíduo disciplinar deve ser repartida e sustentada por injunções cuja eficiência repousa na brevidade e na clareza. Portanto ordens que são explicitadas que não precisam explicação e nem de formulação, apenas requerem que se manifeste um comportamento desejado. Na relação entre o mestre da disciplina e aquele que está em condição de assujeitamento é proposto um conjunto de sinais aos quais este deve reagir de acordo com um código mais ou menos artificial previamente estabelecido.

Para visualizar melhor o modo de assujeitamento dos corpos partir da disciplina, uma citação do próprio Foucault:

Em resumo, pode-se dizer que a disciplina produz, a partir dos corpos que controla, quatro tipos de individualidade, ou antes uma individualidade dotada de quatro características: é celular (pelo jogo da repartição espacial), é orgânica (pela codificação das atividades), é genética (pela acumulação do tempo), é combinatória (pela composição das forças). E, para tanto, utiliza quatro grandes técnicas: constrói quadros; prescreve manobras; impõe exercícios; enfim, para realizar a combinação das forças, organiza “táticas”. P.164

É justamente desta característica da disciplina de manejar um corpo como parte de uma máquina multissegmentar que torna a tática uma arte de construir, juntamente com os corpos localizados, as atividades codificadas e as aptidões formadas, aparelhos em que o produto das diferentes forças se encontra aumentado por sua combinação calculada. Se como Foucault descreve que a “política” foi concebida como a continuação da guerra, as disciplinas reúnem um conjunto de técnicas, procedimentos que atravessam os corpos, durante todas as etapas de suas vidas, transformando-os em engrenagens cuidadosamente subordinadas de uma máquina a fim de extrair deles o grau máximo de produtividade, compondo suas forças em torno em torno de um poder que não só coage, mas que também produz um tipo de assujeitamento ligado a determinadas modalidades de saber. Uma sociedade disciplinada seria uma sociedade perfeita de acordo com muitos filósofos e juristas do século XVIII.

2.1.5. Os Recursos para um Bom Adestramento

Foucault escreve que o poder disciplinar é um poder que tem como função maior “adestrar”, ou melhor dizendo, adestrar para retirar e se apropriar ainda mais e melhor. É um poder que não amarra as forças para reduzi-las, mas procura ligá-las para multiplicá-

las e utilizá-las num todo. Ao invés de dobrar uniformemente e por massa tudo o que lhe está submetido, o poder disciplinar separa, analisa, diferencia, leva seus processos de decomposição até às singularidades necessárias e suficientes. (FOUCAULT, 2014, p.167).

O filósofo indica que o poder disciplinar penetrará inclusive no aparelho judiciário. Sintetiza-se sobre os efeitos do poder disciplinar através de uma citação de Foucault:

A disciplina “fabrica” indivíduos; ela é a técnica específica de um poder que toma os indivíduos ao mesmo tempo como objetos e como instrumentos de seu exercício. Não é um poder triunfante que, a partir de seu próprio excesso, pode-se fiar em seu superpoderio; é um poder modesto, desconfiado, que funciona a modo de uma economia calculada, mas permanente. Humildes modalidades, procedimentos menores, se os compararmos aos rituais majestosos da soberania ou aos grandes aparelhos do Estado. E são eles justamente que vão pouco a pouco invadir essas formas maiores, modificar-lhes os mecanismos e impor-lhes seus processos. (FOUCAULT, 2014, p.167).

O filósofo sublinha que o sucesso do poder disciplinar foi se deve ao uso de três instrumentos simples: a vigilância hierárquica, a sanção normalizadora e sua combinação num procedimento que lhe é específico, o exame.

2.1.6. A Vigilância Hierárquica

Especialmente durante a Época Clássica observa-se uma preocupação com os fenômenos da multiplicidade humana, e para tanto, todo um aparato tecnológico é elaborado em prol da visibilidade e da vigilância para o controle destas multiplicidades. Portanto, “o exercício da disciplina supõe um dispositivo que obrigue pelo jogo do olhar: um aparelho onde as técnicas que permitem ver induzam a efeitos de poder, e onde, em troca, os meios de coerção tornem claramente visíveis aqueles sobre quem se aplicam.” (FOUCAULT, 2014, p.168).

Neste período são construídos “observatórios” pelos quais se pôde implementar, mediante uma arte da luz e do visível, técnicas que possibilitaram a emergência de novos saberes sobre o homem. Foucault destaca que o modelo do acampamento militar, funcionou como um diagrama de poder que agia pela visibilidade geral, e que foi sendo expandido para outros campos e lugares, como no urbanismo, na construção das casas operárias, nos hospitais, nos asilos, nas prisões, nas casas de educação.

As disposições arquitetônicas, que outrora calcavam-se simplesmente na questão da apreciação (palácios) e em problemáticas referentes à vigilância exterior (fortalezas), foram sendo projetadas para dar conta, não só dos indivíduos que se encontrariam dentro de suas instalações, mais como também para promover sua transformação, permitindo conhecê-los, agindo sobre eles e levando até eles os efeitos do poder. Novas modalidades da articulação entre saber-poder e espaço que serão implementadas, por exemplo, em escolas e hospitais.

Em relação ao saber que se permitiu produzir a partir destas novas configurações espaciais, Foucault explana que as instituições disciplinares produziram uma maquinaria de controle que funcionou como um microscópio do comportamento, e que através destas, as divisões tênues e analíticas por elas, formaram, em torno dos homens, um aparelho de observação, de registro e de treinamento. E diante de uma problemática referente à melhor forma de subdividir os olhares que observam os comportamentos, arquitetos como Ledoux (1736-1806) propunham construções que consistiam em edifícios dispostos em círculo e que se abriam todos para o interior. Desta maneira seriam otimizados os processos ligados às funções administrativas de direção, policiais de vigilância, econômicas de controle e de verificação, religiosas de encorajamento à obediência, enfim, todo um conjunto de funções que seriam permitidas utilizando apenas a geometria do espaço, o que era parte integrante de certa utopia política da segunda metade do século XVIII.

Contudo, em oposição ao olhar circular, o olhar configurado em pirâmide atendia as exigências de uma vigilância em rede, a qual permitia multiplicar seus degraus, e espalhá-los sobre toda a superfície a controlar, de maneira bastante discreta pela qual seria possível conferir sobre a massa inerte uma atividade disciplinar que aumentava seus efeitos possíveis, decompondo suas instâncias, mas que aumentavam sua função produtora. Uma especificação da vigilância para torná-la funcional.

Em torno de um aparelho de produção mais importante e mais complexo, de um aumento do número de operários e da divisão do trabalho, as tarefas de controle se faziam mais necessárias e mais difíceis. Em determinadas oficinas e fábricas a função de vigiar se tornava ao mesmo tempo uma função definida e parte integrante do processo de produção. “A vigilância se torna um operador econômico decisivo, na medida em que é

ao mesmo tempo uma peça interna no aparelho de produção e uma engrenagem específica do poder disciplinar.” (FOUCAULT, 2014, p.172).

Nesta rede de poder que a vigilância hierárquica permite, o poder disciplinar se torna um sistema “integrado”, ligado do interior à economia e aos fins do dispositivo onde é exercido. O poder se torna múltiplo, automático e anônimo, visto que a vigilância repousa sobre os indivíduos, funcionando de cima para baixo, de baixo para cima e também de forma lateral, onde os próprios fiscais são perpetuamente fiscalizados.

2.1.7. A Sanção Normalizadora

Nos sistemas disciplinares ocorrem também certos tipos de mecanismos penais, formas particulares de sanção, instâncias de julgamento que lhes conferem um caráter de infrapenalidade. Em tais sistemas se quadriculam um espaço vazio deixado pelas leis e se qualificam e reprimem um conjunto de comportamentos que escapava aos grandes sistemas de castigo.

Em espaços escolares, no exército, nas oficinas serão encontrados toda uma micropenalidade do tempo que pune as faltas, os atrasos, comportamentos que não estão de acordo com as normas estabelecidas no espaço a que se refere. Punem-se também, mesmo que através de pequenas humilhações, uma determinada inadequação a uma lei natural proposta. O que poderia ser exemplificado por um aluno que não consegue desenvolver uma atividade direcionada ao seu grau de instrução relacionado, sendo colocado então no banco dos “ignorantes”.

Quando se refere aos castigos impostos pelos sistemas disciplinares, nota-se que estes possuem um caráter corretivo, o qual tem por função reduzir os desvios. Almeja-se através do efeito corretivo da disciplina uma intensificação, uma insistência do exercício que visa colocar o indivíduo dentro dos padrões projetados. Mediante este processo há uma polarização entre dois elementos na penalidade disciplinar, na qual, por um lado se qualificam bons comportamentos, e por outro lado se pune diferencialmente os maus, cotejando-se assim uma certa economia quantitativa e qualitativa, toda uma avaliação e uma diferenciação dos indivíduos que se torna inclusive uma determinada maneira de conhecê-los.

Portanto, nos sistemas disciplinares existe uma penalidade perpétua que atravessa todos os pontos e controla todos os instantes das instituições disciplinares através de

comparações, diferenciações, hierarquizações, homogeneizações e exclusões. Em outras palavras, a disciplina normaliza. Ao versar sobre determinados comportamentos desviantes da norma, os dispositivos disciplinares produziram uma “penalidade da norma”, que inclusive vai se tornando parte de uma racionalidade político-punitiva que se refere à caracterização dos graus de normalidade e das condutas e dos indivíduos anormais. Nas palavras de Foucault:

Em certo sentido, o poder de regulamentação obriga à homogeneidade; mas individualiza, permitindo medir os desvios, determinar os níveis, fixar as especialidades e tornar úteis as diferenças, ajustando-as umas às outras. Compreende-se que o poder da norma funcione facilmente dentro de um sistema de igualdade formal, pois dentro de uma homogeneidade, que é a regra, ele introduz, como um imperativo útil e resultado de uma medida, toda a gradação das diferenças individuais. (FOUCAULT, 2014, p.181).

2.1.8. O Exame

A combinação das técnicas relacionadas à vigilância hierárquica com as da sanção normalizadora serão encontradas num procedimento característico do poder disciplinar: o exame. Como Foucault estabelece, o exame é um controle normalizante, uma vigilância que permite qualificar, classificar e punir. Além do mais, o exame estabelece sobre os indivíduos uma visibilidade através da qual eles são diferenciados e sancionados.

O exame se manifesta também nos dispositivos disciplinares através de rituais, nos quais se reúnem a cerimônia do poder e a forma da experiência, a demonstração da força e o estabelecimento da verdade. Neste ritual que se realiza pelo exame, manifesta-se a sujeição dos que são percebidos como objetos e a objetivação dos que se sujeitam. Portanto, mediante a realização do exame se possibilita toda uma articulação entre relações de saber e de poder, que ao funcionarem como uma tecnologia de assujeitamento, difundem-se em práticas psiquiátricas, pedagógicas, de diagnóstico de doenças e até mesmo em processos de contratação de mão-de-obra.

O exercício do poder disciplinar, diferente do suntuoso poder soberano, se desenrola de maneira invisível, mas por outro lado, aos que são submetidos por ele, a visibilidade é uma constância. É como se o processo de assujeitamento operasse por uma luz que captura os indivíduos em suas singularidades, e o exame é o procedimento que garante tal sujeição através de um mecanismo de objetivação. No espaço em que a

disciplina se efetua, ocorre uma determinada organização de objetos, na qual o exame torna-se justamente a cerimônia desta objetivação.

O poder disciplinar, através do exame, faz também a individualidade entrar num campo documentário. Toda uma organização e minúcias sobre os corpos e os dias, os quais se materializam num arquivo. Além do mais, o exame organiza um campo de vigilância de uma singularidade dispersa sobre uma rede de anotações escritas, as quais vão formar determinada quantidade de documentos que captam e fixam os indivíduos. Obtém-se a partir daí um sistema de registro intenso e de acumulação documentária, as quais vão se assemelhar a registros de funções administrativas, porém que se referem a métodos de investigação, de assimilação ou de descrição.

Devido a todo o aparato de escrita do exame, pode-se constituir o indivíduo como objeto descritível, analisável, para mantê-los em seus traços singulares, em sua evolução particular em suas aptidões ou capacidades próprias, sob o controle de um saber permanente. Pode-se também constituir um sistema comparativo que permite a medida de fenômenos globais, a descrição de grupos, a caracterização de fatos coletivos, a estimativa dos desvios dos indivíduos entre si, sua distribuição numa “população”. (FOUCAULT, 2014, p.186).

O instrumento do exame, ao conectar todas as suas técnicas documentárias faz de cada indivíduo um caso, que por sua vez será articulado por um conhecimento para com a dimensão do poder. Nesta situação, compreende-se o caso, não como na situação específica da jurisprudência, mas como uma forma do indivíduo poder ser descrito, mensurado e comparado a outros. Esta questão também vai se direcionar ao indivíduo que tem que ser treinado ou retreinado, classificado, normalizado, excluído.

Diferente dos relatos de vida, das crônicas que faziam parte de um ritual de poder, no poder disciplinar, a individualidade descritível será utilizada como controle e método de dominação. Produzem-se então arquivos, que não serão utilizados para lembranças futuras, senão para utilizações eventuais. E esta captura procedida pela escrita vai atingir sobremaneira crianças, doentes, loucos, condenados. A partir do século XVIII são estes indivíduos que serão objeto de descrições individuais e de relatos biográficos, não por processos de heroificação, mas de objetivação e de sujeição. O poder, dentro do viés disciplinar, produz individualidades, pelas quais vai se poder estabelecer traços, medidas, desvios, notas e que farão delas um “caso”.

Foucault realiza uma conclusão geral deste processo de produção da individualidade pela escritura do exame:

Finalmente, o exame está no centro dos processos que constituem o indivíduo como efeito e objeto de poder, como efeito e objeto de saber. É ele que, combinando vigilância hierárquica e sanção normalizadora, realiza as grandes funções disciplinares de repartição e classificação, de extração máxima das forças e do tempo, de acumulação genética contínua, de composição ótima das aptidões. Portanto, de fabricação da individualidade celular, orgânica, genética e combinatória. Com ele se ritualizam aquelas disciplinas que se pode caracterizar com uma palavra dizendo que são uma modalidade de poder para o qual a diferença individual é pertinente. (FOUCAULT, 2014, p.188).

Conforme Foucault indica, as disciplinas marcam o momento de uma troca do eixo político da individualização, que outrora era específico da continuidade do poder soberano. “Num regime disciplinar, a individualização, ao contrário, é “descendente” à medida que o poder se torna anônimo e mais funcional, aqueles sobre os quais se exerce tendem a ser mais fortemente individualizados; e por fiscalizações mais que por cerimônias, por observações mais que por relatos comemorativos, por medidas comparativas que têm a “norma” como referência, e não por genealogias que dão os ancestrais como pontos de referência; por “desvios” mais que por proezas. (FOUCAULT, 2014, p.188).

2.2. O Panoptismo

Sabe-se que para Foucault o processo de subjetivação está relacionado com a dimensão do saber, tal qual a força estratégica que permite sua implantação: o poder.

Como já foi visto, Foucault critica uma noção de poder localizacionista (no Estado ou em alguém). O poder seria da ordem da relação de forças; diz respeito às ações que são efetuadas visando as ações de outras pessoas. Portanto, faz-se necessário que se pense acerca das diferentes táticas que o poder utiliza para assujeitar o outro. E é sobre tal temática que encontramos a questão do espaço.

Tanto nas conferências *A Verdades e as Formas Jurídicas* (1973), no curso *O Poder Psiquiátrico* (1973-1974), no livro *Vigiar e Punir* (1975) e no livro *Microfísica do Poder* (1979) Foucault relaciona vários atravessamentos de saber e poder aos indivíduos

ligados à utilização estratégica de disposições espaciais, em especial ao Panóptico de Bentham.

Jeremy Bentham era um filósofo e jurista inglês que projetou um modelo arquitetural de prisão, mas que também poderia ser utilizado por outras instituições. Vejamos a descrição que Foucault (2014) realiza sobre o projeto panóptico de Bentham:

Na periferia uma construção em anel; no centro, uma torre: esta é vazada de largas janelas que se abrem sobre a face interna do anel; a construção periférica é dividida em celas, cada uma atravessando toda a espessura da construção; elas têm duas janelas, uma para o interior, correspondendo às janelas da torre; outra, que dá para o exterior, permite que a luz atravesse a cela de lado a lado. Basta então colocar um vigia na torre central, e em cada cela trancar um louco, um doente, um condenado, um operário ou um escolar. Pelo efeito da contraluz, pode-se perceber da torre, recortando-se exatamente sobre a claridade, as pequenas silhuetas cativas nas celas da periferia. Tantas jaulas, tantos pequenos teatros, em que cada ator está sozinho, perfeitamente individualizado e constantemente visível. O dispositivo panóptico organiza unidades espaciais que permitem ver sem parar e reconhecer imediatamente. Em suma, o princípio da masmorra é invertido: ou antes, de suas três funções – trancar, privar de luz e esconder – só se conserva a primeira e se suprimem as outras duas. A plena luz e o olhar de um vigia captam melhor que a sombra, que finalmente protegia. A visibilidade é uma armadilha. (FOUCAULT, 2014, p.194).

O primeiro efeito desta disposição arquitetônica do panóptico é o de induzir na pessoa que está na cela um estado consciente e permanente de visibilidade que assegura o funcionamento automático do poder. Desta maneira não se faz necessário um poder que coaja incessantemente através de meios físicos diretos, senão por uma virtualidade da relação de poder que consiste justamente na certeza de se estar sendo vigiado de forma contínua.

Foucault (2014) aponta que este dispositivo é importante, devido a sua capacidade de automatização e de desindividualização do poder, porque o panóptico consiste numa certa distribuição concertada dos corpos, das superfícies, das luzes, dos olhares. O funcionamento desta maquinaria interna do poder produz um tipo de relação na qual os indivíduos se encontram presos.

Essa relação diz respeito à superfície de aplicação, e é aí que consiste a eficácia do poder, numa força limitadora. Quem está submetido a um campo de visibilidade, e

sabe disso, retoma por sua conta as limitações do poder. A armadilha a que Foucault fez referência significa que a pessoa inscreve em si própria a relação de poder de forma espontânea, o que é possibilitado por essa espécie de autovigilância, uma sujeição que a pessoa faz de si mesma.

Se consideramos o panóptico como um princípio de disposição estratégica do espaço para a economia das relações de poder, visto que possibilita um alívio dos fardos físicos do poder assujeitador, encontraremos sua aplicação pelas mais diversas instituições, tais como: fábricas, escolas, hospitais etc. Foucault (2014) diz que pelo panoptismo se pode exercer um papel de naturalista, que classifica, que ordena, juntamente com um campo de saber, uma organização das multiplicidades para fins de controle.

Sobre esta questão, diz o filósofo:

O Panóptico também faz um trabalho de naturalista. Permite estabelecer as diferenças nos doentes, observar os sintomas de cada um, sem que a proximidade dos leitos, a circulação dos miasmas, os efeitos do contágio misturem os quadros clínicos; nas crianças, anotar os desempenhos (sem que haja limitação ou cópia), perceber as aptidões, apreciar os caracteres, estabelecer classificações rigorosas e, em relação a uma evolução normal, distinguir o que é “preguiça e teimosia” do que é “imbecilidade incurável”; nos operários, anotar as aptidões de cada um, comparar o tempo que levam para fazer um serviço, e, se são pagos por dia, calcular seu salário em vista disso. (FOUCAULT, 2014, p.197).

Portanto o panóptico possibilita também uma classificação e ordenação das diferenças pela organização dos lugares que cada um vai ocupar.

Além disso há que se considerar o panóptico como uma máquina de fazer experiências, um laboratório de poder, pois graças a seus mecanismos de observação pode-se aumentar a eficácia e a capacidade de penetração no comportamento dos homens. Isto reverbera numa ampliação da dimensão do saber nas dimensões do poder, visto que nas superfícies onde o poder se exerce novos objetos de conhecimento são construídos.

Foucault (2014) diz que não se deve considerar o panóptico como um edifício onírico. É na verdade um diagrama de um mecanismo de poder, uma figura de tecnologia política que se pode e que se deve destacar de qualquer uso específico. É um tipo de implantação dos corpos no espaço, de disposição dos centros e dos canais de poder, de

definição de seus instrumentos e de modos de intervenção, que se podem utilizar nos hospitais, nas oficinas, nas escolas, nas prisões.

A utilização do espaço através do dispositivo panóptico permite aperfeiçoar o exercício do poder, em primeiro lugar, porque pode reduzir o número dos que o exercem, e em segundo lugar, porque multiplica o número daqueles sobre os quais é exercido. Além do mais, ele promove uma pressão constante que age antes mesmo que as faltas, crimes, erros sejam cometidos. Não utilizando mais do que sua arquitetura e geometria, ele age diretamente sobre os indivíduos. É como se desse ao espírito poder sobre o espírito.

Outra questão que merece destaque no panóptico é que ele é capaz de vir se integrar em qualquer função, seja ela terapêutica, de educação, de castigo, de produção, de maneira que ele pode aumentar essa função, ligando-se intimamente a ela, constituindo um mecanismo misto no qual as relações de poder e de saber podem se ajustar exatamente, e até nos detalhes dos processos que é preciso controlar, atuando de maneira sutil, mas que aumenta a eficácia e seus pontos de apoio.

Portanto o Panóptico tem um papel de amplificação do poder, visto que ele possibilita tornar mais fortes as forças sociais, aumentando a produção, desenvolvendo a economia, espalhando a instrução, elevando o nível da moral pública, faz crescer e multiplicar. E diferente do poder de ordem soberana, violento, descontínuo, ele capacita um exercício de poder de forma contínua sobre os alicerces da sociedade. Ele estabelece seu campo de ação em regiões baixas, a dos corpos irregulares, com seus detalhes, seus movimentos múltiplos, suas forças heterogêneas, suas relações espaciais, operando através de mecanismos que analisam distribuições, desvios, séries, combinações, e utilizam instrumentos para tornar visível, registrar, diferenciar e comparar. Uma física de um poder relacional e múltiplo, cuja intensidade máxima se dá nos corpos aos quais se permitem individualizar. (FOUCAULT, 2014, p.202).

Como princípio geral de uma nova “anatomia política”, o Panóptico planejado por Bentham, permitiria que uma rede de dispositivos que estariam em toda parte e sempre alertas, percorrendo toda a sociedade sem lacuna e nem interrupção. “O arranjo panóptico dá a fórmula dessa generalização. Ele programa, no nível de um mecanismo elementar e facilmente transferível, o funcionamento de base de uma sociedade toda atravessada por mecanismos disciplinares. (FOUCAULT, 2014, *idem*).

Foucault reitera que a disciplina considerada como um mecanismo, difunde seus dispositivos por todo o corpo social a partir dos séculos XVII e XVIII, e forma o que ele chama de a sociedade disciplinar, pois a partir deste período as instituições disciplinares, cobrindo cada vez mais uma superfície mais vasta, constituem uma rede de poder que captura os corpos e produz determinados saberes sobre eles.

Se outrora as disciplinas se encarregavam de fixar as populações inúteis ou agitadas, em um outro momento passaram a aumentar a utilidade possível dos indivíduos. Foucault assevera que as disciplinas funcionam cada vez mais como técnicas que fabricam indivíduos úteis, pois elas começam a se implantar cada vez mais nos setores mais importantes, mais centrais, mais úteis e mais produtivos da sociedade, a exemplo dos espaços militares, das oficinas e das escolas.

Além da multiplicação dos aparelhos disciplinares pela sociedade, os mecanismos da disciplina não se reduzem apenas aos espaços fechados dos lugares aos quais são aplicados, mais tendem a circular em estado “livre” configurando-se em processos flexíveis de controle, ao qual se pode transferir e adaptar. Exemplificando esta assertiva, o filósofo escreve sobre as escolas cristãs, nas quais além de sua função docilizadora das crianças, também realizava uma vigilância de seus pais, obtendo informações sobre sua maneira de viver, seus recursos, sua piedade e seus costumes. Como exemplo ele também cita o caso do hospital, que foi se tornando um aparelho de vigilância médica, que conforme o ritmo de sua expansão pelas mais diversas regiões e pontos da sociedade, cobria cada vez mais espaços através de hospitais de pequenas dimensões, cuja função não se reduzia a cuidar apenas dos doentes, mas também de acumular informações endêmicas e epidêmicas sobre a população.

Se na Inglaterra, grupos de caráter religioso eram os responsáveis pela disciplina social, já na França existia uma polícia centralizada, que era considerada uma marca do poder soberano. Contudo, mesmo a polícia organizada em torno da soberania do Estado, seus mecanismos funcionavam de uma outra maneira. Uma maneira na qual a polícia se encarregava de outros elementos e procurava dar conta de todo o corpo social através das minúcias e de seus detalhes. Portanto um poder policial que deveria cobrir todos os acontecimentos, as ações, os comportamentos, as opiniões, enfim, “tudo o que acontece”.

No que se refere a este poder policial que cumpre uma função de saber tudo o que acontece a todo instante para com a sociedade, mais uma vez a questão da vigilância e do

registro aparece, visto que é desta feita que tal poder se exerce permanentemente, exaustivamente, onipresentemente, capaz de tornar tudo visível, tornando-se ele próprio invisível. A vigilância efetuada materializa-se então em uma série de relatórios e de registros; “ao longo de todo o século XVIII, um imenso texto policial tende a recobrir a sociedade graças a uma organização documentária complexa. E ao contrário dos métodos de escrita judiciária ou administrativa, o que é assim registrado são comportamentos, atitudes, virtualidades, suspeitas – uma tomada de contas permanente do comportamento dos indivíduos.” (FOUCAULT, 2014, p.207).

Nesse entremeio do poder de ordem soberana no século XVIII, na qual a polícia tinha por principal função garantir a ordem dissipando movimentos de oposição e de revoltas, também nela vê-se repercutir uma função disciplinar, pois ela age disciplinando os espaços não-disciplinares, recobrando-os, ligando-os entre si, caracterizando-a como uma disciplina intersticial e metadisciplina. Entretanto, Foucault alerta que mesmo esta forma de exercício do poder disciplinar alcançando dimensões do Estado, não pode ser confundida com este, ainda que mantenha historicamente relações com o poder judiciário, e isto se deve porque a polícia não parou de impor-lhes suas prerrogativas, embora tais vetores de poder se relacionem de determinada maneira. Ele alerta ainda que seria errôneo pensar que as funções disciplinares tenham sido confiscadas definitivamente por um aparelho de Estado.

Para um melhor entendimento acerca dos mecanismos disciplinares:

A “disciplina” não pode se identificar com uma instituição nem com um aparelho; ela é um tipo de poder, uma modalidade para exercê-lo, que comporta todo um conjunto de instrumentos, de técnicas, de procedimentos, de níveis de aplicação, de alvos; ela é uma “física” ou uma “anatomia” do poder, uma tecnologia. E pode ficar a cargo seja de instituições “especializadas” (as penitenciárias, ou as casas de correção do século XIX), seja de instituições que dela se servem como instrumento essencial para um fim determinado (as casas de educação, os hospitais), seja de instâncias preexistentes que nela encontram maneira de reforçar ou de reorganizar seus mecanismos internos de poder (...), seja de aparelhos que fizeram da disciplina seu princípio de funcionamento interior (disciplinação do aparelho administrativo a partir da época napoleônica), seja, enfim, de aparelhos estatais que têm por função não exclusiva, mas principalmente, fazer reinar a disciplina na escala de uma sociedade (polícia). (FOUCAULT, 2014, p.208).

Pode-se dizer então que o panoptismo é esse mecanismo inerente ao poder disciplinar de levar os efeitos da disciplina até os elementos tênues e mais longínquos no que se refere a um alcance de corpo social. É também a partir desta possibilidade de generalização do poder disciplinar sobre outras formas de exercício do poder, em que se observa que muitas vezes ele as desqualificou, mas em outra vezes funcionou como intermediário, ligando-as entre si e prolongando seus efeitos, o que assegura uma distribuição infinitesimal das relações de poder.

De maneira geral pode-se dizer que as disciplinas são técnicas para assegurar a ordenação das multiplicidades humanas utilizando para tanto táticas de poder que respondem a três critérios. O primeiro referente à redução do custo possível de poder, seja quando responde à baixa despesa que gera, seja porque politicamente falando é rentável pela sua discricção e pela pouca resistência que suscita. O segundo critério refere-se à sua capacidade de intensificar os efeitos de poder levando-os às extremidades mais distantes possíveis, sem fracasso e nem lacuna. O terceiro critério diz respeito ao fato de onde se exerce esta modalidade de poder obtém-se, através desta economia do poder, um rendimento dos aparelhos no interior onde se exercem, sejam eles pedagógicos, industriais ou médicos. Em suma, aumentar a docilidade e a utilidade dos elementos que compõem o sistema.

Deve-se compreender esta emergência da generalização da utilização de técnicas de poder disciplinar, tanto a expansão demográfica do século XVIII (o que configura seu caráter fixador e de um processo de antinomadismo), quanto ao crescimento do aparelho de produção, para os quais as disciplinas com suas funções docilizadoras e utilitárias se integraram das mais diversas maneiras. Elas se diferenciam dos mecanismos de soberania, que atuam pela “retirada-violência”, pois agem pela “suavidade-produção-lucro”, que por sua vez utilizam das multiplicidades humanas, juntamente dos aparelhos de produção com efeitos de ajustamento, sejam produções relacionadas ao saber na escola ou de saúde nos hospitais.

Importante ressaltar que através dos procedimentos disciplinares que separam e hierarquizam os elementos das multiplicidades decompostas em células, possibilitou-se uma maneira de evitar ou de dificultar determinadas formas de resistências, revoltas, agitações, organizações espontâneas, fenômenos que ocorrem horizontalmente no que concerne a uma investida de contrapoder. “Digamos que a disciplina é o processo técnico

unitário pelo qual a força do corpo é com o mínimo ônus reduzida como força “política”, e maximalizada como força útil”. (FOUCAULT, 2014, p.214).

Em parte, na sua modalidade física (panóptica) do poder disciplinar, não se pode dizer que ela está submetida, dependente ou é um prolongamento de estruturas jurídico-políticas de uma sociedade. Entretanto, abaixo das formas jurídicas implementadas pela burguesia no século XVIII, com seu caráter supostamente igualitário e representativo, funcionavam os mecanismos disciplinares, que por sua vez caracterizavam-se por seus efeitos assimétricos de poder. “As disciplinas reais e corporais constituíram o subsolo das liberdades formais e jurídicas. O contrato podia muito bem ser imaginado como fundamento ideal do direito e do poder político; o panoptismo constituía o processo técnico, universalmente difundido, da coerção.” (FOUCAULT, 2014, p.214).

Foucault exprime que as disciplinas parecem configurar-se como um infradireito, pois seus efeitos de poder atingem até o mais fino grão do corpo social, ao mesmo tempo que direcionam o indivíduo às exigências gerais da lei jurídica. Porém, convém dizer que elas de fato funcionam como uma espécie de contradireito, pois introduzem através de seus mecanismos assimetrias insuperáveis e exclusões de reciprocidades. Diz o filósofo:

A disciplina cria entre os indivíduos um laço “privado”, que é uma relação de limitações inteiramente diferente da obrigação contratual; a aceitação de uma disciplina pode ser subscrita por meio de contrato; a maneira como ela é imposta, os mecanismos que faz funcionar, a subordinação não reversível de uns em relação aos outros, o “mais-poder” que é sempre fixado do mesmo lado, a desigualdade de posição dos diversos “parceiros” em relação ao regulamento comum opõem o laço disciplinar e o laço contratual, e permitem sistematicamente falsear este último a partir do momento em que tem por conteúdo um mecanismo de disciplina. (FOUCAULT, 2014, p.215).

Em suma, Foucault ao tratar do poder disciplinar em suas obras, diz que o poder deve ser compreendido mediante os desdobramentos que fazem com ele seja levado até pontos que escapam a um espaço fechado. Compreender portanto o panoptismo como um conjunto de procedimentos capazes de fazer com que as relações de poder sejam utilizadas em meio aberto, até em momentos em que as próprias pessoas vão naturalizar e até mesmo normalizar a coerção como uma característica da vida em sociedade.

2.3. Psiquiatria, Corpo e Normalização

No curso *O Poder Psiquiátrico* (2012), ministrado no *Collège de France* entre 1973-1974, Foucault versa sobre a questão de todo um aparato disciplinar que se relacionou com o estabelecimento do saber médico, e que os primeiros tratados acerca das práticas psiquiátricas demonstram que nos espaços asilares as prescrições de tratamento dos loucos apontavam mais sobre estratégias disciplinares do que sobre um campo de saber constituído da loucura sobre o qual se deveria seguir.

O filósofo destaca o texto prescritivo sobre o tratamento das doenças mentais, de um dos precursores da psiquiatria, Jean-Étienne Esquirol (1772-1840), no qual ele atribuía, à questão do porte do médico perante ao espaço psiquiátrico e aos internos, um dos principais meios pelo qual se poderia enfrentar a loucura, isto é, o médico deveria se portar de forma que impusesse respeito, confiança, assimetria na relação com o internado, visto que neste período a loucura era entendida como um excedente de instintos, paixões, forças com as quais o louco utilizava para poder configurar a sua enfermidade mental.

François-Emmanuel Fodéré (1764-1835), outro psiquiatra francês, indicava que no espaço asilar não só a presença física com seus efeitos disciplinares era importante para o tratamento, mas também os outros funcionários, tais como serventes, vigilantes, pois como estes passavam mais tempo em contato com os loucos, eles não só informavam tudo o que se passava com os internos ao médico, mas como também reforçavam a figura do médico como aquele que poderia realmente ajudar na cura da loucura, pelo fato de que eles conviviam muito mais com os asilados do que o psiquiatra.

Enfim, todo um jogo de táticas era desenvolvido dentro do espaço asilar para formar um campo de enfrentamento entre o médico com sua imponentia e o louco com a sua enfermidade mental. A questão que estava posta dizia respeito a procedimentos de caráter disciplinar, tais quais a vigilância, a subjugação, as informações obtidas, os funcionários funcionando como olhos e ouvidos do médico, para que a loucura fosse interpelada de maneira que o doente fosse coagido e obrigado a aceitar a sua condição e consequentemente se libertasse de sua loucura.

No século XIX, período em que a psiquiatria vai sendo desenvolvida com suas prescrições, técnicas e táticas para o enfrentamento da loucura, é também o período em que os sistemas disciplinares já se encontram num estágio de dispersão e expansão cada vez maiores sobre o corpo social. O que se podia observar nas escolas, nos hospitais, nas

prisões, em instituições para-judiciárias etc. Portanto, normas de comportamento, de controle e de saber acerca das virtualidades do psiquismo já eram formuladas, e os sistemas disciplinares através de suas redes já direcionavam discursos de verdade sobre a relação entre o assujeitamento disciplinar e determinada apreciação de normalidade.

Foucault ao dizer que os sistemas disciplinares que classificam, hierarquizam, vigiam, vão esbarrar naqueles que não podem ser classificados, naqueles que escapam da vigilância, os que não podem entrar no sistema de distribuição, isto é, naqueles que serão considerados o resíduo, o irreduzível, o inclassificável, o inassimilável, o ponto limite do poder disciplinar. Por exemplo, a figura do débil mental era aquela que se tornava um ponto limite da disciplina escolar, a figura do delinquente era um ponto limite da disciplina policial, e dentre estas figuras residuais aquele que será considerado o mais residual de todos será o doente mental. (FOUCAULT, 2012, p.67).

Como a sociedade nesta época já está investida maciçamente por mecanismos disciplinares, Foucault (2012) afirma que não mais é o corpo do rei, o corpo do soberano aquele que se precisa proteger, senão o da sociedade, e ele afirma que a relação de soberania foi concentrada na família. Tem-se então todo o funcionamento das relações de disciplina como garantidoras da defesa da família, e quando por exemplo, uma criança que se torna residual perante à disciplina escolar, ela é enviada de volta para a família.

Dá a função do sistema disciplinar de garantir a fixação dos indivíduos em um fenômeno de refamiliarização no ponto de articulação entre soberania e disciplina. O louco, por sua vez, resíduo em seu grau máximo, torna-se o inimigo da célula familiar e de toda a sociedade. Por conseguinte não só o internamento do louco nos asilos como todas as funções psíquicas relacionadas com a normalização se tornam possíveis. Sobre tal questão:

A psicologia como instituição, como corpo do indivíduo, como discurso é o que, perpetuamente, vai, de um lado, controlar os dispositivos disciplinares e remeter, de outro, à soberania familiar como instância de verdade a partir da qual será possível descrever, definir todos os processos, positivos ou negativos, que se dão nos dispositivos disciplinares. (FOUCAULT, 2012, p.107).

Desta maneira empreende-se a noção de que o louco ou o anormal em relação à família, representação de soberania na sociedade disciplinar, tem de ser corrigido, normalizado por outras instâncias que vão implementar ações, estratégias, terapêuticas

para que ele seja devolvido à família não mais representando perigo. Decorrem-se também destas questões a ideia de que a internação e os aparelhos corretivos se tornam necessários, pois é preciso um afastamento da família, a qual pode influenciar negativamente no tratamento. Além de que entre 1850-1860 aparece a ideia de que o louco se comporta como se fosse uma criança, portanto deve ser colocado num espaço em que funcione como uma espécie de família ortopédica que vai permitir a sua reinserção na família de origem.

Este mecanismo de disciplinarização que vai permear a família vai pouco a pouco tornar justamente a família o horizonte da prática psiquiátrica:

O olhar familiar tornou-se psiquiátrico ou, em todo caso, olhar psicopatológico, olhar psicológico. A vigilância da criança tornou-se uma vigilância em forma de decisão sobre o normal e o anormal; começou-se a vigiar seu comportamento, seu caráter, sua sexualidade; e é então que vemos emergir justamente toda essa psicologização da criança no interior da própria família. P.154

Portanto, como Foucault (2012) aponta, a criança vai se tornar o alvo principal da intervenção psiquiátrica. É como se a psiquiatria dissesse que nunca se é jovem demais para ser louco. Observa-se então, através da noção de que o louco assim o é por questões familiares, que a loucura se inscreve em estágios anteriores da formação do indivíduo. É preciso vigiar a família, é preciso atentar-se para que a criança não venha desenvolver patologias no futuro. O internamento e as instituições corretivas garantem a defesa de uma possibilidade de anormalidade que pode estar presente, mesmo que sutilmente, em todas as pessoas.

É inclusive, para Foucault (2012), que a partir da infância que a psiquiatria vai se difundir pela sociedade. Houve portanto uma psiquiatrização da infância. “Foi por intermédio da criança não-louca que se fez a psiquiatrização da criança e, a partir daí, que se produziu essa generalização do poder psiquiátrico.” (FOUCAULT, 2012, p.257). Daí se constroem noções, por exemplo sobre a idiotia, que é a condição em que as qualidades intelectuais não se desenvolvem, condição portanto distinta da loucura. Definição que estabelece as condições para o surgimento da psicologia do desenvolvimento. “O adulto vai aparecer como o ponto ao mesmo tempo real e ideal do término de desenvolvimento; o adulto vai funcionar portanto como norma.” (FOUCAULT, 2012, p.264).

Observa-se pela difusão das práticas psiquiátricas na sociedade que os conceitos de normalidade e anormalidade vão se afirmando como regras de conduta e de apreciação de verdade em distintas e variadas instituições. Questões sobre as quais Foucault aponta:

É através dos problemas práticos suscitados pela criança idiota que a psiquiatria está se tornando algo que já não é o poder que controla, que corrige a loucura, ela está se tornando algo infinitamente mais geral e mais perigoso, que é o poder sobre o anormal, poder de definir o que é anormal, de controlá-lo, de corrigi-lo. (FOUCAULT, 2012, p.280).

Tudo que é anormal em relação à disciplina escolar, militar, familiar, etc. todos esses desvios, todas essas anomalias, a psiquiatria vai poder reivindicar para si. Foi pelo caminho dessa demarcação da criança anormal que se fizeram a generalização, a difusão, a disseminação do poder psiquiátrico na nossa sociedade. (FOUCAULT, 2012, p.281).

Diante de todos estes acontecimentos e desdobramentos que envolvem técnicas disciplinares terapêuticas, defesa da família, proteção da infância, o psiquiatra vai se tornar aquele que pode dizer sobre a realidade, e portanto, pode mediante suas técnicas direcionar a realidade àqueles que dela se desviam. O psiquiatra, ao assumir a função de “direção” do espaço asilar, procura direcionar a consciência dos que estão submetidos sob seu poder através de uma manipulação da realidade com fins coativos. E para tanto, utilizará de determinados mecanismos suplementares de realidade. Observa-se então toda uma disposição estratégica dos espaços e de cenários na prática asilar como forma de fazer penetrar a realidade no corpo do louco.

Sobre esta questão, Foucault diz que no espaço asilar:

As edificações têm de parecer o mais possível com as moradias comuns; as relações entre as pessoas no interior do asilo têm de se parecer com as relações dos cidadãos entre si; no interior do asilo, a obrigação geral do trabalho tem de estar representada, o sistema das necessidades e da economia tem de ser reativado. Logo, duplicação no interior do asilo do sistema de realidade. (FOUCAULT, 2012, p.219).

Este jogo de realidade organizado no espaço asilar pelo psiquiatra com finalidades terapêuticas consistirá em alguns elementos, dentre os quais, em primeiro lugar, era necessário que nesta tensão de forças entre o médico e o louco, o primeiro detivesse um poder superior ao do segundo. Ao psiquiatra também cabia realizar uma anamnese, uma pesquisa biográfica do louco de forma que este pudesse, através de um ritual próximo ao da confissão, reconhecer quem ele era de fato. Cabia ao psiquiatra também mediante um

jogo de provas da realidade, fazer com o que o louco reconhecesse o seu desejo pela sua loucura, e esta questão era enfrentada utilizando-se de intervenções morais para despertar no louco o mau que havia se apoderado dele. E por fim, questões relativas ao trabalho eram levantadas, já que no espaço asilar estimulava-se o processo de trocas e de utilidades dentro de um sistema cuja principal função era a de reativar o processo de realidade referente às necessidades que se podem ser atendidas com o dinheiro, com o trabalho.

No curso referido, Foucault ressalta que ainda no século XVIII os espaços asilares não eram necessariamente espaços médicos, pois tais espaços eram coordenados especialmente por religiosos, entretanto, a partir do século XIX, a presença do médico, que num primeiro momento atendia a funções de um médico comum que cuidava do bem-estar dos doentes, passou a ser fundamental na direção, pois além das técnicas disciplinares que passou a conduzir dentro do espaço asilar, uma questão era fundamental para garantir o sucesso do tratamento: a presença física do médico.

A tese sustentada por Foucault é de que no começo do século XIX a presença física do médico se tornou fundamental nos espaços asilares (mesmo de que não dispusesse de um saber organizado em torno de nosografias e localizações orgânicas sobre as doenças mentais), porque fazendo funcionar mecanismos disciplinares no interior do espaço asilar, ele próprio se tornava um agente de direcionamento da realidade na medida em que ele próprio se tornava o asilo, isto é, o asilo tornara-se o corpo do psiquiatra.

A seguir uma citação de Foucault que versa sobre tal questão:

O asilo é o corpo do psiquiatra, alongado, distendido, levado às dimensões de um estabelecimento, estendido a tal ponto que seu poder vai se exercer como se cada parte do asilo fosse uma parte do seu próprio corpo, comandada por seus próprios nervos. (FOUCAULT, 2012, p.227).

Além do mais, Foucault corrobora sua tese de que a inserção do médico no espaço asilar não foi decorrente de um anterior saber terapêutico para a loucura, pois o processo terapêutico consistia no que o filósofo chamou de “marcas de saber” sobre o espaço asilar, as quais consistiam num interrogatório, que mais do que extrair informações sobre o doente, visavam fazer com que louco acreditasse que o médico soubesse de tudo o que se passava com ele, até porque a outros funcionários do estabelecimento era cabida a função de construir registros e dossiês sobre os internos. Além de punições que muitas vezes o

psiquiatra aplicava ao louco, aos quais este tinha que compreendê-las como se fossem um remédio. A outra marca de saber refere-se à prática da apresentação clínica do louco perante outros estudantes. Prática esta na qual os estudantes assistiam o louco sendo interrogado para que este possa apreender o efeito de poder da palavra do médico sendo multiplicado pela presença dos ouvintes. É como se na presença dos estudantes o médico mostrasse que sabia da verdade do louco.

Sobre a questão da presença médica no asilo anterior ao saber psiquiátrico, uma citação de Foucault:

São essas marcas de saber, e não o conteúdo de uma ciência, que vão permitir que o alienista funcione como médico no interior do asilo. (...) São essas marcas de saber que vão lhe permitir constituir o asilo como uma espécie de corpo médico que cura por seus olhos, seus ouvidos, suas palavras, seus gestos, por suas engrenagens. (FOUCAULT, 2012, p.234).

Estas marcas de saber das quais a psiquiatria até este momento fazia funcionar encontraram, todavia, um entrave. Ainda no século XIX se dá o aparecimento da neurologia, mais especificamente da neuropatologia, que através de alguns estudos e experimentações permitiu realizar correlações entre lesões orgânicas e uma série de distúrbios cuja sede neurológica e cuja etiologia neuropatológicas podiam ser efetivamente determinadas. O aparecimento deste novo campo de saber colocava o problema da seriedade, da autenticidade da doença mental; o que começava a fazer correr a suspeita de que, afinal de contas, uma doença mental que não tivesse correlação anatômica devia mesmo ser considerada séria? (FOUCAULT, 2012, p.238).

Diante deste impasse que a neurologia formulou para a psiquiatria é que esta passou a se introduzir em outros campos. Foi mencionada a questão da difusão da psiquiatria pela via da infância, porém cabe explicar também outras noções que surgiram a partir desta amplificação do poder psiquiátrico por tal caminho. Por exemplo, em 1895, um médico chamado Désiré-Magloire Bournville (1840-1909), já tratando de uma antropologia criminal, dizia que esta indicava que criminosos, bêbados inveterados e prostitutas eram imbecis de nascimento que ninguém procurou melhorar ou disciplinar. (FOUCAULT, 2012, p.279).

A psiquiatria afirma-se cada vez mais seu discurso referentes às problemáticas que podem existir dentro de um espectro de mal desenvolvimento, o qual é capaz de gerar não

só atrasos, dificuldades, mas também a propensão, a maior probabilidade de que o indivíduo, principalmente por ter um histórico, marcas, restos de loucura dos pais, seja um degenerado, um anômalo, um anormal, portanto um perigo. À psiquiatria caberia então inclusive o papel de responder se o indivíduo que cometera algum crime apresentara sinais de doença mental. Esta aproximação com o discurso da criminologia não só expandiu as apreciações de normalidade para o campo das penalidades, mas como garantia que o campo das anormalidades e da loucura fosse garantido.

Uma noção é importante de destacar na medicina clássica, a noção de “crise”. Ela se refere ao momento em que a doença, compreendida através de um olhar médico atento que observa seu desenvolvimento, seu curso natural, encontra-se em um ponto crítico de erupção, a partir da qual o médico que acompanha o doente, vigia, observa, coloca em ação uma terapêutica que se baseava na luta, no enfrentamento de forças que se materializavam no corpo do enfermo.

Todavia na medicina em geral, na Europa do século XVIII, começa a se edificar um equipamento hospitalar e médico, que permitia a vigilância geral das populações, possibilitando estender o princípio de inquérito a todos os indivíduos, de maneira que a doença poderia ser controlada, isolada, estudada. A doença então compreendida por um outro olhar, um olhar analítico que permitia o estudo da doença em sua verdade, tais quais suas formas de contágio, através da projeção da doença no corpo morto e dos estudos sobre anatomia patológica, reverberaram no esmaecimento da noção de crise neste campo de saber.

Na psiquiatria, a situação ocorria de maneira distinta da medicina geral. Enquanto que nesta, a noção de crise foi superada devido todo um aparato médico-hospitalar e técnicas de esquadramento que possibilitaram o conhecimento, controle e prevenção dos contágios, no campo psiquiátrico a noção de “crise” persistiu e além do mais possuía um contorno de caráter estratégico.

Como ao psiquiatra, no primeiro momento em que o saber psiquiátrico estabelecia seu domínio, não era imprescindível que ele procedesse uma classificação nosológica de doenças pela forma de investigação do inquérito (como na medicina geral). Sua principal função era a de estabelecer não um diagnóstico diferencial, senão um diagnóstico absoluto. Tratava-se então de dizer se o indivíduo era louco ou não, se o indivíduo estava ou não estava dentro do domínio da realidade. “O médico deve estar numa posição de

árbitro em relação a essa questão da realidade ou da não-realidade.” (FOUCAULT, 2012, p.322).

É justamente nesta posição de arbitragem da realidade que a noção de crise se atualizará na psiquiatria de uma forma distinta que era encontrada na medicina geral. A noção de crise desta última estava relacionada com a prova da verdade, a qual consistia no embate de forças entre o corpo do doente e a própria doença. Já na psiquiatria o embate da prova significará uma prova de realidade.

Foucault nomeia de duplicação administrativo-médica a prova psiquiátrica, pois ao psiquiatra cabe o questionamento de se atender uma demanda que possa ser transcrita em termos de sintomas e em termos de doença. “Trata-se de fazer existir como doença ou eventualmente como não-doença os motivos dados para um internamento ou uma intervenção-psiquiátrica possível.”

O que coloca o psiquiatra em uma posição pelo qual é responsável tanto por administrar a demanda que chega até ele, como ao mesmo tempo ele é a figura responsável pela aplicação dos procedimentos disciplinares que permeiam sua prática. Sobre esta situação, Foucault relata:

É que se trata nessa prova de fazer existir como saber médico o poder de intervenção e o poder disciplinar do psiquiatra. Tentei lhes mostrar como esse poder funcionava no interior de um campo disciplinar que era, por certo, medicamente marcado mas sem conteúdo médico real; pois bem, esse poder disciplinar tem de ser posto para funcionar agora como o poder médico, e a prova psiquiátrica vai ser a que, por um lado, constituirá como doença a demanda de internamento e, por outro lado, fará funcionar como médico aquele a quem se dá um dos poderes de decisão no internamento.” (FOUCAULT, 2012, p.349).

2.3.1 Interrogatório, Droga e Hipnose

Foucault diz que a prova psiquiátrica será apresentada sobre três formas, três técnicas para a prova de realidade da doença que entroniza o psiquiatra como médico e faz funcionar a demanda como sintoma: o interrogatório, a droga e a hipnose.

2.3.1.1. Interrogatório

Em relação ao interrogatório, investigava-se sobre os antecedentes do indivíduo. Pergunta-se quais foram as doenças que seus ascendentes ou colaterais puderam ter. Foucault disse crer que esta pesquisa sobre doenças dos familiares vinha suprir a ausência

de corpo ou o distanciamento do corpo na psiquiatria, já que ela não se baseava numa perspectiva anatomopatológica, isto é, a doença a qual os psiquiatras tratavam não possuía localizações orgânicas que se poderiam detectar.

Nas palavras de Foucault:

O corpo doente no interrogatório da loucura, esse corpo doente que se apalpa, que se toca, que se percute, que se ausculta e em que se pretende encontrar sinais patológicos, esse corpo é, na realidade, o corpo da família inteira; melhor dizendo, é o corpo constituído pela família e pela hereditariedade familiar. Pesquisar a hereditariedade é portanto substituir o corpo da anatomia patológica por outro corpo e certo correlativo material, é constituir um *analogon* metaindividual para o organismo de que os médicos se ocupam. (FOUCAULT, 2012, p.352).

Uma das intenções também desta pesquisa de antecedentes era a busca de pródromos, ou seja, buscar episódios pelos quais a loucura se anunciou antes de existir realmente como loucura, portanto sinais que ainda não eram propriamente a loucura, mas suas condições de possibilidade. Além disso, os sinais anunciadores da doença, que podem ser identificados no horizonte familiar do indivíduo, permitem situar a loucura no âmbito da anomalia, isto é, uma condição na qual é preciso intervir, já que o anômalo significa um sinal de perigo para a sociedade. Os psiquiatras garantiam também que quando o indivíduo reconhecia sua loucura, numa espécie de confissão central, o louco poderia se libertar de sua loucura, não sem antes ressaltar que o médico está envolto de estudantes, que são de fato um corpo de estudantes, os quais configuram uma espécie de corporeidade institucional.

2.3.1.2. Droga

Em relação às drogas na psiquiatria, Foucault (2012) destaca que desde o século XVIII elas eram comumente utilizadas no contexto psiquiátrico por suas propriedades disciplinares, a exemplo do láudano e opiáceos. O filósofo diz ainda que no fim deste mesmo século algo novo ocorre, a utilização médico-legal de drogas pelos psiquiatras. Ele ainda ressalta que nos primeiros oitenta anos do século XIX houve uma enorme prática da droga no interior dos hospitais psiquiátricos, principalmente o uso do ópio, nitrito de amila, clorofórmio e o éter.

No referido curso será destacado o livro lançado pelo psiquiatra francês Moreau de Tours, *Du haschisch et de l'aliénation mentale*, de 1845, o qual apresentava um

conteúdo no mínimo interessante. Moreau de Tours fez uso do haxixe, e ele além de realizar uma descrição sistemática das fases e dos efeitos causados pela droga, acreditava que estes estavam presentes também na loucura. Tais efeitos enumerados pela ordem das fases eram:

- 1- Sentimento de felicidade;
- 2- Excitação, dissociação de ideias;
- 3- Erro sobre o tempo e o espaço;
- 4- Desenvolvimento da sensibilidade, tanto do ponto de vista visual como do ponto de vista auditivo: exagero das sensações quando se ouve música etc.;
- 5- Ideias fixas, convicções delirantes;
- 6- Alteração, ou como ele diz, lesões das afecções, exagero dos medos, da excitabilidade, da paixão amorosa, etc.;
- 7- Impulsos irresistíveis;
- 8- Ilusões, alucinações;

Foucault explana que quando Moreau de Tours, a partir de uma experimentação desta droga em si próprio, ele tornou possível uma reprodução da loucura, e que tais efeitos, não apenas em seu conteúdo, mas inclusive em seus encadeamentos sucessivos, poderiam mostrar o desenrolar da loucura como doença espontânea e natural. Nas palavras do filósofo:

Vale dizer que, como esses fenômenos são homogêneos aos da loucura, chega-se a ideia de que os diferentes sintomas da loucura que poderiam ser distribuídos pelos nosógrafos nesse ou naquele registro, atribuídos a esta ou aquela forma de doença, todos os sintomas da loucura pertencem no fundo à mesma série. Enquanto a psiquiatria de tipo Pinel, e sobretudo, Esquirol, procurava ver qual era a faculdade lesada nesta ou naquela doença mental, vai-se ter a ideia de que, no fundo, só há uma loucura que evolui ao longo da existência dos indivíduos, que pode, é claro, deter-se, bloquear-se, fixar-se numa etapa, do mesmo modo que a intoxicação [por] haxixe, mas que, como quer que seja, é a mesma loucura que vamos encontrar em toda parte e ao longo de toda a evolução. De tal sorte que o haxixe vai permitir descobrir o que os psiquiatras haviam procurado por tanto tempo, isto é, precisamente a espécie de “fundo” único, a partir do qual todos os sintomas da loucura se desenvolvem. (FOUCAULT, 2012, p.362).

O que esta identificação de um “fundo” essencial de toda loucura pelo qual se manifestariam todos os sintomas da doença, e que Moreau de Tours chamou em 1845 de

“modificação intelectual primitiva”, e depois em 1869 de “modificação primordial”, era a garantia de que os médicos pudessem se comunicar diretamente com a loucura, não por meio da observação exterior dos sintomas visíveis, mas pela comunicação com a loucura por meio da experiência subjetiva do médico.

Então este corpo ausente na psiquiatria será substituído pela própria experiência do alienista, o que conferirá uma intervenção de caráter moral na disciplina terapêutica, e sobre a qual Foucault diz:

“Esse célebre corpo orgânico que os anatomopatologistas tinham diante de si e que falta ao alienista, esse corpo, esse solo de evidência, essa instância de verificação experimental que falta ao psiquiatra, o psiquiatra vai poder substituir por sua própria experiência. Donde a possibilidade de vincular a experiência do psiquiatra à experiência do louco; possibilidade, por conseguinte, de ter acesso a algo que será como que o ponto zero entre a psicologia moral e a psicologia patológica. E, sobretudo, para o psiquiatra, possibilidade, em nome da sua normalidade e das experiências que pode fazer como psiquiatra normal, mas intoxicado, de ver, de dizer, de ditar a lei à loucura.” (FOUCAULT, 2012, p.364).

Se outrora entre o psiquiatra o louco existia uma relação de exclusão, na qual entendia-se que as razões do louco não poderiam ser apreendidas pelo psiquiatra pelo fato do psiquiatra ser um indivíduo normal, a partir da experiência com haxixe de Moreau de Tours, o psiquiatra poderia reconstituir todo o fio dos acontecimentos e dos processos que caracterizam a loucura através de uma forma compreensiva, a qual possibilitava que mesmo o psiquiatra (alguém normal) pudesse entender o fenômeno pelo qual o fenômeno da loucura se produziu.

Este fundo primordial da loucura, que Moreau de Tours “descobriu” quando disse que o psiquiatra também poderia experienciá-la a partir do uso do haxixe, dizia ele que tal fundo primordial se manifestava também durante o sonho, isto é, algo compartilhado por todos (inclusive pelos psiquiatras). Partindo desta premissa ele concluiu que a loucura seria um estado particular do sistema nervoso no qual as barreiras do sono e da vigília vão ser quebradas ou rompidas em certos lugares.

Como aponta Foucault (2012), dizer que o louco é um sonhador acordado já se encontrava desde Esquirol, mas Moreau de Tours acrescenta algo de novo ao posicionar o sonho entre a vigília e a loucura, devido ao fato dos sonhos se alimentarem de conteúdos da vigília, mas por outro lado envolverem a loucura. Esta reflexão do psiquiatra francês,

para Foucault, foi inclusive o que possibilitou à psicanálise dizer que o que psicanalista poderia compreender a loucura do outro, porque o psicanalista também podia sonhar.

2.3.1.3. Hipnose

O terceiro sistema de provas utilizado na psiquiatria no século XIX se refere ao mesmerismo e à hipnose. Foucault diz que o magnetismo foi praticado pelos psiquiatras na Salpêtrière, entre os anos de 1820 a 1825, para reforçar ainda mais o poder que o médico atribuía a si próprio, pois através desta técnica era possível proporcionar a ele um domínio ainda maior sobre o doente, diante de um estado chamado de “a intuitiva” na qual os mesmerizados se encontravam, e pela qual o sujeito podia conhecer seu próprio corpo e sua própria doença. Isto acontecia, pois quando o doente estava no estado da intuitiva o psiquiatra fazia perguntas a ele para que pudesse provocar naquele uma espécie de prolongamento da crise clássica, revivendo o trauma que ele havia passado, em suma, uma maneira de testar a doença em sua verdade.

Após o lançamento da obra *Neurhypnology, or the Rationale of Nervous Sleep* de James Braid, em 1843, e depois que o médico Paul Broca (1824-1880) introduziu as práticas da hipnose na França entre 1858-1859, a técnica da hipnose substituiu o mesmerismo. Isto ocorrera, porque a hipnose não precisava do velho suporte material do magnetismo, o que garantia ao médico todos os efeitos que se provocava no doente unicamente pela vontade do médico. Além do mais, no braidismo, a hipnose é o elemento no interior do qual o saber médico vai poder se manifestar, pois neutralizava-se inteiramente a vontade do doente e deixava o campo absolutamente aberto à pura vontade do médico. “De fato, nesse momento a hipnose aparecia como a abertura através da qual o poder-saber médico ia poder se precipitar e se assenhorar do doente.” (FOUCAULT, 2012, p.370).

A utilização da hipnose aparece também nas publicações de um fisiologista chamado Durand de Gros (1826-1900), que sob o pseudônimo de Philips, divulgou estudos entre 1860-1864, que mostravam como a hipnose era importante devido ao seu caráter disciplinar. Dizia ele que quando o doente se encontrava no efeito hipnótico, ao qual ele chamou de “estado hipotáxico”, o médico podia dispor como bem entender do doente. Ele dispunha em primeiro lugar do comportamento, visto que o médico através de uma ordem poderia fazer o doente se comportar desta ou daquela maneira, o que Durand de Gros chamou de “ortopedia”. Com o braidismo ele vislumbrava a expansão

desta técnica em casas de educação e em espaços penitenciários. Importante mencionar que Philips ressaltava a possibilidade de, não só com a hipnose anular os sintomas da doença que se apresentava, mas como também de o hipnotizador poder exercer um domínio sobre o corpo do doente, podendo determinar a contratura ou a paralisia de um músculo, excitar ou anular a sensibilidade na superfície do corpo, debilitar ou avivar as faculdades intelectuais ou morais, modificar inclusive funções automáticas como a circulação, a respiração.

Para melhor ilustrar e sintetizar acerca das da técnica da hipnose que configura uma das provas de realidade no saber-poder psiquiátrico, Foucault enuncia:

A hipnose é uma nova maneira, muito mais aperfeiçoada, muito mais extremada que o interrogatório, de o psiquiatra dominar efetivamente o corpo do doente; ou antes, é a primeira vez que o corpo do doente, em seu detalhe de certo modo funcional, vai enfim se encontrar ao alcance do psiquiatra. O poder psiquiátrico vai enfim atuar sobre esse corpo que lhe escapava desde que se soube que a anatomia patológica nunca seria capaz de explicar o funcionamento e os mecanismos da loucura.” (FOUCAULT, 2012, p.372).

O filósofo então conclui, que através dos desdobramentos os quais foram assinalados no campo psiquiátrico, o interrogatório permite que o médico se comunique internamente com os mecanismos da loucura por um jogo de perguntas e respostas, que por sua vez não agem sobre o detalhe no corpo do doente. É daí que a questão da droga emerge, visto que a partir dela surge um suplemento de poder que possibilita que o psiquiatra aja conforme os seus próprios pressupostos subjetivos no que concerne à loucura. E por último, a hipnose é a técnica que permite que o psiquiatra apreenda o próprio funcionamento do corpo do doente.

Na segunda metade do século XIX aparece o corpo neurológico, descoberto por Duchenne de Boulogne (por volta de 1850-1860). Um corpo que não é simplesmente um corpo com órgãos e tecidos, mas um corpo com funções, desempenhos, comportamentos. E que na tentativa fracassada de associar a determinados fenômenos da loucura o sistema neurológico, Martin Charcot (1825-1893), diz Foucault, “vai deixar ao poder psiquiátrico os três instrumentos de poder que foram instaurados na primeira parte do século XIX. Ou seja, depois do desaparecimento da grande esperança neurológica, só encontraremos os três elementos: o interrogatório – a linguagem -, a hipnose e a droga; isto é, os três

elementos com os quais, seja nos espaços asilares, seja nos espaços extra-asilares, o poder psiquiátrico funciona ainda hoje.” (FOUCAULT, 2012, p.373).

3. PODER DISCIPLINAR E SEUS ESPAÇOS

3.1. Espaço Lei-Norma

Na 4ª Conferência de *A Verdade e as Formas Jurídicas* (2013), Foucault chama a atenção para um fato que ele considera contraditório. Diz ele que a formação da sociedade disciplinar no século XVIII também assiste a uma reforma de toda a legislação penal (de maneiras e em períodos distintos entre os países). E autores como Cesare Beccaria (1738-1794), Jeremy Bentham (1748-1832) e Jacques-Pierre Brissot (1754-1793), destacaram-se como os pensadores de uma concepção jurídica que tem como função fundamental a defesa da sociedade e de seus cidadãos.

Estes autores ao organizarem as bases do direito penal estabeleciam que o crime deveria perder a sua conotação de falha moral ou religiosa para se tornar uma infração contra à lei. Para isto, formula-se uma lei explicitamente estabelecida no interior de uma sociedade pelo lado legislativo do poder político. “Antes da lei existir, não pode haver infração. Segundo esses teóricos, só podem sofrer penalidade as condutas efetivamente definidas como repreensíveis pela lei.” (FOUCAULT, 2013, p.82).

Um outro princípio que eles estabeleceram foi a de que uma lei deve simplesmente representar o que é útil para a sociedade. “A lei define como repreensível o que é nocivo à sociedade, definindo assim negativamente o que é útil.” (FOUCAULT, 2013, 82). Daí então um outro princípio que diz que o crime é aquilo que danifica, que prejudica, perturba, incomoda a sociedade. Consequentemente, o criminoso é aquele danifica, perturba a sociedade. O criminoso se torna o inimigo social. Como Rousseau apontara, o criminoso é aquele que rompe com o pacto social, é o inimigo interno.

A fim de propor medidas penais para punir o criminoso, alguns destes mesmos teóricos sobre a teoria penal pensaram soluções como a deportação, trabalhos forçados ou até mesmo a pena do talião. Entretanto, a medida que se convencionou como característica da punição do crime se tornou a prisão. Esta, que já existia anteriormente, tornou-se no século XIX uma instituição.

Foucault (2013) aponta ainda que no século XIX toda a legislação penal vai sofrer uma inflexão ao que estava prescrito na teoria, visto que ela se desviará de um caráter de utilidade social para se direcionar a um ajustamento do indivíduo. Isto quer dizer que um saber, exterior ao campo jurídico, começa a se introduzir nas medidas penais. Saber este

que tem como principal objeto as características psicológicas individuais. É daí então que a questão das circunstâncias atenuantes entra em cena.

Outra questão que decorre deste saber sobre o indivíduo nas práticas penais é a noção de periculosidade. “A noção de periculosidade significa que o indivíduo deve ser considerado pela sociedade de acordo com as suas virtualidades, e não de acordo com seus atos; não no que concerne às infrações efetivas a uma lei efetiva, mas às virtualidades de comportamento que elas representam.” (FOUCAULT, 2013, p.86).

Os objetos penais da justiça (a partir deste momento sob o nome de crime e delito), serão julgados com base num código penal, entretanto se julgarão também as paixões, os instintos, as anomalias, as enfermidades, as inaptações, os efeitos de meio ambiente ou de hereditariedade. “Punem-se as agressões, mas, por meio delas, as agressividades, as violações e, ao mesmo tempo, as perversões, os assassinatos que são, também, impulsos e desejos.” (FOUCAULT, 2014, p.22).

Através da inserção de saberes e técnicas relativos às características individuais do criminoso, como a utilização de laudos psiquiátricos e discursos da criminologia, a aplicação da pena levará também em consideração estes elementos extra-penais como forma de explicar o ato criminoso com base nas disposições perversas ou de inaptação que um indivíduo apresenta.

Como Foucault escreve:

A alma do criminoso não é invocada no tribunal somente para explicar o crime e introduzi-la como um elemento na atribuição jurídica das responsabilidades; se ela é invocada com tanta ênfase, com tanto cuidado de compreensão e tão grande aplicação “científica”, é para julgá-la, ao mesmo tempo que o crime, e fazê-la participar da punição. (FOUCAULT, 2014, p.23).

Diante desta entrada dos saberes criminológicos e psiquiátricos no âmbito jurídico o julgamento questionará não somente a quebra de uma determinada lei, mas como também questionará se o crime deve ser colocado na esfera de uma possível reação psicótica, de um episódio de delírio ou se trata-se de um caso de perversidade. O sistema penal atuará então baseado em todo um conjunto de julgamentos apreciativos, diagnósticos, prognósticos, normativos concernentes ao indivíduo criminoso. A questão da verdade da culpa de um crime em torno de um complexo científico-jurídico.

Além do aparecimento das circunstâncias atenuantes relativas ao crime, que levava em consideração o histórico de vida e também a condição psicológica do indivíduo, a loucura se torna uma espécie de aberração jurídica, na qual uma vez constatado o diagnóstico de loucura, todo o processo era interrompido, o que retirava o poder da justiça sobre o autor do ato, e colocava o autor sob outros poderes de ordem majoritariamente psiquiátrica. Uma vez que o louco não era culpabilizado, deveria ser enclausurado e tratado.

Todavia o papel da perícia psiquiátrica dispunha de poder em relação a uma sentença aplicada com base em juízos de normalidade, atribuições de causalidade, apreciações de eventuais mudanças e previsões sobre o futuro dos delinquentes. A partir destas considerações prognósticas a sentença se tornou também uma apreciação de normalidade e uma prescrição técnica para uma normalização possível.

Normalização esta que também implica em “medidas de segurança” que acompanham a pena, tais como proibição de permanência, liberdade vigiada, tutela penal, tratamento médico obrigatório. Foucault (2014) escreve ainda que o laudo psiquiátrico dentro da esfera da antropologia criminal juntamente do discurso criminológico se introduzem como mecanismos de punição legal, não sobre as infrações, mas sobre os indivíduos. Sobre o que são, serão ou o que possam ser.

No julgamento penal encontrar-se-á então a pergunta “o que significa essa violência ou esse crime?”. De acordo com o que o discurso psiquiátrico e criminológico vai apontar, toda uma série de mecanismos extrajudiciais, instâncias disciplinares e corretivas podem ser ativados. Foucault (2014), sobre isto escreve:

Ao longo do processo penal, e da execução da pena, prolifera toda uma série de instâncias anexas. Pequenas justiças e juízes paralelos se multiplicaram em torno do julgamento principal: peritos psiquiátricos ou psicológicos, magistrados da aplicação das penas, educadores, funcionários da administração penitenciária fracionam o poder legal de punir; (...) Todo o aparelho que se desenvolveu desmultiplica as instâncias da decisão judiciária, prolongando-a muito além da sentença. Quanto aos peritos psiquiatras, podem bem evitar de julgar. Baste examinar as três perguntas que, depois da circular de 1958, eles têm que responder. O acusado apresenta alguma periculosidade? É acessível à sanção penal? É curável ou readaptável? (FOUCAULT, 2014, p.25)

É devido a isso que Foucault (2014) observa que atualmente a justiça se justifica por uma incessante reinscrição nos sistemas não-jurídicos, ou seja, ela está voltada a uma requalificação pelo saber. E é em torno de vários discursos que versam sobre as ciências humanas, tais quais suas apreciações de verdade, que a norma como procedimento de coerção é utilizada individualmente, cotidianamente, por meio de mecanismos disciplinares, para gerir os corpos considerados desviantes, tendo como base um modelo de normalidade pelo qual se sustentará a vigilância, as sanções, os constantes exames nas instituições escolares, médicas, de trabalho, além dos sistemas extrapenais que têm como função realizar o processo de normalização dos que resistem ou não se adaptam às regras que formal ou informalmente são instituídas na sociedade disciplinar, a qual existe “abaixo da lei” funcionando de maneira hierárquica, punitiva, observadora, principalmente sobre aqueles que não se encaixam nos padrões sociais de comportamento, sejam eles referentes ao discurso médico, social ou psicológico.

3.2. Espaço Corpo-Controle

Na entrevista *Poder-Corpo* (1979g) Foucault afirma que no século XVII o corpo do rei não era uma metáfora, senão uma realidade política, na qual sua presença física era necessária ao funcionamento da monarquia. Entretanto, no decorrer do século XIX, é o corpo da sociedade que se torna o novo princípio, visto que será necessário protegê-lo, de uma forma quase médica. Ele diz ainda que em lugar dos rituais referentes à integridade do corpo do monarca, ao corpo social serão aplicadas receitas, terapêuticas como a eliminação dos doentes, o controle dos contagiosos e a exclusão dos delinquentes.

Diz-se então sobre uma materialidade do poder que passa a ser exercida sobre os corpos. Foucault assevera sobretudo que o poder penetrou no corpo e que encontra-se exposto no próprio corpo, de maneira que a relação entre o poder e o corpo é da ordem da batalha, da estratégia de uma luta. O poder pode recuar, se deslocar, se investir em outros lugares.

A fim de exemplificar este jogo de forças em torno do corpo, Foucault fala da preocupação com a masturbação no século XVIII. Diante de um medo sobre a masturbação dos jovens começou-se a se vigiar e controlar os corpos das crianças. Todavia, uma vez que a questão da sexualidade começava a se tornar um objeto de preocupação e análise, se produzia ao mesmo tempo a intensificação dos desejos de cada um por seu próprio corpo.

Partindo desta premissa de que se pode localizar desde há tempos uma tentativa de captura e controle do corpo por variadas instâncias de poder e discursos de verdade é que Foucault critica a noção de que as sociedades burguesas e capitalistas teriam negado a realidade do corpo em proveito da alma, da consciência, da idealidade, e isto porque para ele não existe nada mais material, mais físico e corporal do que o poder manifestando-se em seu exercício.

Portanto uma crítica à formas tradicionais de análises marxistas sobre o poder, e também sobre análise de para-marxistas sobre o poder, pois ao citar o pensamento de Marcuse sobre o poder repressivo, Foucault diz que este compreendia que o poder só teria a função de reprimir, censurar, excluir, impedir, recalcar (como se fosse um grande superego). Para o filósofo francês o que torna o poder realmente forte é o fato dele produzir efeitos positivos a nível do desejo e ao nível do saber, pois só foi possível constituir um saber sobre o corpo através de um conjunto de disciplinas militares e escolares. Além disso, a partir de um poder sobre o corpo que foi possível um saber fisiológico e orgânico.

Foucault ressalta ainda que a noção de poder repressivo que se localiza no Estado é perigosa, porque ignora os processos disciplinares de saber e poder que atravessaram e continuam a atravessar o corpo, de maneira que se faz necessário análises que versem sobre a série de ofensivas e contra-ofensivas, de efeitos e contra-efeitos do poder para que se possa chegar ao tão complexo estado atual de forças e ao perfil contemporâneo da batalha. Enfim, para que se possa analisar a lógica das estratégias que se opõem umas às outras. “É pelo estudo dos mecanismos que penetram nos corpos, nos gestos, nos comportamentos, que é preciso construir a arqueologia das ciências humanas. (FOUCAULT, 1979g, p.86).

Um dos papéis fundamentais dos estudos de Foucault sobre o funcionamento do poder em sua micropolítica, em sua sutileza, atravessando todo o campo social, é justamente fazer uma demonstração da diferença entre o poder de soberania e o poder disciplinar, sobre o qual ele demonstrou através de diversas fontes históricas, descontinuidades e continuidades desta modalidade de exercício de um poder docilizador, utilitarista, que produz saber, crucial para o desenvolvimento de várias ciências humanas e do aparelho de produção capitalista, tal qual a atualização no tempo presente de seu processo de sujeição durante toda a vida dos indivíduos.

Para uma melhor compreensão dessa diferença do manejo do corpo na soberania e no desenvolvimento do poder disciplinar, uma breve explanação sobre a relação do soberano com o corpo, e de como alguns instrumentos, tecnologias e mecanismos disciplinares vêm a configurar o que algumas ciências, em especial, a Psicologia, elencou como objeto, através de uma série de desdobramentos de saber-poder, a dimensão psíquica do indivíduo.

3.2.1. Relações de Soberania

A relação de soberania, característica da Idade Média, que atravessou com suas diferenças a Idade Moderna até os dias atuais, se distingue de uma relação de poder disciplinar, no qual utiliza o corpo de uma maneira mais detalhada, mais minuciosa. O poder na soberania, como Foucault aponta no curso *O Poder Psiquiátrico* (2012), vincula soberano e súdito segundo um par de relações assimétricas, as quais podem ser visualizadas justamente na forma em que o corpo era posto à prova do poder real durante o ritual suplicante.

Ainda no referido curso, Foucault ressalta que a soberania sempre traz consigo a marca de uma anterioridade fundadora, e isto implica na assimetria de uma relação que consiste num juramento de fidelidade, num ato de submissão, um ato firmado entre o soberano que concede privilégios, uma ajuda, uma proteção etc., e alguém que, em compensação, se empenha, ou tem de haver algo com nascimentos, direitos de sangue. (FOUCAULT, 2012, p.53). Além disso a soberania é reatualizada por gestos, sinais, hábitos, obrigações de cumprimento, sinais de respeito, insígnias, brasões etc., que no entanto configura frágeis relações de poder sempre passíveis de ruptura. E é justamente neste aspecto frágil da relação que se faz necessário um suplemento ou uma ameaça de violência, a qual se pode evidenciar na tortura do ritual do suplício.

Importante ressaltar também que as relações de caráter soberano não se dirigem às multiplicidades humanas, ou seja, às características singulares dos indivíduos. É uma relação que tem como objeto uma terra, uma estrada, um instrumento de produção (um moinho, por exemplo), os usuários – as pessoas que passam por um pedágio, uma estrada, caem sob a relação de soberania. (FOUCAULT, 2012, p.55).

Foucault, ao falar desta espécie de distanciamento do poder soberano em relação a uma especificidade do corpo, isto é, de um indivíduo, mostra que o que ele chamou de

função-sujeito se desloca e circula acima e abaixo das singularidades somáticas, ou seja, é esta característica da soberania que deixa margem para que os corpos circulem, se desloquem, se apoiem aqui ou ali, fujam. Neste caso a questão da multiplicidade de corpos, é a que faz referência a continuidade do corpo do rei, isto é, a necessidade da existência física, material do corpo soberano, o qual se encontra no topo, no qual todas as relações convergirão para.

A fim de sintetizar tal discussão, algumas palavras de Foucault:

Logo, creio que se pode dizer o seguinte: a relação de soberania põe em ligação, aplica algo como um poder político no corpo, mas nunca faz a individualidade aparecer. É um poder que não tem função individualizante ou que só esboça a individualidade do lado do soberano, e ainda assim à custa dessa curiosa, paradoxal e mitológica multiplicação dos corpos. De um lado, corpos, mas não individualidade; de outro lado, uma individualidade, mas uma multiplicidade de corpos. (FOUCAULT, 2012, p..57).

3.2.2. O Psiquismo como “Efeito” do Panóptico

Se de um lado a soberania se direciona especialmente aos produtos pelo sistema de coleta-despesa, uma outra modalidade de poder que surge em localizações dispersas, e que visam a apropriação do corpo e do tempo em sua totalidade, entra em ação: a disciplina. Foucault explicita esta diferença na questão na disciplinarização do exército no século XVIII. O filósofo utiliza como exemplo a Guerra dos Trinta Anos, que ocorrera no século XVII, na qual não haviam exércitos disciplinados, apenas uma perpétua passagem da vagabundagem ao exército, o qual era formado por grupos de pessoas que iam lutar pela possibilidade de saque de comida e até pela ocupação dos locais que se conseguia encontrar.

Quando a disciplina passa a ser utilizada em espaços militares vai haver um confisco geral do corpo, do tempo, da vida. E Foucault crê que todo o sistema disciplinar ocupa-se do tempo, da vida e do corpo do indivíduo. O controle do corpo é fundamental dentro da lógica do poder disciplinar. Ao invés de manifestar-se apenas no corpo mediante uma violência que marca simbolicamente alguém torturado pelo suplício, ou quando multiplicidade somática se refere apenas a necessidade de se assegurar a continuidade da anterioridade fundadora materializada no corpo do rei, o poder disciplinar opera pelo exercício progressivo dos detalhes corporais, ele almeja um crescimento, um aperfeiçoamento das habilidades, que visa um fim determinado ou um

estado ótimo, mediante procedimentos de vigilâncias constantes e de brandas punições, as quais permitem que o poder disciplinar atue antes mesmo de que um ato considerado desviante possa vir a se tornar realidade.

Para Foucault no poder disciplinar o caráter de vigilância e visibilidade contínuas também se realiza por meio de escritas, de registros, de tudo o que o indivíduo faz. É o que ele chama de princípio de onivisibilidade da disciplina, a qual passou a ser utilizada em oficinas, escolas, no exército, em registros policiais. Ele diz ainda que a relação da escrita com o corpo tem por efeito uma individualização esquemática e centralizada. Esta é a função panóptica no poder disciplinar, a qual “organiza uma polaridade genética do tempo; procede a uma individualização centralizada que tem por suporte e por instrumento a escrita; enfim, implica uma ação punitiva e contínua sobre as virtualidades do comportamento, que projeta atrás do próprio corpo algo como uma psiquê.” (FOUCAULT, 2012, p.65).

Após explicar sobre o caráter isotópico dos sistemas disciplinares, ou seja, pela possibilidade dos elementos na disciplina serem intercambiáveis mediante o desempenho ou por um desvio da norma, Foucault fala que existem pontos-limite na disciplina, o que quer dizer que haverá situações em que um corpo será considerado desviante, um resíduo, inclassificável perante os padrões impostos por uma disciplina. O militar que deserta, a criança que não acompanha o processo considerado normal pelo padrão de aprendizagem, o delinquente que escapa da disciplina policial são todos considerados elementos residuais no sistema disciplinar ao qual estão submetidos, porém Foucault assevera que o doente mental é aquele que inassimilável por todas as disciplinas, sejam elas escolares, militares, policiais etc., e devido a este ser considerado o mais residual de que todos os outros, será necessário a implementação de sistemas disciplinares residuais para dar conta dele.

Foucault (2012) então conclui que o maior efeito do poder disciplinar é o de remanejar em profundidade as relações entre a singularidade somática, o sujeito e o indivíduo, pois ao contrário do poder soberano, no topo dos sistemas disciplinares a função individual desaparece, já que no primeiro caso o corpo que se torna objeto do assujeitamento é passível de classificação, registro e vigilância contínua através dos espaços responsáveis por sua captura.

O filósofo discute que a função-sujeito vem a se superpor e se ajustar exatamente à singularidade somática, o que significa que o poder disciplinar é individualizante pelo fato de que a partir desta relação o corpo é assujeitado. Ele é, individualizante, pois ele assegura a função-sujeito à singularidade somática por meio de um sistema de vigilância escrita ou pelo panoptismo de caráter pangráfico, responsável por projetar um núcleo de virtualidades, ou uma psiquê sobre um determinado indivíduo.

Para sintetizar esta discussão sobre a relação entre o poder político dos sistemas disciplinares e a fabricação de indivíduos, Foucault diz que:

É na medida em que a singularidade somática se tornou, pelos mecanismos disciplinares, portadora da função-sujeito que o indivíduo apareceu no interior de um sistema político. É na medida em que a vigilância ininterrupta, a escrita contínua, a punição virtual enquadraram esse corpo assim assujeitado e dele extraíram uma psiquê, é nessa medida que o indivíduo se constitui; é na medida em que a instância normalizadora distribui, exclui, retoma sem cessar esse corpo-psiquê que o indivíduo se caracteriza. (FOUCAULT, 2012, p.70).

Observa-se na descrição deste processo, a forma em que os corpos, a partir da difusão dos sistemas disciplinares com sua capacidade de assujeitamento, puderam ser “subjetivizados”, exatamente porque a função-sujeito presente nesta modalidade de poder garante a psicologização do corpo mediante procedimentos normalizadores, os quais fazem emergir uma virtualidade a qual se poderia chamar então de psiquismo.

Ainda sobre o detalhamento do corpo pela disciplina pela minúcia, por suas constantes e por vezes imperceptíveis punições, Foucault em *Vigiar e Punir* (2014), estabelece que tais coerções e correções dos corpos pelos aparelhos disciplinares foram fundamentais para um outro exercício de penalidade na modernidade, isto é, as reformas penais funcionando sob óticas que se baseiam na virtualidade, na normalização, no entendimento de que o exercício de poder sobre o corpo é o que permite atingir a alma dos indivíduos.

No início do livro *Vigiar e Punir* (2014), Foucault descreve com detalhes o caso do parricida Damiens no século XVIII, o qual foi condenado à morte mediante um ritual de suplício público. Esta forma de castigar corresponde a uma produção diferenciada de sofrimentos através de um ritual que manifestava no corpo do supliciado a manifestação do poder soberano.

Nesta perspectiva, como aponta Foucault (2014), há de se compreender o suplício em sua forma-ritual como um procedimento judiciário no qual se busca não só a verdade, que pode ser obtida mediante a confissão durante a tortura, mas também como uma maneira de mostrar ao supliciado e ao público um exemplo do que seria o inferno, além de expurgar o pecado causado pelo crime cometido. Crime este que, além de sua vítima imediata, ataca o soberano, o qual representa Deus. A violência empregada contra o corpo do criminoso não tinha como função estabelecer a justiça, senão a de reativar o poder real.

E mesmo, diante de uma prática punitiva característica da supremacia do poder real, outros discursos eram postos em discussão no mesmo período. Discursos estes que traçavam projetos de reformas, novas teorias da lei e do crime, e novas justificações morais ou políticas do direito de punir. A repressão penal não seria voltada objetivamente ao corpo.

A execução das penas deixava de ser um papel da justiça. A punição vai deixando o campo da percepção quase diária e entrando cada vez mais no da percepção abstrata. Portanto, a certeza da punição é que deveria desviar o homem do crime e não o suplício que demonstra publicamente a falta cometida, a qual também deveria servir também como um exemplo aos espectadores. “É a própria condenação que marcará o delinquente com sinal negativo e unívoco: publicidade, portanto, dos debates e da sentença.” (FOUCAULT, 2014, p.15).

Nesta nova modalidade de punição, na qual se separava, de um lado, a função de julgamento da justiça, e de outro, a execução da pena (cuja função seria a de corrigir, reeducar, curar o criminoso), o corpo submetido às sanções penais será atravessado por um aspecto distinto de outrora. Nas palavras de Foucault:

O corpo se encontra aí em posição de instrumento ou de intermediário; qualquer intervenção sobre ele pelo enclausuramento, pelo trabalho obrigatório visa privar o indivíduo de sua liberdade considerada ao mesmo tempo como um direito e como um bem. Segundo essa penalidade, o corpo é colocado num sistema de coação e de privação, de obrigações e de interdições. O sofrimento físico, a dor do corpo não são mais os elementos constitutivos da pena. O castigo passou de uma arte das sensações insuportáveis a uma economia dos direitos suspensos. (FOUCAULT, 2014, p.16).

Como mencionado, à função de execução das penas, que não visava a dor corporal, senão um caráter reformador, ortopédico, será garantida por psiquiatras,

psicólogos, médicos, pedagogos, sem deixar de mencionar o emprego de psicofármacos responsáveis por aliviar ou suprimir a dor mediante o cumprimento da pena. Faz parte também desta racionalidade o uso da guilhotina como forma de promover uma morte instantânea, livrando o autor do crime das sensações dolorosas da pena capital.

Já no século XIX quando os suplícios desaparecem quase que por completo, o poder sobre o corpo vai se manifestar de uma outra forma, uma vez que a pena toma como objeto a perda de um bem ou de um direito. Desde o século XVIII diversos teóricos estabeleciam que a punição deveria ser dirigida à alma, e uma vez que a punição incidia sobre o corpo, ela deveria atingir sobre o coração, o intelecto, a vontade, as disposições.

Como dito anteriormente, em volta das discussões que se realizavam no século XVII em relação ao crime, filósofos como Beccaria e Rousseau pensavam o crime como um dano à sociedade, e portanto, o criminoso deveria de alguma forma reparar esse dano. Foucault em *A Verdade e as Formas Jurídicas* (2013) sobre tal questão, mostra-nos que a penalidade neste período começa a se configurar de uma forma diferente do que pretendiam tais filósofos. A forma penal que foi adotada girava em torno de uma reforma psicológica dos indivíduos que transgrediram a lei. Ou seja, “toda a penalidade do século XIX passa a ser um controle, não tanto sobre se o que fizeram os indivíduos está em conformidade, ou não, com a lei, mas sobre o que podem fazer, o que são capazes de fazer, o que estão sujeitos a fazer, o que estão na iminência de fazer.” (FOUCAULT, 2013, p.86).

Nesta nova sociedade punitiva que começa a se esboçar, todo um aparato tecnológico e institucional começa a se desenvolver paralelamente à lei. Um conjunto de poderes e saberes responsáveis por controlar e evitar que problemas relacionados à transgressões, desvios, da população ou de um indivíduo, venha a se tornar uma injustiça contra a sociedade. Para tanto, não só é estabelecido o aparelho policial, com suas redes de instituições de vigilância e correção (de um lado a polícia na vigilância, e de outro, saberes psicológicos, psiquiátricos, médicos e pedagógicos para a correção), mais como também uma série de instituições que vão enquadrar os indivíduos ao longo de sua existência: escola, hospital, asilo, etc.

Pode-se dizer então que essa rede de instituições de vigilância e de correção que atravessa toda a sociedade tem como alvo principal as virtualidades de um indivíduo, seja impedindo-o de realizar transgressões, seja agindo para que ele não volte a cometê-las.

Esta sociedade, a que Foucault chama de sociedade disciplinar, vive na idade da ortopedia social, pois esta virtualidade a que se fez referência caminha conjuntamente com determinadas formas de controle, visto que a lei por si só não é capaz de evitar problemas relacionados à multiplicidade das aglomerações de indivíduos nos espaços, principalmente nos espaços urbanos.

O controle social que perpassa constantemente a todos encontrará no modelo do *Panopticon* a sua via necessária de realização. A vigilância proveniente deste modelo coage incessantemente os corpos por seus mecanismos de observação ininterrupta, a qual poderá ser exercida por aqueles responsáveis pela administração de determinados espaços e saberes, dentre eles, médicos, psiquiatras, profissionais da pedagogia ou aos que são responsáveis por espaços prisionais, dentre outros. Todos estes, agentes que através de suas práticas, tentam colocar o indivíduo com suas virtualidades dentro da esfera da norma, ou seja, daquilo que é considerado normal na sociedade.

Portanto, pode-se dizer que na sociedade em que vivemos, o poder disciplinar, através de todos os espaços em seu domínio, configura um verdadeiro controle do corpo em todas as etapas da vida, em todos os momentos. Os mecanismos de vigilância, coercitivos, de registros acompanham os corpos cotidianamente, e aqueles corpos cujas virtualidades desviem da norma, do esperado, encontrar-se-ão sujeitos a ações e mecanismos que têm como função colocá-lo de volta à ela. Para tanto, uma série de estratégias, de políticas medicalizantes, psicologizantes, ressocializantes, muitas vezes higienistas entram em cena. E estas podem surgir nos mais diversos espaços, sejam eles escolares, hospitalares, prisionais, em meio aberto, nos próprios lares. Efeitos disciplinares-normalizadores de um paradoxo entre liberdade e assujeitamento que encontramos frequentemente nos dias atuais.

3.3. Espaço Medicalização-Punição

No livro *Vigiar e Punir* (2014) Foucault descreve o policiamento espacial que se efetuou em uma cidade infestada pela peste no século XVII. A fim de evitar o contágio da doença, os habitantes são trancados em suas casas pelos próprios síndicos. Sua alimentação é controlada e administrada por representantes do governo. As pessoas são portanto proibidas de circularem pela cidade, e caso desobedeçam, correm o risco de serem infectadas pela peste ou de serem punidas com a pena de morte.

Vigilantes são designados para inspecionar ruas, quarteirões, bairros. Diariamente o síndico visita as casas pelas quais são responsáveis para verificar a situação dos moradores, se escondem doentes ou mortos. Tal vigilância se baseia em registros, relatórios organizados pelos síndicos com nomes dos moradores, idade, sexo, e que depois são entregues aos intendentes e destes, ao prefeito.

Os relatórios que são produzidos são entregues a médicos responsáveis pela administração das irregularidades para fins de controle. Os procedimentos médicos só serão adotados a partir do que é verificado e relatado. “O registro do patológico deve ser constante e centralizado. A relação de cada um com sua doença e sua morte passa pelas instâncias de poder, pelo registro que delas é feito, pelas decisões que elas tomam. (FOUCAULT, 2014, p.191).

Sobre a administração do espaço suscitado pelo controle da praga, Foucault escreve:

Esse espaço fechado, recortado, vigiado em todos os seus pontos, onde os indivíduos estão inseridos num lugar fixo, onde os menores movimentos são controlados, onde todos os acontecimentos são registrados, onde um trabalho ininterrupto de escrita liga o centro e a periferia, onde o poder é exercido sem divisão, segundo uma figura hierárquica contínua, onde cada indivíduo é constantemente localizado, examinado e distribuído entre os vivos, os doentes e os mortos – isso tudo constitui um modelo compacto do dispositivo disciplinar. (FOUCAULT, 2014, p.192).

Diferente de uma distribuição de corpos suscitada pela lepra que consistia em modelos de exclusão, com sua divisão maciça e binária entre uns e outros, a peste suscitava modelos disciplinares, porque recorria a separações múltiplas, a distribuições individualizantes, a uma organização aprofundada das vigilâncias e dos controles e a uma intensificação e ramificação do poder.

São, portanto, dois modelos distintos que envolvem duas maneiras de exercer poder sobre os homens, de controlar suas relações, de desmanchar suas perigosas misturas. Toda a hierarquia, vigilância, o olhar, a documentação de uma cidade infestada pela peste parece ser a utopia de uma cidade perfeitamente governada, pois funciona através de um poder extensivo que age de maneira diversa sobre todos os corpos individuais.

Foucault (2014) sustenta ainda que embora os modelos sejam diferentes, não são entretanto incompatíveis, visto que no século XIX (período em que o poder disciplinar se difunde por toda a sociedade), o processo de exclusão aplicado aos leprosos, vai sendo aplicado também a determinadas categorias sociais indesejáveis, tais como: mendigos, vagabundos, loucos. Daí ocorre o que o filósofo chamou de tratar os “leprosos” como “pestilentos”, pois o processo de exclusão que se aplicará sobre eles é decorrente de processos de individualização, os quais são possibilitados pelos métodos de repartição analítica do poder: a individualização dos excluídos.

Este processo de exclusão pela individualização, possibilitado por um poder disciplinar que vigia, separa, constrói relatórios, vai ser aplicado em determinados lugares, espaços, como: o asilo psiquiátrico, a penitenciária, a casa de correção, o estabelecimento da educação vigiada.

No caso dos hospitais, Foucault diz que de um modo geral todas as instâncias de controle individual funcionam de um duplo modo: o da divisão binária e da marcação (louco-não louco; perigoso-inofensivo; normal-anormal), e de uma determinação coercitiva, da repetição diferencial (quem é ele; onde deve estar; como caracterizá-lo, como reconhecê-lo, como exercer sobre ele, de maneira individual, uma vigilância constante etc.). (FOUCAULT, 2014, p.193).

O que ocorre então é uma espécie de “pestidentalização” do leproso, visto que há uma imposição aos excluídos de táticas das disciplinas individualizantes. Por outro lado a universalização dos controles disciplinares permite marcar quem é “leproso” e fazer funcionar contra ele os mecanismos dualistas da exclusão. Daí surgem técnicas e instituições que assumem a tarefa de corrigir e controlar os anormais, fazendo funcionar os dispositivos disciplinares que foram observados na gestão da cidade empestada.

Este processo de individualização na exclusão, de quadriculamento do espaço por um viés medicalizante também pode ser encontrado em *A Política da Saúde no Século XVIII* (1979h) de Foucault, quando o filósofo aborda a relação estratégica entre uma medicina privada e uma medicina socializada, ao qual ele chamou de noso-política, isto é, a emergência de discursos, ações, políticas de gestão dos corpos, das populações, das circulações, dos espaços com vias de garantir e promover a saúde, evitar e combater as doenças e os contágios.

Neste texto, Foucault diz que a noso-política aparece no século XVIII como um “problema de origens e direções múltiplas: a saúde de todos como urgência para todos; o estado de saúde de uma população como objetivo geral.” Ele demarca a separação entre ações assistenciais direcionadas aos pobres que se realizavam até o século XVII, tais quais as doenças que acompanhavam estes grupos, para uma preocupação com a mão-de-obra proveniente das camadas empobrecidas da população, que começavam a configurar uma problemática do ponto de vista do aparelho produtivo e da expansão demográfica.

É a questão do ócio-útil, e relacionado a isto, o surgimento da saúde e do bem-estar físico da população em geral como um dos objetivos do poder político. Portanto, maneiras de se elevar o nível de saúde do corpo social em conjunto. “Os diversos aparelhos de poder devem se encarregar dos “corpos” não simplesmente para exigir deles o serviço do sangue ou para protegê-los contra os inimigos, não simplesmente para assegurar os castigos ou extorquir as rendas, mas para ajudá-los a garantir sua saúde. O imperativo da saúde: dever de cada um e objetivo geral.” (FOUCAULT, 1979h, 109). Garantia da saúde que começa a se engendrar por ações médico-disciplinares com contornos produtivo-utilitaristas.

O filósofo destaca ainda que a importância que a medicina obtém no século XVIII tem origem no ponto de origem no cruzamento de uma nova economia “analítica” da assistência com a emergência de uma “polícia” geral da saúde. Entra em cena uma polícia do corpo social, que cumpre objetivos político-econômicos fundamentais na sociedade industrial que vai se desenvolvendo. Obras como *Medizinische Polizei Ordnung*¹³ (1764), do médico Wolfgang Thomas Rau, e *System einer vollständigen Medizinischen Polizei*¹⁴ (1779), do médico Johann Peter Frank, expressam as mudanças que vão ocorrer a partir desta vigilância médica da sociedade.

Tal polícia de saúde, que inclusive terá como um dos alvos principais a família, em especial a criança, privilegiará questões relacionadas à higiene, fazendo a medicina funcionar como uma instância de controle social. E a noção de “regime”, que antes dizia respeito a uma regra do modo de vida e de uma medicina preventiva vai sendo extrapolada para um “regime” coletivo de uma população considerada em geral. “Esta higiene, como

¹³ Em tradução livre, Ordem de Polícia Médica.

¹⁴ Em tradução livre, Sistema de uma Polícia Médica Completa.

regime de saúde das populações, implica por parte da medicina, um determinado número de intervenções autoritárias e de medidas de controle.” (FOUCAULT, 1979h, p.111).

Estas medidas autoritárias passaram a ser requeridas pela necessidade de intervenção higienista em espaços como foco privilegiados de doenças: as prisões, os navios, as instalações portuárias, os hospitais gerais onde se encontravam os vagabundos, os mendigos, os inválidos. “Isolam-se, portanto, no sistema urbano, regiões de medicalização de urgência, que devem tornar pontos de aplicação para exercício de um poder médico intensificado.” (FOUCAULT, 1979h, p.112).

Sobre tal questão uma citação do filósofo:

A medicina como técnica geral de saúde, mais do que como serviço das doenças e arte das curas, assume um lugar cada vez mais importante nas estruturas administrativas e nesta maquinaria de poder que, durante o século XVIII, não cessa de se estender e de se afirmar. O médico penetra em diferentes instâncias de poder. (...) Acerca da sociedade, de sua saúde e suas doenças, de sua condição de vida, de sua habitação e de seus hábitos, começa a se formar um saber médico-administrativo que serviu de núcleo originário à "economia social" e à sociologia do século XIX. E constitui-se, igualmente, uma ascendência político-médica sobre uma população que se enquadra com uma série de prescrições que dizem respeito não só à doença mas às formas gerais da existência e do comportamento (a alimentação e a bebida, a sexualidade e a fecundidade, a maneira de se vestir, a disposição ideal do habitat). (FOUCAULT, 1979, p.112).

Percebe-se então que desde o século XVIII a sociedade é atravessada por uma série de discursos, ações direcionadas aos hábitos, comportamentos, enfim, todas as características que se relacionam com uma noção de promoção de saúde, mas que em certos casos, a medicalização utilizada para fins políticos, ultrapassa barreiras de sujeição sobre determinadas categorias de indivíduos, em especial as crianças e pessoas que são considerados entraves sociais em um viés político-econômico: os anormais.

Rodrigues e Carvalho (2016) discutem sobre a ampliação do campo da prática médica na atualidade, a qual passa a se associar a outros aspectos da vida que não dizem respeito somente à doenças, senão ao que nas práticas medicalizantes se chama de “risco médico”. Os autores escrevem também que por meio de uma autoridade do cuidado, a medicina passou a exercer seu poder por funções normalizadoras, tornando-se uma “estratégia de saber-poder com finalidades mais normalizadoras do que clínicas.” (RODRIGUES E CARVALHO, 2016, p.709).

Os autores destacam que no que se refere ao poder de normalização, a psiquiatria sempre teve um papel especial quando se tratava de intervir em situações em que a justiça se encontrava em situações paradigmáticas: “os crimes sem razão”. Portanto, tratava-se, não só de produzir toda uma argumentação e um saber para explicar uma conduta criminosa, mas como também de demandar instituições para-judiciárias para lidar com os indivíduos criminosos cuja anormalidade não poderia ser absorvida pelo aparelho de justiça penal “comum”.

A situação que mais tem se configurado como emblemática das ações medicalizantes-punitivas na atualidade, principalmente quando se refere também à circulação de pessoas, da ocupação de espaços em determinados pontos da cidade, se refere à questão das internações compulsórias de pessoas que fazem uso de drogas. Como Rodrigues e Carvalho (2016) discutem, a internação constitui uma prática que vem sendo atualizada no diagrama de poder de normalização, que não funciona apenas por procedimentos disciplinares de isolamento, mas que se reinventou fazendo funcionar uma circulação pela cidade sob certos regimes de segurança.

Concluindo, pode-se dizer que a esta nova função que nasceu dentro da sociedade de soberania, a polícia médica, a qual passou a ter um papel fundamental na gestão dos corpos, dos espaços e de suas relações, foi encontrando cada vez mais campos de atuação política, principalmente o campo das condutas, as normas, e numa relação cada vez maior com o campo judiciário, ou com o campo das penalidades, a medicalização punitiva vem ultrapassando os limites e as fronteiras de uma clínica do cuidado, para se estabelecer como uma verdadeira estratégia de gestão dos problemas sociais, entendidos não por suas características histórico-políticas, mas pela demanda de urgência que as toma como anomalias, impurezas de uma convivência saudável.

3.4. Espaço Escola-Hospital-Prisão

3.4.1. Espaço Escola

Quando se trata desta “nova” anatomia política que se inscreve sobre os corpos realizada pelas disciplinas, as quais se estabelecem de maneira majoritária no século XIX, percebe-se que elas já se encontravam muitas vezes funcionando em determinados lugares ainda na Idade Média. É daí que Foucault (2014) recusa-se a dizer que os procedimentos disciplinares foram descobertos subitamente na Era Moderna, pois deve-

se entendê-los como “uma multiplicidade de processos muitas vezes mínimos, de origens, diferentes, de localizações esparsas, que se recordam, se repetem, ou se imitam, apoiam-se uns sobre os outros, distinguem-se segundo seu campo de aplicação, entram em convergência e esboçam aos poucos a fachada de um método geral.” (FOUCAULT, 2014, p.136).

Chaves (2010), através de uma reflexão genealógica acerca do poder disciplinar na obra de Foucault, sustenta que o curso *O Poder Psiquiátrico*, ministrado entre 1973-1974 (abordando também a questão da escola e da educação), preparou as análises que foram desenvolvidas posteriormente no livro *Vigiar e Punir* (1975). Além do mais, para ele, “trata-se, portanto, de um curso com altíssimo valor estratégico para compreendermos a passagem do Foucault mais predominantemente “arqueológico” para o Foucault mais predominantemente “genealógico”, para retomarmos uma divisão já consensual dos períodos de sua obra.” (CHAVES, 2010, p.194).

Ainda no curso *O Poder Psiquiátrico*, Chaves (2010) escreve que em tal curso proferido, Foucault diz dois fatos sobre o aparelho disciplinar, já visível no século XVII, e que surge claramente no século XVIII. O primeiro, é que os dispositivos disciplinares não substituem, pura e simplesmente os de soberania, embora a estes se oponham. O segundo, é que os dispositivos disciplinares não aparecem, de forma abrupta, a partir do século XVII; ao contrário, eles “vêm de longe”, isto é, já constituíam um tipo de prática que funcionava em meio ao modelo da soberania ou ainda de uma “morfologia geral de soberania”, formando o que Foucault chamou de “ilhas disciplinares.” (CHAVES, 2010, p.195).

Em relação a estas “ilhas disciplinares”, Foucault aponta, como uma espécie de ponto zero dos dispositivos disciplinares, as comunidades religiosas medievais. Foucault demarca no referente curso a diferenciação que os aparelhos disciplinares fizeram funcionar em meio à sociedade de soberania na Idade Média. De antemão, destaca-se o fato de que os dispositivos disciplinares possuíam um papel crítico, um papel de oposição e de inovação. Outra questão diz respeito ao fato de que tais “ilhas disciplinares” tornaram possíveis certas formas de oposição social contra as hierarquias, contra o sistema de diferenciação dos dispositivos de soberania. Entretanto, Foucault buscará mostrar de que forma os dispositivos disciplinares vão perder seu caráter crítico, de oposição e de

inovação para se tornarem na Idade Moderna as “fórmulas gerais de dominação”, as quais ele explora sobremaneira em *Vigiar e Punir*. (CHAVES, 2010, p.195).

A estes primeiros vestígios do aparelho disciplinar que surgem na Idade Média, Foucault destaca a questão da “disciplinarização”, “colonização” da juventude, a qual constituiu o primeiro passo do processo de integração das práticas pedagógicas aos mecanismos disciplinares desenvolvidas em comunidades religiosas como a dos Irmãos da Vida Comum. Dentro desta comunidade se desenvolviam práticas, exercícios ascéticos envolvidos numa evolução do progressiva do indivíduo até o ponto da salvação, as quais viriam a se tornar uma espécie de modelo, uma espécie de “forma coletiva”, a partir dos quais os “grandes esquemas da pedagogia” vão se organizar. (CHAVES, 2010, p.196).

Três esquemas pedagógicos aos quais Chaves (2010) elenca a partir de sua leitura sobre o curso *O Poder Psiquiátrico*:

1) a relação entre processo de aprendizagem e determinadas etapas obrigatórias e necessárias, que vão do simples ao complexo, do particular ao geral, o que resultará na organização das séries e na distribuição por idade;

2) que essas etapas obedecem a certa concepção de temporalidade, o que demanda demarcar períodos, etapas, os quais, em geral, implicam afirmar a necessidade de um período mais longo para os estudos fundamentais e um mais curto para os estudos mais avançados (tal como, ainda hoje, a diferença temporal entre o ensino fundamental e o médio);

3) essa ordem do tempo corresponde à ideia de progresso, representado pela acumulação do conhecimento adquirido em cada uma das etapas.

Não obstante às características provenientes deste primeiro esboço de uma pedagogia que nasce num espaço religioso, é que Chaves (2010) destaca ainda a aproximação que Foucault realizara entre a “colonização” da juventude na Europa por iniciativas religiosas com as missões jesuítas realizadas nas Américas espanholas e portuguesas no começo da Era Moderna, as quais tinham por função a colonização dos povos tradicionais. Para tanto, os missionários organizavam modelos de funcionamento social baseados em hierarquias, rígida organização do tempo, um sistema de vigilância constante, além de um estabelecimento de um sistema de punições diferente do modelo

soberano, senão daquele que se direciona às virtualidades e comportamentos, portanto mais próximo ao da norma (cristã).

Tal processo de colonização que, tanto se realizara pelas missões jesuítas na América, quanto na juventude europeia por comunidades como a dos Irmãos da Vida Comum, demonstraram para Foucault, ainda num processo de formulação de sua teorização sobre o poder disciplinar, as proveniências desta anatomia política que vai atravessar continuamente e descontinuamente os séculos até a atualidade. A escola, com seu processo de aprendizagem que requer a clausura, a relação entre mestre e discípulo, a ascese contínua que requer a separação entre o espaço interior e o exterior, de acordo com Chaves (2010), denotou historicamente para Foucault a relação entre a pedagogia, aparelhos disciplinares e práticas ascético-religiosas. Portanto, a instituição escolar, reúne determinados procedimentos de vigilância, hierarquização e recompensa, e “a escola se torna-se, então, um espaço privilegiado para o exercício e o constante aperfeiçoamento das práticas pedagógicas da disciplina.” (CHAVES, 2010, p.198).

Numa conferência denominada *O Nascimento do Hospital* (1979i), Foucault também discursa sobre a antiguidade e a dispersão de mecanismos disciplinares que existiam antes da modernidade, e decorrente de necessidades de gerência da população a partir desta época, por exemplo no exército e em relação à alfabetização, as instituições militares e escolares começam a ser organizadas para fins de controle. Em relação às escolas diz ele:

Nas escolas do século XVII, os alunos (como no exércitos) também estavam aglomerados e o professor chamava um deles por alguns minutos, ensinava-lhe algo, mandava-o de volta, chamava outro, etc. Um ensino coletivo dado simultaneamente a todos os alunos implica uma distribuição espacial. A disciplina é, antes de tudo, a análise do espaço. É a individualização pelo espaço, a inserção dos corpos em um espaço individualizado, classificatório, combinatório. (FOUCAULT, 1979i, p.61).

Neste fragmento o filósofo demonstra a diferença entre o processo de escolarização que se realizava no século XVII e no XVIII, pois a partir deste último, a disciplina escolar inicia um processo de individualização através de uma organização espacial para que o professor conheça melhor o aluno, e conseqüentemente possa avaliá-lo, examiná-lo, vigiá-lo, repreendê-lo e recompensá-lo, o que denota o caráter normalizador desta instituição.

3.4.2. Espaço Hospital

Na mesma conferência citada, Foucault vai tratar especialmente da emergência do hospital como tecnologia médica e instrumento terapêutico, que como ele aponta, é uma invenção relativamente nova que data do fim do século XVIII, destacando-se uma nova prática que é assinalada por volta de 1780: a visita e a observação sistemática e comparada dos hospitais. O filósofo destaca as viagens que um inglês chamado Howard realizara entre 1775-1780 por prisões e hospitais, e a de um francês chamado Tenon, a pedido da *Academia de Ciências*, no momento em que se colocava o problema da reconstrução do *Hôtel-Dieu* de Paris. (FOUCAULT, 1979i, p.58).

Tais viagens, como Foucault as denominara, viagens-inquérito, tinham como finalidade estabelecer um programa de reforma e reconstrução dos hospitais, pois as viagens que se realizavam antes do século XVIII para esta finalidade ocupavam-se essencialmente dos padrões arquitetônicos dos hospitais. A partir deste momento o hospital começava a fazer parte de um fato médico-hospitalar que deveria ser estudado como são estudados os climas, as doenças etc. E em suas pesquisas “Howard e Tenon dão a cifra de doentes por hospital, a relação entre número de doentes, o número de leitos e a área útil do hospital, a extensão e a altura das salas, a cubagem de ar que cada doente dispõe e a taxa de mortalidade e de cura.” (FOUCAULT, 1979i, p.58).

Tenon era médico e Howard era uma espécie de predecessor do que seria um filantropo, porém ele tinha uma competência quase sócio-médica. Mais uma vez Foucault (1979i) chama a atenção que estas viagens-inquérito que realizaram faziam parte de uma outra racionalidade médica que estava se constituindo neste período, a qual começava a enxergar no hospital um espaço de inserção de uma tecnologia de conhecimento das enfermidades, de uma terapêutica e da cura. O filósofo explicita tal questão em resposta a uma crítica referente ao fato de que os hospitais já existiam anteriormente mesmo na Idade Média, todavia ele responde que o personagem característico do hospital de outrora era o pobre que estava em vias de morrer. Em suas palavras:

Antes do século XVIII, o hospital era essencialmente uma instituição de assistência aos pobres. Instituição de assistência, como também de separação e exclusão. O pobre como pobre tem necessidade de assistência e, como doente, portador de doença e de possível contágio, é perigoso. Por estas razões, o hospital deve estar presente tanto para recolhê-lo, quanto para proteger os outros do perigo que ele encarna. (...) Dizia-se correntemente, nesta época, que o hospital era um morredouro, um lugar onde morrer. E o pessoal hospitalar não era

fundamentalmente destinado a realizar a cura do doente, mas a conseguir sua própria salvação. Era um pessoal caritativo - religioso ou leigo - que estava no hospital para fazer uma obra de caridade que lhe assegurasse a salvação eterna. Assegurava-se, portanto, a salvação da alma do pobre no momento da morte e a salvação do pessoal hospitalar que cuidava dos pobres. Função de transição entre a vida e a morte, de salvação espiritual mais do que material, aliada à função de separação dos indivíduos perigosos para a saúde geral da população. (FOUCAULT, 1979i, p.59)

Além disso, Foucault diz que até o começo do século XVIII o hospital também era um espaço de exclusão, de internamento, onde se misturavam doentes, loucos, prostitutas, devassos etc. Ele diz ainda que, a função médica que se realizava no hospital antes de sua organização como um instrumento de saber, era individualista no sentido de que a terapêutica era baseada no modelo da prova¹⁵.

O hospital foi então medicalizado e a medicina se tornou hospitalar graças a um conjunto de fatores. Em primeiro lugar esta transformação se deve à necessidade de se anular os efeitos negativos do hospital, isto é, de antemão tratava-se de purificá-lo dos efeitos nocivos e da desordem que ele acarretava, visto que tal desordem estava associada à preocupação quanto às doenças que ele podia suscitar nas pessoas internadas e espalhar na cidade em que estava situado, como também a desordem econômico-social de que ele era foco perpétuo. (FOUCAULT, 1979i, p.60).

Foucault localiza no século XVII a primeira grande organização hospitalar essencialmente em espaços marítimos e militares. E isto se deve ao fato do hospital marítimo ser um lugar de desordem econômica, pois na época do mercantilismo haviam muito tráfico de produtos vindos das colônias, e muitos traficantes se faziam de doentes para se instalarem nos hospitais marítimos. Decorrente desta situação o primeiro regulamento do hospital surge para inspeção dos cofres que marinheiros, médicos e boticários mantinham neste ambiente. “Mas trata-se, essencialmente, de um tipo de hospitalização que não procura fazer do hospital um instrumento de cura, mas impedir que seja foco de desordem econômica ou médica.” (FOUCAULT, 1979i, p.60).

Decorrentes das regulamentações econômicas impostas pelo mercantilismo, tanto em espaços militares quanto marítimos, o preço dos homens tornou-se cada vez mais elevado. “E nesta época que a formação do indivíduo, sua capacidade, suas aptidões

¹⁵ Questão explanada no presente trabalho na sessão 2.3., p.72.

passam a ter um preço para a sociedade.” (FOUCAULT, 1979i, p.60). Portanto, a mesma questão será suscitada na organização nas instituições militares, visto que a partir do século XVIII o controle dos indivíduos que passaram a servir às forças armadas se tornou mais rigoroso, para garantir a saúde das tropas, para melhorar seu desempenho e para que não se desperdiçasse dinheiro com elas. Observa-se então que as primeiras formas de se regulamentar o hospital em espaços marítimos e militares se devem à uma disciplinarização destes.

O processo de disciplinarização que se observa nos exércitos, nos espaços marítimos e mercantis, com todos os mecanismos de vigilância, registro, exame, classificação, hierarquia será aplicado na instituição hospitalar de maneira que esta será relacionada com a formação, o controle, o saber médico, o qual também passava por uma espécie de reformulação, um outro olhar que era direcionado à natureza das enfermidades. O hospital juntamente de uma outra concepção de doença pela medicina vão configurá-lo como um espaço de produção da verdade sobre a saúde. Nas palavras de Foucault:

É a introdução dos mecanismos disciplinares no espaço confuso do hospital que vai possibilitar sua medicalização. Tudo o que foi dito até agora pode explicar porque o hospital se disciplina. As razões econômicas, o preço atribuído ao indivíduo, o desejo de evitar que as epidemias se propaguem explicam o esquadrinhamento disciplinar a que estão submetidos os hospitais. Mas se esta disciplina torna-se médica, se este poder disciplinar é confiado ao médico, isto se deve a uma transformação no saber médico. A formação de uma medicina hospitalar deve-se, por um lado, à disciplinarização do espaço hospitalar, e, por outro, à transformação, nesta época, do saber e da prática médicas. (FOUCAULT, 1979i, p.62).

A medicina passa a ser formulada com base nos estudos classificatório-naturais de Lineu (1707-1708), os quais ao serem utilizados pela prática médica levam a uma compreensão da doença que versa também os fenômenos limites da natureza, isto é, compreende-se a partir daí a noção da influência do ambiente sobre o organismo, ou seja, de que forma o solo, a água, o ar, a alimentação contribuem para o processo de adoecimento. Junta-se então à esta nova forma de entendimento dos fatores relacionados à patologia os procedimentos de uma disciplina hospitalar que terá por função assegurar o esquadrinhamento, a vigilância, a disciplinarização do mundo confuso do doente e da doença, como também transformar as condições do meio em que os doentes são colocados. (FOUCAULT, 1979i, p.62).

O hospital terá de ser um espaço de cura, e antes o médico, que antes era ou um mero coadjuvante, que realizava visitas esporádicas a uma série de doentes e que obedecia às ordens de representantes religiosos, passou a ser uma figura essencial, fundamental no hospital. Também relacionado a isto é que o grande médico será aquele que tem acumulado experiência hospitalar. “Tenon, por exemplo, foi um médico de hospital e Pinel pôde fazer o que fez em Bicêtre graças a situação de detentor de poder no hospital”. (FOUCAULT, 1979i, p.64).

Além disso, todo organiza-se no hospital um sistema de registro permanente, e na medida do possível, exaustivo, do que acontece. Desta forma se constitui um campo documental no interior do hospital, que não é somente um lugar de cura, mas também de registro, acumulação e formação de saber. É desta forma que o saber médico se organiza em torno do que foi escrito e registrado no hospital, até chegar a um ponto em que a própria formação normativa de um médico deve passar pelo hospital. “Além de ser um lugar de cura, este é também lugar de formação de médicos. A clínica aparece como dimensão essencial do hospital.” (FOUCAULT, 1979i, p.64).

O filósofo ressalta que neste caso que ‘clínica’ refere-se à organização do hospital como lugar de formação e transmissão de saber. E diante desta disciplinarização realizada em torno do hospital é que a medicina, com todo o seu arcabouço teórico e metodológico sobre as doenças, faz emergir não só o indivíduo como objeto do saber da prática médica, mas também a população, isto devido a todo o acúmulo de registros que se realiza no hospital, entre hospitais e nas diversas regiões. “A medicina que se forma no século XVIII é tanto uma medicina do indivíduo quanto da população.” (FOUCAULT, 1979i, p.64).

3.4.3. Espaço-Prisão

Ao tratar sobre as questões que levaram ao surgimento da prisão enquanto instrumento da justiça relacionado à penalidade, Foucault na entrevista *Sobre a Prisão* (1979j), diz que tal instituição desde sua implementação estava ligada a um projeto de transformação dos indivíduos, e tal fato se demonstra que “os textos, os programas, as declarações de intenção estão aí para mostrar. Desde o começo a prisão devia ser um instrumento tão aperfeiçoado quanto à escola, à caserna, o hospital, e agir com precisão sobre os indivíduos.” (FOUCAULT, 1979j, p.75).

No livro *Vigiar e Punir* (2014), Foucault ao escrever sobre a prisão, aborda que ela preexiste à sua utilização sistemática nas leis penais, ela se constitui fora do aparelho judiciário, quando se elaboram procedimentos disciplinares por toda a sociedade, mas que depois passam a colonizar a instituição judiciária. Daí constitui-se uma prática de privação de liberdade funcionando como um instrumento de coerção num duplo funcionamento – jurídico econômico de um lado e técnico disciplinar de outro, o qual fez a prisão aparecer como a forma mais imediata e mais civilizada de todas as penas.

Na prisão também funciona uma espécie de onidisciplina com variadas funções corretivas, dentre as quais se destacam três princípios. O primeiro diz respeito ao isolamento, pois produz ruptura de comunicações, o remorso e a submissão total. O segundo é o do trabalho penal, que deve ser concebido como sendo uma maquinaria que transforma o prisioneiro violento, agitado, irrefletido em uma peça que desempenha seu papel com perfeita regularidade. Por fim, tem-se a questão da modulação da pena, pois se o princípio da pena é uma decisão de justiça, sua gestão, qualidade e rigores devem pertencer a um mecanismo autônomo que controla os efeitos da punição no próprio interior do aparelho que produz. (FOUCAULT, 2014, p.239).

Em resumo, a utilidade da prisão define-se por seu papel técnico-positivo capaz de realizar transformações nos indivíduos, e sobre isso Foucault escreve:

“E para essa operação o aparelho carcerário recorreu a três grandes esquemas: o esquema político-moral do isolamento individual e da hierarquia; o modelo econômico da força aplicada a um trabalho obrigatório; o modelo técnico-médico da cura e da normalização. A cela, a oficina, o hospital. A margem pela qual a prisão excede a detenção é preenchida de fato por técnicas de tipo disciplinar. E esse suplemento disciplinar em relação ao jurídico, é a isso, em suma, que se chama o “penitenciário”. (FOUCAULT, 2014, p.241).

Este penitenciário diz respeito às relações de saber que permeiam o âmbito prisional e que reinvestem à justiça criminal, no que Foucault (2014) chama de um “labirinto infinito”. Além disso, em tal espaço busca-se produzir um saber clínico sobre os indivíduos dentro de um panoptismo prisional com seus mecanismos de vigilância e observação, segurança e saber, individualização e totalização, isolamento e transparência, os quais se materializam numa documentação individualizante.

Portanto a prisão recebe uma encomenda judiciária, mas que dentro do sistema prisional ela tem que coletar permanentemente do detento um saber que permitirá

transformar a medida penal em uma operação penitenciária; que fará da pena tornada necessária pela infração uma modificação do detendo, útil para a sociedade. (FOUCAULT, 2014, p.244). Daí então a questão do “biográfico”, que acaba por ser um instrumento fundamental na história da penalidade, e é deste biográfico que emerge a figura do delinquente, o qual se distingue do infrator pelo fato de ser mais caracterizado por sua história de vida do que pelo ato cometido.

A relação que o biográfico mantém com a noção de delinquência se reproduz pela confusão de fronteiras que se instala entre os discursos penal e psiquiátrico. Surge daí a noção de indivíduo “perigoso”, na qual se permite estabelecer uma rede de causalidade na escala de uma biografia inteira e estabelecer um veredicto de punição-correção. (FOUCAULT, 2014, p.246). O princípio de que a delinquência deve ser especificada menos em função da lei do que da norma.

É como se através desta nova noção que constrói (a delinquência), se produzisse entre o aparelho judiciário e o aparelho reformador da prisão, o conteúdo biográfico de um indivíduo que será analisado dentro de um espectro de saber pelo qual os discursos científicos apresentarão seus discursos de verdade, os quais versarão sobremaneira pela noção de anomalia. Noção esta que reflete um perigo, uma doença, acerca da qual se organizará um conjunto de táticas disciplinares para proteger a sociedade deste malefício social.

Historicamente percebe-se então que o sistema prisional substitui a noção de infrator pela noção de delinquência, e tal mudança também se deve ao fato de que o processo de constituição da delinquência-objeto se une à operação política que dissocia as ilegalidades e delas isola a delinquência. Uma operação de tal forma realizada porque a instituição da delinquência produz algumas vantagens, dentre as quais se pode destacar:

- 1) É possível controlar a delinquência (localizando os indivíduos, infiltrando-se no grupo, organizando a delação mútua;
- 2) Substituição de grupos que praticam ilegalidades em certas ocasiões por um grupo relativamente restrito e fechado de indivíduos sobre os quais se pode efetuar uma vigilância constante;
- 3) Orientar essa delinquência fechada em si mesma para as formas de ilegalidade que são menos perigosas;

- 4) Fazer o banditismo funcionar politicamente sem perigo e economicamente sem consequência;
- 5) Fazer a violência desses grupos de ilegalidade voltar-se para as próprias camadas pobres, ou seja, para elas mesmas.

A produção da delinquência se torna então vantajosa, visto que ao se tornar, não só uma produção de verdade científica da individualidade desviante, anômala, pela qual se precisa conhecer para corrigir e proteger (a sociedade), se torna também um instrumento pela qual se pode gerir determinadas formas de ilegalidade, nas quais se produzem diferenciações entre as ilegalidades de níveis de baixo risco (como pequenos roubos, pequenas violências, recusas ou desvios cotidianos da lei), de ilegalidades que se poderiam denominar políticas. Os delinquentes se tornam meios pelos quais todo um horizonte de ilegalidades funciona sem que o aparelho judiciário-normalizador venha causar prejuízos na retirada destas situações vantajosas. Como exemplo principal desta questão Foucault (2014) aponta o tráfico de drogas:

“Os tráficos de armas, os de álcool nos países de lei seca, ou mais recentemente os de droga, mostrariam da mesma maneira esse funcionamento da “delinquência útil”; a existência de uma proibição legal cria em torno dela um campo de práticas ilegais, sobre o qual se chega a exercer controle e a tirar um lucro por meio de elementos ilegais, mas tornados manejáveis por sua organização em delinquência. Esta é um instrumento para gerir e explorar ilegalidades.” (FOUCAULT, 2014, p.274).

O filósofo aponta ainda que a delinquência, solidificada por um sistema penal sobre a prisão, representa um desvio de ilegalidade para os circuitos de lucro e poder ilícitos da classe dominante. Desta feita colocam-se em funcionamento procedimentos de vigilância de meios e de grupos considerados perigosos, e a delinquência se torna ao mesmo tempo objeto e instrumento da vigilância policial, pois aquela autoriza a quadriculagem geral da população. “A delinquência funciona como um observatório político. Os estatísticos e sociólogos dela se utilizaram por sua vez, bem depois dos policiais.” (FOUCAULT, 2014, p.276).

Desta forma a polícia e a prisão funcionam relacionando-se atuando por todo o campo de ilegalidades produzindo a diferenciação, o isolamento e a utilização da delinquência. “A vigilância policial fornece à prisão os infratores que esta transforma em

delinquentes, alvo e auxiliares dos controles policiais que regularmente mandam alguns deles de volta à prisão.” (FOUCAULT, 2014, p.276).

Por fim, Foucault (2014) coloca que para ele o sistema carcerário se completa com a formação da Colônia Penal de Mettray, cuja abertura se inicia em 1840, e cuja função se destinava a atender jovens delinquentes na França. Neste local se concentrava a forma disciplinar em seu estado mais intenso, que funcionava num modelo em que se concentravam todas as tecnologias coercitivas do comportamento. Lá se havia todo um adestramento que era acompanhado por uma observação permanente, se avaliava o comportamento dos colonos e se construía um saber organizado como instrumento de apreciação perpétua.

Mediante a inserção na Colônia de modelos familiares, de exército, de oficina, escolares e judiciários, se realizava uma modelagem do corpo que dava lugar a um conhecimento do indivíduo. As técnicas que se aprendiam induziam a modos de comportamento e a aquisição de aptidões se misturava com a fixação das relações de poder. E através do trabalho de formação de agricultores se fabricavam indivíduos submissos e se constituía sobre eles um saber em que se pode confiar. “Duplo efeito dessa técnica disciplinar que é exercida sobre os corpos: uma “alma” a conhecer e uma sujeição a manter.” (FOUCAULT, 2014, p.290).

Juntamente com estes aspectos disciplinares de coerção e de saber sobre os indivíduos, aparecem técnicas e procedimentos médicos, psiquiátricos embasados pela justiça, com os quais se permitem o estabelecimento de estudos, teorias, experimentações que podem ser colocados dentro do campo da psicologia. Ela emerge então neste suporte institucional, o qual se pulveriza em várias instâncias, sejam elas tutelares, escolares, hospitalares, em repartições públicas ou em empresas privadas, com a função de estabelecer a normalidade da normalização, isto é, ela permite um novo tipo de controle sobre os indivíduos que resistem à normalização disciplinar.

O estabelecimento da rede carcerária permite uma difusão das técnicas de instrução da instituição penal para o corpo social inteiro, o que coloca uma certa continuidade das próprias instituições que existem num relacionamento recíproco (dos órgãos de assistência para o orfanato, para a casa de correção, para a penitenciária, para o batalhão disciplinar, para a prisão; da escola para o patronato, para a oficina, para o

refúgio, para o convento penitenciário; da cidade operária para o hospital, prisão). (FOUCAULT, 2014, p.294).

A partir daí se organiza todo um aparato punitivo-normalizador para dar conta dos corpos cujos comportamentos são designados como desviantes:

“Não é mais a falta, não é mais tampouco o ataque ao interesse comum, é o desvio, a anomalia; é a sombra que povoa a escola, o tribunal, o asilo ou a prisão. Generaliza pelo lado do sentido a função que o carcerário generaliza pelo lado da tática. O adversário do soberano, depois inimigo social, transformou-se em desviador, que traz consigo o perigo múltiplo da desordem, do crime, da loucura. A rede carcerária acopla, segundo múltiplas relações, as duas séries, longas e múltiplas, do punitivo e do anormal.” (FOUCAULT, 2014, p.295).

Para o filósofo, a continuidade carcerária e a difusão da forma-prisão permitem legalizar, ou em todo caso legitimar, o poder disciplinar, que evita assim o que possa comportar de excesso ou de abuso. (FOUCAULT, 2014, p.295). Portanto, o carcerário naturaliza o poder legal de punir, como “legaliza” o poder técnico de disciplinar. Desta maneira, se realiza uma espécie de homogeneização dos sistemas penais e normalizadores, apagando o que possa haver de violento em ambos e atenuando os efeitos de revolta que podem suscitar. (FOUCAULT, 2014, p.298). É através desta relação, desta conjunção que Foucault compreende a economia do exercício de poder que se buscava no século XVIII para o problema da acumulação e da gestão útil dos homens. De forma que:

Estamos na sociedade do professor-juiz, do médico-juiz do educador-juiz, do “assistente social-juiz”; todos fazem reinar a universalidade do normativo; e cada um no ponto em que se encontra, aí submete o corpo, os gestos, os comportamentos, as condutas, as aptidões, os desempenhos. A rede carcerária, em suas formas concentradas ou disseminadas, com seus sistemas de inserção, distribuição, vigilância, observação, foi o grande apoio, na sociedade moderna, do poder normalizador. (FOUCAULT, 2014, p.299).

A partir deste breve percurso histórico que demonstra as proveniências de discursos, de organizações, controle e captura dos corpos pelas instituições escolares, hospitalares e carcerárias, Foucault propõe um olhar crítico sobre os processos que permearam e contribuíram para a compreensão do modo de funcionamento do poder, (neste estudo específico, do poder disciplinar), que como ele afirma, não pode ser considerado apenas por uma via negativa, de repressão ou até mesmo de violência, visto

que na relação de assujeitamento, o poder se manifesta ao atravessar sutilmente por hierarquias, vigilâncias, brandas punições, constantes exames, produções de conhecimento que se materializam em suportes documentários configurando campos de saber e apreciações de verdade, as quais dispersas e em disposições de caráter estratégico fazem funcionar todo um horizonte de normalização de práticas de controle micropolíticas, cujo objetivo fundamental é garantir a dominação numa sociedade produtivista e do consumo.

CONCLUSÃO

O presente trabalho objetivou realizar um panorama acerca de algumas obras de Foucault que tratam sobre a formação da sociedade disciplinar, tais quais de seus distintos mecanismos, atentando-se para a noção de espaço como uma importante categoria no pensamento filosófico para se pensar a atualidade dos dispositivos disciplinares que produzem diferenças, exclusões, padronizações, configurações identitárias que reforçam discursos normalizadores em prol de controles sutis sobre os corpos que versam sobre a defesa, a proteção, dos indivíduos, da família e da sociedade.

Em sua aula inaugural no *Collège de France* em 1970, a qual foi materializada no livro *A Ordem do Discurso*, Foucault realiza algumas considerações sobre os mecanismos de controle discursivo, com os quais ele utilizara sobremaneira em suas primeiras pesquisas, que ficaram marcadas como sua fase arqueológica. Ele denota no tal curso a tarefa crítica que o pesquisador deve obter ao investigar as regularidades discursivas que formam as instâncias de controle, entretanto no mesmo pronunciamento, ele demarca também a tarefa crítica da pesquisa genealógica, pela qual se deve levar também em consideração os limites que interferem nas formações reais, isto é, ele demarca que no empreendimento genealógico a diferença principal se refere aos pontos de ataque, de perspectiva e de delimitação. Analisar portanto o poder enquanto construtor de domínios de objetos no campo do saber. (FOUCAULT, 2013, p.62-65).

É importante ressaltar que Foucault, desde o início considerou o trabalho com documentos históricos fundamentais para se pensar no presente os desdobramentos, os processos, os atravessamentos políticos que fazem de algumas práticas, instrumentos de coerção, de constrangimento e de fixidez de determinadas categorias de sujeição. Na sua fase genealógica ele deixa claro que existe uma relação intrínseca entre o saber, o poder e a produção de subjetividade.

Portanto ele propõe um trabalho de pesquisa nas diversas esferas micropolíticas que perpassam o campo social. Em algumas de suas entrevistas ele expõe que na década de 60 e 70, especialmente na França, só se poderia enfrentar o poder pela via de análises marxistas, o que se poderia notar pela organização de partidos de esquerda e de discursos de intelectuais, os quais muitas vezes não compreendiam que se deveria enfrentar o poder também nos pontos em que cruzam com o domínio da individualidade. E ele expressa isto

quando demonstra que um dos efeitos do poder é de individualizar os sujeitos de maneira que as resistências e organizações em comunidade se tornam mais difíceis de se compor.

Utilizando a História e a pesquisa documental, Foucault propõe reflexões acerca de vários campos em que o poder se cruza com o saber e com a subjetividade. Ele destaca então a função do filósofo de contribuir para as lutas atuais, para os espaços de luta que são organizados em função de efeitos de poder. Sua forma de utilizar a pesquisa documental foi elogiada por historiadores como Paul Veyne por sua contribuição para o pensamento histórico, em especial em torno do conceito de práticas. Ferramenta conceitual importante para as lutas atuais, já que possibilita uma pesquisa que aproxima inquietações geográficas, epistemológicas, históricas e filosóficas, sociológicas, dentre outras.

As problematizações que Foucault expôs acerca do poder, especialmente a partir da década de 70, permearam discussões das mais diversas sobre tal tema com pesquisadores de outras disciplinas. A entrevista que ele concedeu a revista ao geógrafo Yves Lacoste para a revista de geografia *Hérodote*, marca o início de um debate acerca do uso da noção de espaço nas pesquisas do filósofo francês, visto que posteriormente Foucault no ano seguinte, realizou perguntas sobre o poder aos geógrafos da revista, as quais foram respondidas, em especial, por Milton Santos, Jean-Bernard Racine e Claude Raffestin¹⁶.

Este debate que, sobretudo se direciona à relação do espaço com o poder, também se encontrava nas críticas a Foucault depois de ter lançado *Vigiar e Punir*, pois se dizia que ele seria um pensador exclusivamente do confinamento e de que as tecnologias de poder seriam exercidas intramuros, como se poder e instituição fossem elementos inseparáveis. Questão essa que ele vai trabalhar no curso *Segurança, Território e População*, de 1977-1978, ao indicar pistas de como analisava as instituições, ao indicar uma análise que passe para o exterior da instituição, descentrando-a. (LEMOS et. al. 2013, p.101).

Tal assertiva direcionada às pesquisas de Foucault não levaram em consideração o fato que desde a *História da Loucura* ele já considerava o fato de que as práticas de confinamento não se limitam a seus efeitos no interior de determinadas instituições, mas

¹⁶ Barros, Ana Maria Leite e Zanotelli, Cláudio Luiz. **Questões de Michel Foucault à Revista Hérodote e respostas dos geógrafos.** *Geografares. Jan-Jun, 2016*

sim que buscam acompanhar os efeitos práticos e simbólicos mais amplos da exclusão na sociedade. Já no livro *Vigiar e Punir* Foucault propõe uma análise global das relações de poder, pensando as redes de aliança e de apoio que não se reduzem à descrição de um mundo interno à instituição. Isto pode ser demonstrado quando em tal obra ele diz que a disciplina não pode se identificar com um aparelho, pois ela é um tipo de poder, uma tecnologia. (LEMOS et. al. 2013, 101).

Uma das análises centrais em *Vigiar e Punir* se concentra em dizer que na sociedade disciplinar o que se generaliza não é um modelo de instituição asilar, e sim a disciplina como um mecanismo em meio aberto. É daí que a importância do panoptismo entra em vigor, pois a partir dele todos os mecanismos de vigilância foram generalizados em meio aberto e desinstitucionalizados em composição e arranjos móveis e dinâmicos, como um diagrama de comunicação intensiva e com várias redes de articulações de visibilidade e dizibilidade. (LEMOS et. al. 2013, p.101).

Ainda sobre tal questão, a disciplina deve ser compreendida como uma relação de poder que articula vários espaços, aumentando seu poder de propagação e alcance, pois o ideal da sociedade disciplinar é maximizar o exercício da função em cada espaço para que várias funções disciplinares se encadeiem sem lacunas. A sociedade disciplinar também precisa aumentar os espaços disciplinares, a fim de que o deslocamento dos indivíduos entre os vários espaços não interrompa a continuidade da normalização. (LEMOS et. al. 2013, p.102).

Numa conferência intitulada *O Poder e o Panoptismo da Cidadania, Segundo Michel Foucault* (2017)¹⁷, a filósofa espanhola Olaya Fernandez diz que o panoptismo é um dispositivo de controle que permite a utilização máxima do poder e que sua utilização responde a três objetivos. Em primeiro lugar ele aumenta a intensidade do poder, em segundo ele melhora a distribuição do poder e em terceiro ele aplica o poder no ponto mais justo em que o poder precisa chegar.

Na mesma conferência a filósofa ressalta que um dos principais efeitos do panóptico é de estabelecer uma vigilância contínua sobre os indivíduos. Daí o caráter preventivo garantido pelo panoptismo, pois a sensação de se estar sendo vigiado faz com

¹⁷ FERNANDEZ, Olaya. **O Poder e o Panoptismo da Cidadania, Segundo Michel Foucault.** Conferência realizada em 21 de Agosto de 2017 no Pré-Evento do IX Colóquio Internacional do Instituto Humanitas Unisinos.

que se aja do jeito que se espera. Com o panóptico se reduz o dispêndio de poder graças à sua tendência de recobrir todo o espaço social, visto que ele vai organizar unidades espaciais que vão possibilitar o olhar e cada detalhe do campo visual.

A autora destaca também a tendência do poder agindo pelo dispositivo panóptico de se despersonalizar, fazendo com que o sujeito, o indivíduo apareça devido aos contínuos exames que se realizam nos espaços. Com isso espera-se que a pessoa que é vigiada adote a norma, e aqueles que, por eventuais motivos, não a adotam, acabam sendo punidos, e pune-se de maneira com que mecanismos disciplinares de normalização se concentrem nela produzindo mais saber ainda sobre os fatores que a levaram a uma condição desviante. Por detrás do padrão, da norma, a normalidade como procedimento de fixação de elementos classificatórios, com os quais aqueles que são considerados inclassificáveis, ameaças à norma, entrarão na escala de medidas dos desvios, e conseqüentemente de graus de coercitividade.

É importante perceber que as proveniências dos mecanismos disciplinares na sociedade são encontradas mesmo antes da Idade Moderna, ao qual Foucault denominou como “ilhas disciplinares” no curso *O Poder Psiquiátrico* (2012). Estes pontos de exercício de técnicas da disciplina eram utilizados principalmente por grupos religiosos, como o grupo leigo Os Irmãos da Vida Comum, que objetivavam à colonização de jovens em algumas cidades da Europa, num processo que posteriormente se poderia denominar como escolarização. Em relação a grupos ligados à igreja católica como os jesuítas, as técnicas disciplinares, que surgiram inclusive como meios de resistência e de criticidade para com o excesso de poderio da soberania, se tornaram meios de se garantir a docilização, a colonização de comunidades tradicionais na América no primeiro momento da expansão capitalista colonial.

Em tal curso Foucault fala do deslocamento que o levou a organizá-lo. Uma espécie de continuidade sobre a pesquisa que havia iniciado em *A História da Loucura*, porém com algumas questões que ele procurou corrigir. Três noções com as quais ele havia trabalhado na obra anterior, mas que deveriam ser reformuladas: a questão da violência, da família e da instituição.

Em relação à noção de violência, ele a retificou, pois para ele o ponto de aplicação do poder, em última instância, é o corpo. Todo poder é físico, e há entre o corpo e o poder político uma ligação direta. Em relação, mais uma vez, sobre a questão da instituição, o

essencial não seria a instituição com sua regularidade, com suas regras, mas sim, os desequilíbrios de poder, as disposições de poder, as redes, as correntes, as intermediações, os pontos de apoio, as diferenças de potencial e que, são precisamente constitutivos ao mesmo tempo do indivíduo e da sociedade. E em relação ao modelo familiar que para ele sido introduzido por Pinel e Esquirol nos espaços psiquiátricos como representações de um modelo de Estado, ele retifica-o em detrimento de uma análise micropolítica do poder que versa sobre diferentes manejos estratégicos.

Uma de suas conclusões a partir da pesquisa que originou *O Poder Psiquiátrico*, dizia respeito aos episódios relacionados com Charcot e a histeria, e a dúvida se era ele que produzia efetivamente a crise da histeria que descrevia. Foucault compara este impasse com o que ocorreu na medicina, quando Pasteur mostrou que os médicos transmitiam as doenças que deviam combater ao realizar o exame dos doentes.

As críticas direcionadas à psiquiatria colocavam em questão justamente o grau de poder que o psiquiatra exercia sobre o doente, e além disso, questionou-se o saber da prática psiquiátrica. Surge um movimento de antipsiquiatria para combater o papel do psiquiatra outrora encarregado de produzir a verdade da doença no espaço hospitalar. Foucault destaca na antipsiquiatria autores como Bernheim, Laing, Basaglia e Cooper.

O filósofo atenta para que antes do movimento antipsiquiátrico, houve o movimento de “despsiquiatrização”, o qual apareceu logo após Charcot. Foucault demarca a primeira forma deste movimento, que apareceu especialmente com o neurologista francês Joseph Babinski, com o qual o espaço psiquiátrico pôde se tornar “asséptico” e “assintomático” graças ao emprego da psicocirurgia e da psiquiatria farmacológica. A segunda forma do movimento de despsiquiatrização pôs fora do circuito todos os efeitos próprios do espaço asilar, destacando-se a psicanálise, que perpetuou o saber do médico graças à noção de transferência, além da questão do pagamento como forma de continuidade da noção de que o dinheiro e o trabalho configuram-se como produtores de realidade.

No referido curso Foucault mostrou também que o saber proposto nas práticas psiquiátricas se difundiu através de práticas exercidas em outros espaços, tais como espaços escolares, prisionais, etc., principalmente a partir de um processo de psiquiatrização da infância, a qual ajudou a formular os conceitos de anormalidade, de anomalias, capturados por discursos criminológicos, os quais também perpassam os

sistemas penais, de forma que a norma se constitui como um padrão a ser atingido. A vigilância que se exerce em espaços abertos com a extrapolação das fronteiras da medicalização, diz respeito também à políticas de cunho higienista, assepsistas. O desvio, se não contido pelos mecanismos preventivos da disciplina cooptam os corpos que não se encaixam nos modelos de normalidade. A sociedade, com seus fenômenos de multiplicidade, é esmiuçada por ações que se atualizam, se reinventam em prol do controle da subjetividade por vetores que se cruzam e se inscrevem numa rede de relações de poder, saber e assujeitamento.

Conclui-se a partir daí que, possibilitadas pelos mecanismos disciplinares, foram se organizando na sociedade, toda uma série de instituições, e que como foi observado, não se resumem, não se limitam a espaços fechados. Todavia, quando as pesquisas de Foucault são enfim materializadas em obras, livros, toda uma prática documental, editorial, de controle discursivo é conseqüentemente colocada em prática. Como ele também propusera uma crítica à disciplinarização dos saberes, percebe-se que sua maneira de realizar um trabalho filosófico é marcada por desníveis discursivos, isto é, ao propor uma escrita e uma concepção de arquivo baseada na dispersão dos acontecimentos, ele faz de suas obras, mais do que produções rígidas em torno de uma teorização absoluta, um meio de se propor novos discursos, disparadores de pistas que podem instigar e contribuir para as lutas em vários espaços, levando-se em consideração também que as próprias resistências por meios das conexões, das redes, possibilitam uma estratégia de reação contra a dominação por meio das individualizações e das normalizações excludentes.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Quando Foucault esteve no Brasil em 1973, para a série de conferências que foram reunidas no livro *A Verdade e as Formas Jurídicas*, ele participou de uma mesa redonda com intelectuais brasileiros, e respondeu algumas perguntas sobre suas pesquisas acerca da importância da arqueologia como estratégia e resistência frente às continuidades de práticas de poder que nos sujeitam. O filósofo lembra-nos que a análise histórica, nos permite, por exemplo, compreender como o saber psiquiátrico, a instituição psiquiátrica no início do século XIX, se introduz numa série de relações econômicas, tais quais em variadas instâncias de normalização, com as quais nos deparamos no presente, e portanto, precisamos enfrentar.

Em meio aos acontecimentos de Maio de 68 na França, Foucault ousou questionar o poder como uma substância inerente ao Estado, não porque negasse os estudos de Marx referentes à histórica exploração econômica e de força do trabalho, principalmente dos mais pobres, mas é que enquanto um pensador que se debruçou sobre as interações forçadas de pessoas consideradas anormais, ele percebeu que os espaços em que o poder se exerce são muito presentes, e nos sujeitam de tal forma que aceitamos sem criticá-los, ou se criticamos, não estávamos adotando táticas que pudessem dar conta dele em seus pontos de atravessamento.

Foucault brinda-nos com ferramentas, com pistas, disparadores, inquietações que nos possibilitam enfrentar o poder nos vários espaços em que nossos corpos circulam, nas nossas intimidades, nas nossas relações, nas nossas potências afetivas e criativas. Não só participou ativamente de movimentos estudantis, de grupos de discussão sobre as prisões, sobre os movimentos de libertação sexual, de práticas psiquiátricas, mas como também lutou para que percebamos que as próprias disciplinas nas quais estamos inseridos limitam nossa visão crítica e nossa capacidade de ir além de apreciações obtusas da verdade.

Diante de um cenário nefasto que ocorre na política nacional, que visa desmontar uma série de direitos historicamente conquistados a duras penas, pensar o poder também como prática histórica de assujeitamento, nos permite compreender que a política também se realiza por meio da estratégia, do enfrentamento, das resistências, individuais, coletivas, das pesquisas, da leitura atenta, da curiosidade de saber mais sobre as relações de domínio nas nossas zonas de vizinhança, de nos incomodarmos com a violência que é

exercida contra aqueles que estão pertos de nós, mas que por vários fatores julgamos diferentes, neutros, bizarros.

Acredito que muitos que ingressam no curso de Psicologia, senão a maioria, assim o fazem porque se incomodam com o sofrimento, com a violência, com as disparidades, e mesmo quando estudamos as variadas teorias e técnicas que ela nos proporciona, sente-se uma espécie de inquietação a respeito da relação entre indivíduo e sociedade. Perguntamo-nos em que medida este sofrimento é causado pelo âmbito social, além é claro, por decisões políticas.

Deparamo-nos, entretanto, com a situação de que em muitas vezes também nós próprios enquanto psicólogos somos agentes de práticas assujeitadoras, isto é, quando se percebe que nos tornamos normalizadores da normalização, da medicalização, da psiquiatrização, da psicologização, isto quando não escolhemos nos mantermos alheios a tudo isso. Muitas vezes não sabemos que a escuta pode ser luta, e que ser pesquisador é muito mais do que estar imerso nos livros, nos laboratórios, dentro dos muros da universidade.

Para mim, A Psicologia no Brasil, na Amazônia, tem sido cada vez mais questionada sobre seu viés de revelador da verdade do sujeito, para se tornar um instrumento de mobilização, de criticidade, de estranhamento das normalizações sutis que perpassam os corpos e os espaços. Falar de questões, tais como, o excesso de prescrições de medicamentos psiquiátricos, de encarceramentos, de políticas higienistas, de ocupações de espaço público, de direito à terra, de expressão de sexualidade, de gênero, dentre várias outras questões, nos remete a uma outra concepção do que esperamos de um profissional da Psicologia ético para com seu compromisso social.

Pensar poder, espaço, história, disciplina com Foucault é poder pensar também a Psicologia enquanto um instrumento à serviço da sociedade, das comunidades. É poder pensar que as singularidades na região amazônica, no nosso Estado, na nossa cidade se mostram pelas marcas da exploração que se perpetuam, e que contribuem para sermos campeões em número de conflitos agrários, de extermínios, de violência contra mulheres, negros, indígenas, homossexuais, transgêneros, negros, pobres. Se como Foucault indica, “onde há poder há resistência”, por que não fazer da Psicologia uma estratégia de luta, uma ética de guerra?

REFERÊNCIAS

BARROS, Ana Maria Leite, ZANOTELLI, Cláudio Luiz. **Questões de Michel Foucault à Revista Hérodote e respostas dos geógrafos.** *Geografares. Jan-Jun, 2016.*

BURKE, Peter. **A Escola dos Annales (1929-1989).** São Paulo. Editora Unesp, 2010.

CANDIOTTO, César. **Verdade e Diferença no Pensamento de Michel Foucault.** *Kriterion*, Belo Horizonte, nº 115, p. 203-217, 2007.

CANDIOTTO, César. **Disciplina e Segurança em Michel Foucault: A Normalização e a Regulação da Delinquência.** *Psicologia & Sociedade*; 24(n.spe.): 18-24, 2012.

CHAVES, Ernani. **Exercícios Ascéticos e Práticas Pedagógicas: Por uma Genealogia do Poder Disciplinar.** *Educação Temática Digital*; Campinas, v.12, n.1, p.191-201, jul./dez. 2010

CARVALHO, Alexandre Filordi. **Foucault: Atualizador da Genealogia Nietzscheana.** *Cadernos Nietzsche*, n.30, 2012.

DELEUZE, Gilles. **Conversações (1972-1990).** São Paulo. Editora 34, 2013.

ELDEN, Stuart, CRAMPTON, Jeremy. **Space, Knowledge and Power: Foucault and Geography.** *Routledge*, Nova York, 2016.

FERNANDEZ, Olaya. **O Poder e o Panoptismo da Cidadania, Segundo Michel Foucault.** Conferência realizada em 21 de Agosto de 2017 no Pré-Evento do IX Colóquio Internacional do Instituto Humanitas Unisinos. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=PaFncdGzOS4>.

FOUCAULT, Michel. **Os Intelectuais e o Poder.** In: *Microfísica do Poder.* Trad. Roberto Machado. Rio de Janeiro: *Graal*, 1979a.

FOUCAULT, Michel. **Sobre a Geografia.** In: *Microfísica do Poder.* Trad. Roberto Machado. Rio de Janeiro: *Graal*, 1979b.

FOUCAULT, Michel. **O Nascimento da Medicina Social.** In: *Microfísica do Poder.* Trad. Roberto Machado. Rio de Janeiro: *Graal*, 1979c.

FOUCAULT, Michel. **O Olho do Poder.** In: *Microfísica do Poder.* Trad. Roberto Machado. Rio de Janeiro: *Graal*, 1979d.

FOUCAULT, Michel. **Verdade e Poder**. In: *Microfísica do Poder*. Trad. Roberto Machado. Rio de Janeiro: Graal, 1979e.

FOUCAULT, Michel. **Nietzsche, a Genealogia e a História**. In: *Microfísica do Poder*. Trad. Roberto Machado. Rio de Janeiro: *Graal*, 1979f.

FOUCAULT, Michel. **Poder-Corpo**. In: *Microfísica do Poder*. Trad. Roberto Machado. Rio de Janeiro: *Graal*, 1979g.

FOUCAULT, Michel. **A Política de Saúde no Século XVIII**. In: *Microfísica do Poder*. Trad. Roberto Machado. Rio de Janeiro: *Graal*, 1979h.

FOUCAULT, Michel. **O Nascimento do Hospital**. In: *Microfísica do Poder*. Trad. Roberto Machado. Rio de Janeiro: *Graal*, 1979i.

FOUCAULT, Michel. **Sobre a Prisão**. In: *Microfísica do Poder*. Trad. Roberto Machado. Rio de Janeiro: *Graal*, 1979j.

FOUCAULT, Michel. **Espaço, Saber e Poder**. *Skyline*, 1982.

FOUCAULT, Michel. **Heterotopias: De Espaços Outros**. 1984.

FOUCAULT, Michel. **O Poder Psiquiátrico**. São Paulo. Martins Fontes, 2012.

FOUCAULT, Michel. **A Ordem do Discurso**. São Paulo. Loyola, 2013.

FOUCAULT, Michel. **A Verdades e as Formas Jurídicas**. Rio de Janeiro. Nau Editora, 2013.

FOUCAULT, Michel. **O Sujeito e o Poder**. 1982. In: *Michel Foucault: Uma Trajetória Filosófica*. Rio de Janeiro. Forense Universitária, 2013.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e Punir**. Petrópolis. Editora Vozes, 2014.

LEMOS, Flávia Cristina Silveira, CARDOSO JÚNIOR, Hélio Rebello. **A Genealogia em Foucault: Uma Trajetória**. *Psicologia & Sociedade*; 21 (3): 353-357, 2009

LEMOS, Flávia Cristina Silveira. **História do Espaço e Governamentalidade em Michel Foucault**. *Barbarói*, Santa Cruz do Sul, n.36, p.138-148, jan./jun. 2012.

LEMOS, Flávia Cristina Silveira, CARDOSO JÚNIOR, Hélio Rebello, ALVAREZ, Marcos César. **Instituições, Confinamento e Relações de Poder: Questões**

Metodológicas no Pensamento de Michel Foucault. *Psicologia & Sociedade*; 26(n. spe.), 100-106, 2013.

LEMOS, Flávia Cristina Silveira, CRUZ, Franco Farias, SOUZA, Giane. **Tecendo a Trama Histórica da Análise de Documentos com Michel Foucault, Gilles Deleuze e Felix Guattari.** *Revista do Dífere*, v.4, n.7, jun. 2014.

LEMOS, Flávia Cristina Silveira, GALINDO, Dolores, OLIVEIRA, Paulo de Tarso. **História, Subjetividade e Arquivos em Michel Foucault, Paul Veyne e Gilles Deleuze.** *Psicologia em Estudo*, Maringá, v. 21, n.1 p. 5-15, jan./mar. 2016

RAMOS, Camila Cristina de Oliveira, CARVALHO, Sérgio Resende. **Estados Anormais no Contemporâneo: O Dispositivo-Drogas no Diagrama da Internação Compulsória.** In *Práticas de Judicialização e Medicalização dos Corpos no Contemporâneo*. Curitiba. Editora CRV, 2016.